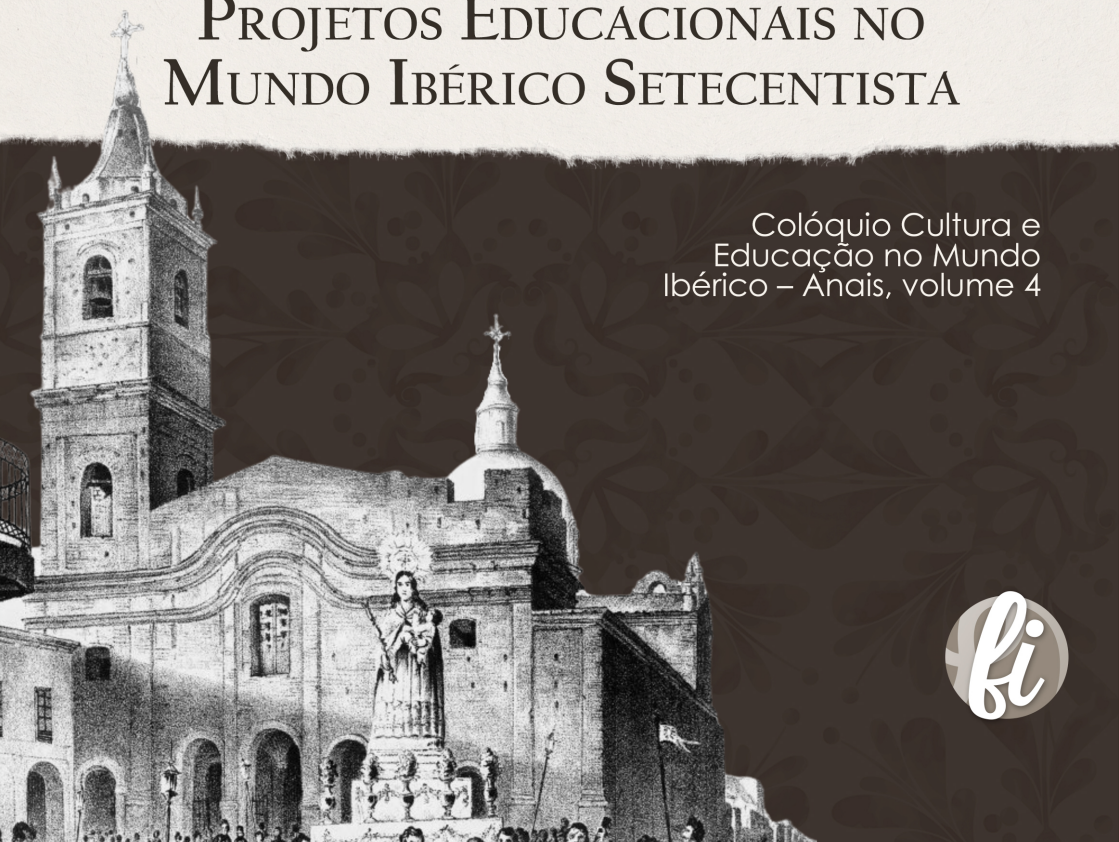




Thais Nívia de Lima e Fonseca
Antonio Cesar de Almeida Santos
(Orgs)

HISTÓRIA, CULTURA ESCRITA E PROJETOS EDUCACIONAIS NO MUNDO IBÉRICO SETECENTISTA



Colóquio Cultura e
Educação no Mundo
Ibérico – Anais, volume 4



O Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero) surgiu em 2010, com outra denominação e, naquele momento, voltado particularmente para estudos que tinham a América portuguesa como cenário. O nome atual foi adotado em 2018, pois o Grupo resolveu agregar às suas investigações a Espanha e as regiões da América que estiveram sob seu domínio entre os séculos XVI e XIX. Essa ampliação do espectro de interesses busca uma melhor compreensão das sociedades ibéricas e ibero-americanas no contexto do Antigo Regime, privilegiando o período compreendido pelo século XVIII e as décadas iniciais do século XIX, com especial atenção ao ideário das Luzes e às políticas reformistas dos dois impérios. Em linhas gerais, as investigações do CEIbero abordam as práticas culturais e educativas, escolares e não escolares, bem como as instituições e os espaços não institucionais nos quais tais práticas ocorriam, incluindo a formação de indivíduos que atuariam nas administrações régias, e a produção e a circulação de saberes no âmbito da cultura.



**HISTÓRIA, CULTURA ESCRITA E PROJETOS
EDUCACIONAIS NO MUNDO IBÉRICO SETECENTISTA**

HISTÓRIA, CULTURA ESCRITA E PROJETOS EDUCACIONAIS NO MUNDO IBÉRICO SETECENTISTA

VOLUME 4 DOS ANAIS DO COLÓQUIO CULTURA
E EDUCAÇÃO NO MUNDO IBÉRICO

Organizadores

Thais Nívia de Lima e Fonseca
Antonio Cesar de Almeida Santos



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História, cultura escrita e projetos educacionais no mundo ibérico setecentista [recurso eletrônico] / Thais Nívea de Lima e Fonseca, Antonio Cesar de Almeida Santos... [et al.]. – Porto Alegre : Fi, 2023.
v. 4 ; 241p.

Anais do Colóquio Cultura e Educação no Mundo Ibérico

ISBN 978-65-5917-725-7

DOI 10.22350/9786559177257

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Cultura – Educação – Mundo Ibérico. I. Fonseca, Thais Nívea de Lima e.
II. Santos, Antonio Cesar de Almeida

CDU 316.7:37.01(46)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Os organizadores

9

1

12

CONCEITOS E LINGUAGENS: FAZENDO HISTÓRIA NOS SÉCULOS XX E XXI

Guilherme Pereira das Neves

2

45

“AS JESUÍTAS”: ENTRELAÇAMENTOS DE IDEIAS EDUCATIVAS EM CONVENTOS E RECOLHIMENTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Ana Cristina Pereira Lage

3

78

¿CONSTRUYENDO CERTEZAS? LA COMUNICACIÓN POSTAL EN SANTIAGO DE CHILE (SIGLO XVIII)

José Araneda Riquelme

4

100

CONDUZIR A MOCIDADE PORTUGUESA “PARA O SERVIÇO DOS SOBERANOS E UTILIDADE PÚBLICA DOS POVOS” (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Antonio Cesar de Almeida Santos

5

134

MÁS ALLÁ DE MILLICAY: AFROAMERICANOS Y CULTURA ESCRITA

María Cristina Linares

6

170

LITERATURA DE VIAGEM NOS CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS LUSO-BRASILEIRAS DO FINAL DO SÉCULO XVIII

Cláudio DeNipoti

7

208

EL PROCESO DE ESCOLARIZACIÓN EN LAS ESCUELAS DE PRIMERAS LETRAS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 1770-1820

Juan Gerónimo Balduzzi

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

238

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero)¹ surgiu em 2010, com outra denominação e, naquele momento, voltado particularmente para estudos que tinham a América portuguesa como cenário. O nome atual foi adotado em 2018, pois o Grupo resolveu agregar às suas investigações a Espanha e as regiões da América que estiveram sob seu domínio entre os séculos XVI e XIX. Essa ampliação do espectro de interesses busca uma melhor compreensão das sociedades ibéricas e ibero-americanas no contexto do Antigo Regime, privilegiando o período compreendido pelo século XVIII e as décadas iniciais do século XIX, com especial atenção ao ideário das Luzes e às políticas reformistas dos dois impérios. Em linhas gerais, as investigações do CEIbero abordam as práticas culturais e educativas, escolares e não escolares, bem como as instituições e os espaços não institucionais nos quais tais práticas ocorriam, incluindo a formação de indivíduos que atuavam nas administrações régias, e a produção e a circulação de saberes no âmbito da cultura.

Desde o início de suas atividades, a cada dois anos, o CEIbero promove Colóquios nos quais seus integrantes e convidados apresentam os resultados de suas pesquisas. Todavia, no contexto da pandemia da Covid-19, não foi possível realizar o Colóquio que estava programado para ocorrer em 2020. Como alternativa, o Grupo promoveu uma série

¹ Consultar <https://ceibero.wordpress.com/>

de encontros virtuais (webinars)², para os quais foram convidados alguns dos autores de trabalhos aqui publicados, destacando-se, justamente, alguns colegas de língua espanhola, resultado da expansão das regiões abrangidas pelos interesses de investigação do CEIbero.

Procuramos, nesta coletânea, oferecer um pequeno painel de temas com os quais o Grupo tem se ocupado, inclusive do ponto de vista teórico, como fica indicado no texto de Guilherme Pereira das Neves, que se propõe a discutir o modo de se fazer história nos séculos XX e XXI, a partir de abordagens voltadas ao estudo dos conceitos e das linguagens em suas relações com o mundo social. Ana Cristina Pereira Lage, seguindo temática na qual é *expert*, investiga as ideias educativas presentes em conventos e recolhimentos administrados por irmãs ursulinas na América portuguesa. José Araneda Riquelme dedica-se a estudar o funcionamento da comunicação epistolar no Chile, no século XVIII, destacando a criação de uma instituição encarregada da circulação postal naquele território. Antonio Cesar de Almeida Santos enfoca a formação matemática oferecida a estudantes portugueses na segunda metade do século XVIII, um saber que recebeu grande atenção dos reformistas pombalinos. Maria Cristina Linares volta-se para aspectos da cultura escrita na Argentina colonial, analisando a relação da população afrodescendente de Buenos Aires com a leitura e a escrita. Cláudio DeNipoti apresenta os resultados de uma investigação sobre a presença de relatos de viagem em bibliotecas de particulares e de instituições luso-brasileiras, entre o final do século XVIII e o início do seguinte. Por fim, Juan Gerónimo Balduzzi traz um estudo sobre as escolas de primeiras letras, voltadas ao ensino da doutrina cristã, do ler,

2 Consultar https://www.youtube.com/channel/UCfKQbcjD8W_6Y5eXUdZQGfA.

do escrever e do contar, na cidade de Buenos Aires, entre os anos de 1770 e de 1820.

Com esse livro, seguimos a prática de publicar estudos que foram apresentados e discutidos nos eventos do CEIbero, quer presenciais, quer remotos, e que representam contribuições fundamentais para o avanço do conhecimento sobre a cultura e a educação no mundo ibero-americano. Agradecemos aos colegas que colaboraram com seus trabalhos para essa publicação.

Verão de 2023

Os Organizadores

1

CONCEITOS E LINGUAGENS: FAZENDO HISTÓRIA NOS SÉCULOS XX E XXI¹

Guilherme Pereira das Neves ²

Ao contrário do que sugere chamar Heródoto, o grego do V século a.C., de *pai da história*, como se faz com frequência, são os historiadores europeus de inícios do século XIX os primeiros a encarnar o aspecto profissional, de que hoje se reveste a disciplina em geral. Não deve ser surpresa, portanto, que a história tenha assumido, desde então, muitos modelos, conforme diferentes orientações. A vôo de pássaro, ela se assemelha a uma grande morada, na qual a sequência de sucessivas janelas, ao se abrirem, revelam distintas perspectivas dos arredores, compreendidos estes não só como a multidão de acontecimentos que envolveram a humanidade nos séculos XIX, XX e XXI, como também os numerosos e diversos passados criados pela crescente especialização de seus praticantes. Apesar de tal variedade, há uma questão da qual a atividade historiográfica não parece capaz de desvencilhar-se sem descaracterizar-se. Refiro-me ao papel da linguagem.

Diferentemente do que ocorreu com as ciências modernas (RISKIN, 2020), a história não desenvolveu uma forma de apresentar seus resultados que dispensasse a linguagem natural e o cortejo de ambiguidades inevitáveis que a acompanham. Não faltaram, é verdade,

¹ Agradeço ao CNPq pela bolsa PQ; e a Thais Nivia de Lima e Fonseca, a Antonio Cesar de Almeida Santos e aos demais integrantes do grupo pelo convite para o Webminar CEIbero, 3ª fase, em 25 de março de 2021, de cuja participação nasceu este texto.

² Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro).

tentativas nesse sentido. Desde a identificação de supostas leis do processo histórico até o empirismo mais extremo, sob a forma da apresentação quase descarnada de fatos, nomes e datas, passando pela opção mais comum, a de contornar o problema, ao considerar a história uma ciência *humana*, cujas teorias derivam de outras especialidades, como a economia, a sociologia, a antropologia. Ao seguir nessa última direção, porém, como ocorreu com os franceses reunidos em torno da revista *Annales*, no período áureo da história serial, ou com os *cliometristas* norte-americanos, dissolve-se a identidade da história como uma investigação do que aconteceu na sua singularidade histórica e que exige, por isso, uma narrativa (GROETHUYSEN, 1995). Recordo-me de Frédéric Mauro (1921-2001) abrir uma conferência na Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, em 1972 ou 1973, anunciando que a história era a economia do passado, assim como a economia, a história do presente. A história reduzia-se, então, nessa ótica, à dimensão diacrônica de alguma das ciências sociais, na busca por séries de variáveis atemporais, que, mediante análise estatística, convertiam-se em tabelas e gráficos (NEVES, 2012). Além disso, adquiria também, é verdade, aparente fluência na linguagem científica universal por excelência, qual seja, a da matemática, habilitando-se para competir no mercado das verbas de financiamento para pesquisa de instituições públicas e privadas.

Ao contrário, na longa, ainda que impura, tradição sem fronteiras que procede de Leopold von Ranke (1795-1886), são as palavras que importam (LORIGA, 2011). Aliás, uma das reflexões mais instigantes dessa linhagem argumenta que, no uso de termos do presente para definir aspectos do passado, a historiografia enfrenta “uma luta constante contra nossa tendência ao contrassenso anacrônico” (VEYNE,

1971, p. 169); enquanto já F. Nietzsche (s/d, p. 70) observava, em 1887, que todos “os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição: *só o que não tem história é definível*” (HOLANDA, 1974, p. 480, grifo meu). O mundo não existe unicamente nas falas que se emitem, como pretendem algumas versões radicais, mas, com certeza, é através das sutilezas da linguagem (SEARLE, 1981) que nasce a consciência das circunstâncias em que se vive (GADAMER, 2004). Desse ponto de vista, em qualquer momento histórico, convivem inúmeras linguagens diferentes – como as da economia, as da política, as dos imaginários, as das artes. E cada um desses domínios exhibe seus distintos dialetos, que possibilitam situar, por exemplo, certos artistas em determinada escola; e que impedem que se confunda um texto de Fernando Pessoa com outro de Luís de Camões; ou a melopeia de um *rapper* com alguma composição de Pixinguinha. Cabe ao historiador distinguir nessas algaravias certos padrões e, com eles, compor as vozes de um complexo contraponto, capaz de caracterizar a época de que trata.

Entretanto, como fazê-lo? As ideias claras e distintas, associadas aos procedimentos do chamado *método científico*, de origem cartesiana (DESCARTES, 2001), com base na razão, contribuem para o resultado, mas se revelam insuficientes para captar o que há de específico em um determinado acontecimento ou indivíduo. Isso exige a faculdade da mente denominada pelos filósofos gregos de “*nous*”, que permite relacionar os diversos aspectos presentes em dada realidade por meio de uma compreensão intuitiva, imediata, de sua unidade (CORETH, 1973, p. 45-46)³. Quer dizer, do *contexto* que a constitui. A partir de estudos

3 Segundo este último autor, na passagem citada, os romanos traduziram “*nous*” por *intellectus*; assim como por *ratio* o grego “*dianoia*”. Na seção ‘O método da economia política’ da ‘Introdução [à Crítica

teológicos do século XVII, na busca pelo verdadeiro sentido de certas passagens bíblicas, tal tipo de *compreensão* tornou-se mais conhecido pelo nome de *hermenêutica*, outro termo derivado do grego, com múltiplos significados, em especial, os de dizer, explicar ou traduzir algo (PALMER, 1986, p. 23-41). Ao longo do século XIX, F. Schleiermacher (1768-1834) e W. Dilthey (1833-1911) assentaram suas reflexões sobre a hermenêutica, enfatizando o primeiro o seu caráter geral, e o segundo, a capacidade de compreensão, de que era dotada, como “o reencontrar do eu no tu” (ALBERTI, 1996, p. 13). Ao mesmo tempo, a sistematização da análise de documentos históricos valorizou-a, ao passar a incluí-la como uma das etapas da crítica interna (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1992).

Já no século XX, ao afastar-se dos *Holzwege*⁴ tomados por seu professor M. Heidegger (1889-1976), Hans-Georg Gadamer (1900-2002) adotou uma perspectiva hermenêutica para elaborar extensa obra, centrada na questão da linguagem. Como também para o autor de *A ideia de história* (COLLINGWOOD, 1989), a investigação procede por uma lógica da pergunta e da resposta, que, para Gadamer, pretende provocar os *pré-conceitos*, gerados pelas *tradições* que habitamos, envolvidos em qualquer situação hermenêutica. Na realidade, a linguagem “sempre pressupõe um mundo em comum” (GADAMER, 2004, p. 407), resultando a compreensão de uma certa fusão dos *horizontes* distintos entre os interlocutores. Algo que ocorre igualmente quando o historiador, ao debruçar-se sobre fontes do passado e, penosamente, através da semântica, da sintaxe do texto (ou das convenções iconográficas para as

da Economia Política], de 1857, ninguém menos que o autor dos *Grundrisse* também estabelece uma distinção algo equivalente entre “intuição” e “representação” (MARX, 1978).

4 Literalmente, caminhos de madeira. Título de um volume de ensaios de Heidegger de 1950, traduzido para o francês como *Caminhos que não conduzem a parte alguma*, quer sugerir aqui as equivocadas opções políticas deste autor, que Gadamer não compartilhou (CESARE, 2013).

imagens) e de outros indícios, alcança o sentido do que supõe estar sendo dito ou ocorrendo, por meio de sucessivas tentativas de ensaio e erro, como fizeram, por exemplo, entre muitos outros, *Os reis taumarturgos* de 1924 (BLOCH, 1983), *O problema da incredulidade no século XVI* de 1942 (FEBVRE, 1968), *Os dois corpos do rei* de 1957 (KANTOROVICZ, 1997) ou *O momento maquiaveliano* de 1975 (POCOCK, 2021).

Gadamer, porém, não estava sozinho nessa preocupação com a linguagem. Desde a segunda metade do século XIX, ao tomar cada vez mais o estudo da natureza como seu único modelo, a cristalização da ideia contemporânea de ciência exigiu a padronização rigorosa – para a física, a química e outras especialidades – de linguagens, que evitassem as ambiguidades e subjetividades do discurso natural, em que ainda fora escrita *A evolução das espécies* (1859) de Charles Darwin (1809-1882). Nos três volumes dos *Principia Mathematica* de 1910-1913, Bertrand Russell (1872-1970) e Alfred N. Whitehead (1862-1947) construíram um edifício lógico de grandes proporções, recorrendo a símbolos com que pretendiam, enfim, aprisionar a linguagem através do estabelecimento de critérios rigorosos para o que se dizia, com precisão equivalente à da matemática. O esforço prosseguiu nas décadas seguintes, com outros filósofos em Viena e Berlim, que rejeitavam a metafísica e abraçavam o mesmo empirismo lógico, contribuindo decisivamente para a chamada “filosofia analítica” inglesa e norte-americana posterior. Dessas correntes desenvolveram-se, em paralelo, a filosofia da ciência e a ideia de epistemologia. Em 1942, um representante delas chegou mesmo a tentar aplicar essas considerações à história, a fim de demonstrar sua cientificidade, com resultados muito insatisfatórios para os praticantes da disciplina (HEMPEL, 1942).

A crítica a esse *positivismo lógico* tardou. Fora do peculiar ambiente intelectual francês, pouco conhecido no exterior a essa altura (BERGSON, 1889; BACHELARD, 1968), seu primeiro indício talvez tenha sido o aparecimento em 1934 de *A lógica da pesquisa científica* do austríaco Karl Popper, cuja repercussão, no entanto, somente se fez sentir a partir da edição inglesa de 1959, graças à concepção de que o procedimento do investigador parte da formulação de teorias, que podem ser refutadas por evidências, mas nunca comprovadas por si mesmas. Publicadas postumamente em 1953, as *Investigações filosóficas* de L. Wittgenstein (1889-1951) não alcançaram logo o reconhecimento que vieram a ter posteriormente. Poucos anos depois, porém, *A estrutura das revoluções científicas* (KUHN, 1978) reintroduziu a noção de historicidade na discussão, por meio da ideia de *paradigma*, enfatizando os diversos sentidos de *ciência* através dos tempos, ao que se combinou o *anarquismo metodológico* de *Contra o método* (FEYERABEND, 1977) e outras novidades (HANSON, 1975; BRONOWSKI, 1977; RORTY, 1980), para abalar uma concepção por demais rígida desse tipo de conhecimento.

Não obstante, desde 1916, uma pequena obra insistia para fazer da linguística uma ciência, com amplas repercussões nas humanidades. Há muito compreendida como parte integrante da filologia clássica, preocupada com os parentescos e características fonéticas, gramaticais e sintáticas dos idiomas, que classificava em famílias e cuja origem comum buscava encontrar no denominado *indo-europeu* por comparações minuciosas e sistemáticas, a linguística tendeu a perder a perspectiva histórica, que a tinha animado até então, a partir da publicação do *Curso de linguística geral* (SAUSSURE, 1970), que seus alunos sistematizaram após sua morte em 1913, aos 56 anos. Isso, ele fez

ao estabelecer o caráter *arbitrário* do signo, quer dizer, ao ignorar a etimologia e considerar que se deve ao acaso a combinação de um conjunto de sons (por ex., “ca-sa”) – o *significante* –, com a *ideia* de uma habitação – o *significado*. E Saussure ainda foi mais longe ao distinguir *língua* e *fala*. Para ele, a segunda constitui uma manifestação concreta, em determinada circunstância, da primeira, tomada esta, por sua vez, como o conjunto das regras que permitem enunciar a anterior, e que, partilhadas igualmente pelo ouvinte, podem torná-la, assim, compreensível. Dessa maneira, ao valorizar a sincronia abstrata da língua sobre a diacronia concreta da fala, abriu-se o caminho para a noção de *estrutura*, que desempenhou, nas décadas seguintes, um papel fundamental também na etnologia (C. Lévi-Strauss), na sociologia (P. Bourdieu), na filosofia (M. Foucault), nos estudos literários (T. Todorov) e até na história (ROBIN, 1977).

A partir de 1960, entretanto, dois movimentos se combinaram para gerar uma reviravolta. De um lado, a crítica literária do século XIX chegara igualmente à universidade e, consolidada como uma especialidade, dispondo de recursos analíticos aprimorados, procurava ampliar seu prestígio acadêmico, de modo a obter um lugar ao sol na distribuição de recursos para pesquisas e de empregos para seus diplomados. De outro, por mais bem sucedidos que tivessem sido, na busca por *estruturas* de longa duração, o movimento dos *Annales* na França e de outros, equivalentes, em diferentes países, certas obras e tendências passaram a surgir que indicavam alguma insatisfação. Penso na renovação evidenciada em *Por uma história política* (RÉMOND, 1996), que voltava a retomar o tempo curto e a miudeza dos fatos e negociações; assim como a publicação, em torno de 1975, das três obras destacadas em artigo célebre (STONE, 1979): *Montaillou* (LADURIE, 1975),

O queijo e os vermes (GINZBURG, 1980) e *A fé, a razão e a praga* (CIPOLLA, 1979), que valorizavam novamente a narrativa. Um pouco antes, vindo do outro campo intelectual, surgia “O discurso da história” (BARTHES, 1972), logo depois seguido por *Metahistória* (WHITE, 1979). O cenário estava montado para o que se convencionou chamar de *giro linguístico*, presente até hoje na disciplina, apesar da hegemonia que a história global parece ter adquirido atualmente. Com ele, a *narrativa* (GROETHUYSEN, 1995; LORIGA, 2011), aspecto ignorado ou desvalorizado pela maior parte da história profissionalizada do século XX, voltou ao proscênio, de onde a preocupação, primeiro com as *fontes*, e sobretudo, mais tarde, com a *teoria*, a tinham expulsado.

A narrativa conduzida até aqui, por sua vez, pretendeu não apenas sugerir o *contexto* no qual nasceram tanto a *história dos conceitos* alemã quanto a *história das linguagens políticas* inglesa, mas igualmente destacar a complexidade das questões que passaram a envolver a linguagem no século XX. Os autores de ambas essas modalidades de abordagem histórica defrontaram-se com e absorveram, em doses variadas, como evidenciam seus escritos, as diferentes tradições sumariamente apresentadas acima em torno das questões geradas pela *linguagem* nos últimos duzentos anos. E, bastante paralelas no tempo, não deixam, acredito, de manifestar certa complementaridade, como já foi assinalado (RICHTER, 1990), e aspectos comuns, como o enfoque *hermenêutico*, nem sempre confessado.

A primeira surgiu como uma espécie de broto tardio do venerável tronco da história das ideias alemã, em que a análise assentava-se nas obras de pensadores canônicos. Dela, *A civilização do Renascimento na Itália* de 1860 (BURCKHARDT, 1958) ou *A ideia de razão de Estado* de 1924 (MEINECKE, 1973) constituem exemplos famosos. Na origem, porém,

não deixa de estar a controvertida obra do medievalista austríaco Otto Brunner (1898-1982), um dos muitos críticos, no entreguerras, da sociedade liberal associada à democracia parlamentar nascida no século XIX, posição que até o conduziu a filiar-se ao partido nazista. Não obstante, em seus livros, com destaque para *Terra e dominação* (1939), a despeito das muitas afirmativas decorrentes desta ideologia, encontra-se a perspectiva original da abordagem inadequada do poder na idade média, caso se recorresse à categoria oitocentista de Estado e suas derivadas, de maneira muito semelhante àquela que *As vésperas do Leviathan* vieram a fazer para o antigo regime português mais recentemente, sem partir dos mesmos pressupostos (HESPANHA, 1986). A proposta original levou Brunner, após a desnazificação, a compor, do início até sua morte, o trio de editores, junto com Werner Conze (1910-1986) e Reinhart Koselleck (1923-2006), do enorme dicionário, o GG, que batizou esta corrente (MELTON, 2006; MILLER, 2002)⁵.

Marcada também por outras vertentes, como a história econômico-social, que W. Conze praticou, o GG procurou caracterizar o período que vai de 1750 a 1850 como um século de acelerada transformação semântica de uma centena de conceitos – como burguesia, democracia, ilustração, modernidade e progresso –, algo que permite distinguir o mundo contemporâneo daquele tradicional, anterior ao advento da indústria e à política nascida da Revolução Francesa. Pressupõe, portanto, uma concepção dinâmica da linguagem, em que os conceitos encontram-se em relação dialética permanente com a realidade, o que evidencia igualmente o legado que herdou das

⁵ GG constitui a abreviatura cômoda, que se generalizou, para o *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* (Conceitos históricos fundamentais: léxico historiográfico da linguagem político-social na Alemanha), 1972-1997, 8 v. em 9 tomos (RICHTER, 2006).

discussões em torno da hermenêutica e da linguagem propostas por Gadamer e outros. Para tal, cada verbete explora uma grande variedade de fontes, a fim de detectar, como se fosse um sismógrafo, as variações de significado que o conceito sofreu nos diversos contextos em que circulou. Sem muita convicção, o mais jovem dos editores e o único ainda vivo, quando a obra ficou pronta, denominou de *Sattelzeit* [tempo-sela] essa “era da passagem”, semelhante a um desfiladeiro, em que as águas de um rio correm mais velozes (ASSIS e MATA, 2013, p. 11)⁶. E, em função dela, identificou quatro processos responsáveis pela mudança: democratização, temporalização, politização e ideologização. O primeiro indica o quanto ideias político-sociais, como *democracia*, passaram a integrar o vocabulário de diversos estratos da sociedade, distintos dos círculos eruditos que os manejavam anteriormente. O seguinte aponta para a apreensão cada vez mais acentuada de uma perspectiva histórica aplicada aos fatos como à própria experiência, tanto individual, quanto coletiva. É o que ocorre com *progresso*. Politização refere-se à generalização da ideia de *praça pública* como o espaço em que *cidadãos* de distintas categorias sociais podem opinar sobre os assuntos coletivos. Concomitantemente, os debates aí conduzidos tornam-se *ideológicos*, na medida que recorrem à substituição de termos descritivos – como *nobres* ou *plebeus* –, por outros, abstratos – *história*, *progresso*, *liberdade* e afins, que, complementados por adjetivos diversos, transformam-se na expressão característica da opção política de diferentes grupos específicos (KOSELLECK, 2009, p. 96-98). Como resultado geral, ampliam-se os

6 Conforme comunicação pessoal de Luiz Alberto Franco (USP), em engenharia mecânica, para uma superfície irregular, emprega-se o termo *ponto de sela* a fim de indicar a interseção entre uma linha que une duas elevações com aquela outra, que liga duas planícies.

espaços de experiência da sociedade e abrem-se novos *horizontes de expectativa*; e, ao se distanciarem gradativamente, essas duas categorias criam a consciência de uma *modernidade* (KOSELLECK, 2006, p. 305-327).

Já a *história das linguagens políticas* inglesa nasceu em solo menos fértil. O pensamento nas ilhas britânicas tendeu a ficar marcado pelo empirismo e racionalismo de seus principais representantes setecentistas, como D. Hume, vindo a culminar na filosofia analítica do século XX, aludida acima. No entanto, houve exceções. Dentre elas, se a excêntrica formação, revelada pela primorosa *Autobiografia* (COLLINGWOOD, 1989), levou a uma tradução de Benedetto Croce em 1913, também garantiu ao autor (1889-1943) uma posição periférica em Oxford, como arqueólogo da Inglaterra romana e como filósofo preocupado com a história. A partir de Cambridge, por sua vez, outro pequeno volume de 1931 (BUTTERFIELD, 1973) revelava orientação semelhante, a qual, em seguida, estendeu-se a Peter Laslett (1915-2001), a J. G. A. Pocock (1924-) e a Quentin Skinner (1940-). Essa árvore genealógica, de forma alguma exclusiva, da chamada, por vezes, “escola de Cambridge” ou “escola contextualista”, permite perceber o lugar central ocupado por Laslett nesse tipo de abordagem, graças às edições de obras de Robert Filmer (1588-1653) e de John Locke (1632-1704), que realizou, como reconheceu outro integrante do grupo (POCOCK, 2012, p. 195-196), embora tenha tomado rumo diferente na década de 1960, quando julgou que a filosofia política, de um ponto de vista histórico, encontrava-se diante de um beco sem saída nos países anglofônicos [LASLETT, 2005 e 1975].

Restringindo-me aos dois historiadores ingleses do discurso político mais conhecidos entre nós, apesar das afinidades que partilham com outros contemporâneos (DUNN, 1968), são as diferenças entre eles

que tornam inadequado o emprego do termo *escola* para o grupo. Um ficou célebre em 1969, ainda muito moço, por conta do impacto causado por artigo que publicara no prestigioso periódico *History and Theory* (SKINNER, 2017), onde argumentava contra a tendência *whig* predominante, como a denominara H. Butterfield (1900-1979), na história das ideias da época. Partindo de livros-texto⁷ dos cursos de história do pensamento político, percebera que os historiadores da filosofia tomavam os conceitos políticos como entidades abstratas, independentes do tempo e do lugar em que eram empregados, desde a Grécia antiga até nossos dias, organizando-os a partir do presente, enquanto a instância mais bem acabada deles. Com isso, o *Regius Professor* de história moderna em Cambridge tornou-se um historiador da filosofia e passou a constituir, ele próprio,

[...] um teórico capaz de despertar o interesse dos filósofos. [...] foi esse o papel que Skinner desempenhou desde que assumiu a posição, após um período como professor de ciência política (um encargo que pertence, nessa universidade, ao corpo docente de história). Em ambas as funções, ele escreveu história do pensamento político, argumentando que a teoria política e a filosofia devem ser compreendidas como atos de fala políticos proferidos na história (POCOCK, 2012, p. 194).

Ou seja, recorrendo à teoria dos atos de fala de J. L. Austin (1911-1960), qualquer pronunciamento de um pensador político, para Skinner, deve ser compreendido à luz das condições que regeram sua enunciação. Isso exige situá-lo em seu *contexto*, quer dizer, relacioná-lo a outros enunciados, de tal modo que seja possível supor o que seu autor pretendia ao emití-lo. O procedimento corresponde à lógica da pergunta

⁷ Sirvam de exemplo os de Jean Touchard e de George Sabine.

e da resposta, cuja primazia Gadamer (2004, p. 363-371) não deixou de atribuir a Collingwood (1989 e 2018). Este, no póstumo *A ideia de história* (1949, p. 218, grifo meu), considerava que o conhecimento histórico

[...] consiste no conhecimento do que a mente fez no passado e, ao mesmo tempo, na reconstituição disto, na perpetuação de ações passadas no presente. Seu objeto, portanto, não é um mero objeto, algo exterior à mente que conhece; é uma atividade do pensamento, que só pode ser conhecida à medida que a mente que investiga a refaça e passe a conhecer a si mesma, simultaneamente. Para o historiador, as atividades cuja história está estudando não são espetáculos a serem observados, mas *experiências a serem vividas em sua própria mente* [...].

Assim sendo, por exemplo, ao

[...] imaginar a si próprio na situação em que estava César, isso implica [para o historiador] supor o que César pensava sobre aquela situação e as possíveis maneiras de lidar com ela. A história do pensamento – e portanto, toda história –, é a *reencenação do pensamento passado na mente mesma do historiador* (COLLINGWOOD, 1949, p. 215)⁸.

Desse modo, para Skinner, focado no pensamento político dos séculos XVI e XVII, a pergunta fundamental para o historiador passa a ser “o que o autor está fazendo?”. Com isso, ele pretende esclarecer as relações entre *teoria* e *prática* política, ao relacionar cada pensador à situação histórica em que se encontrava, procurando identificar a *ideologia* a que se filiava. Como desenvolveu na mais conhecida de suas obras, o procedimento exige o exame não apenas dos nomes canônicos, mas igualmente de muitos contemporâneos, que tenderam a ficar na

8 Nessas traduções, introduzi algumas alterações àquela da edição portuguesa (COLLINGWOOD, s/d, p. 333 e 329). Procedi da mesma maneira também em traduções seguintes, sempre que me pareceu facilitar a compreensão.

sombra, embora contribuísem na composição do campo de forças em atuação para justamente formar as ideologias – ou *linguagens* – presentes em determinado período (SKINNER, 1996, p. 9-14). Ao mesmo tempo, ele acreditava “poder apontar alguns aspectos do processo pelo qual veio a formar-se o moderno conceito de Estado” (SKINNER, 1996, p. 9), como fez mais tarde (SKINNER, 2011), opção arriscada, porém, segundo Pocock (2012, máxime p. 201), por conta do risco de cometer *prolepses* (ou seja, atribuir a um autor ter antecipado argumentos sem comprovar documentalmente o papel de seus escritos na formulação posterior).

De ponto de vista diferente, na contracorrente do rastro deixado pela onda neoliberal que se afirmara no último quartel do século XX, Skinner tornou-se tão ou mais conhecido pela recuperação e defesa da linguagem conhecida como *neorromana* ou *republicana*, na qual exprimiram-se muitos autores renascentistas, como Maquiavel (1469-1527). De um lado, o fez ao estudar Thomas Hobbes (1588-1679), por considerá-lo, quando escreveu o *Leviathan*, o primeiro a atacar essas concepções, “de modo a favorecer outra visão [...] que a necessidade de resistir à Guerra Civil Inglesa – em certa medida, uma guerra de religião – tornara proeminente” (POCOCK, 2012, p. 200). De outro, em *Liberdade antes do liberalismo* (SKINNER, 1999, p. 91-93), argumentou que a liberdade *positiva* da atitude republicana questionava a liberdade *negativa* da perspectiva liberal e, para tanto, investia com mão pesada contra famosa exposição de Isaiah Berlin. Nela, contudo, este afirmara explicitamente:

Na verdade, tentei mostrar que é a noção de liberdade em seu sentido ‘positivo’, que está no cerne dos apelos em favor de um autogoverno nacional ou social, apelos esses que estimulam os movimentos públicos

mais poderosos e moralmente justos de nosso tempo; não reconhecer isso é enganar-se com os fatos e com as ideias mais vitais de nossa época.

Os objetivos de Berlin, na realidade, eram diversos:

Mas parece-me também que a crença de que, em princípio, se pode encontrar alguma fórmula simples através da qual os diversos fins dos homens podem ser harmoniosamente realizados é falsa, o que se mostra passível de demonstração. Se, como acredito, os fins dos homens são muitos, e nem todos compatíveis entre si, então a possibilidade de conflito – e de tragédia – não pode ser totalmente eliminada da vida humana, quer pessoal, quer social. A necessidade de escolher entre reivindicações absolutas é, então, uma característica inevitável da condição humana. Isto dá seu valor à liberdade [...] como um fim em si, e não como uma necessidade temporária, provenientes de nossas noções confusas e de vidas irracionais e desordenadas [...] (BERLIN, 1981, p. 167-168).

Nessa linha, mas em outra direção, alguns anos antes, Skinner publicara extenso estudo, apoiado em numerosas referências, sobre os célebres painéis de Ambrogio Lorenzetti (1290-1348) para a “Sala dos Nove” da senhoria de Siena (SKINNER, 1986). Desde então, voltou repetidamente ao tema, para responder a críticas e aprimorar o argumento de que, ao contrário da opinião dominante – que os julgava uma apologia ao bem comum, de inspiração tomística –, as pinturas já remetiam à linguagem republicana do humanismo cívico (SKINNER, 1999 e 2009). Dois anos depois do aparecimento em francês do último trabalho, longo e denso artigo nos *Annales* de Patrick Boucheron (2005) – mais tarde expandido em livro (2013) – voltou a discutir as teses de Skinner, e, ao rever a historiografia sobre a pintura, examinou-a igualmente em detalhe novamente. A propósito do autor inglês, reconhece o quanto já se dedicara ao tema, que aparece como um “*work*

in progress” na sua obra, revelando a probidade profissional que o anima. Além disso, observa que ele “se inscreve numa controvérsia intelectual (não apenas erudita), que diz respeito às próprias origens do humanismo”, em geral localizadas por volta de 1400, embora a cronologia tenha sido posteriormente questionada. Skinner radicaliza essa crítica e situa o aparecimento do humanismo já no século XIII, como um desdobramento da *ars dictaminis* medieval, com a incorporação dos modelos retóricos romanos dos contemporâneos de Cícero, de modo a confirmar o argumento anteriormente apresentado no segundo capítulo das *Fundações* (SKINNER, 1996, p. 45-69). Boucheron traz muitos reparos a essa perspectiva, em especial quando subordina a leitura da imagem à de textos que não lhe são pertinentes (BOUCHERON, 2005, p. 1161-1162, 1169-1171, 1173-1174, 1176-1177). Reconhece, no entanto, sua intuição fundamental sobre a necessidade de repolitizar o olhar dirigido à obra de Lorenzetti, pois “ela permite ver um pensamento político sobre o ‘bem viver’ em sociedade”, quer dizer, uma “ideologia” ou *linguagem* (BOUCHERON, 2005, p. 1199).

Enquanto Skinner navega na estratosfera dessas considerações eruditas, J. G. A. Pocock escolheu um curso cujo rumo tendeu a orientar-se por outras preocupações. Nascido em Londres, mas crescendo na Nova Zelândia, onde o pai tornara-se professor universitário de clássicos, voltou à Europa para doutorar-se pela universidade de Cambridge em 1952, passando a ensinar a partir de então na Oceania e, desde 1966, nos Estados Unidos, onde se aposentou como professor da universidade Johns Hopkins. Nos anos em que os trabalhos de Arnaldo Momigliano (1908-1987), refugiado na Inglaterra desde 1939, estavam renovando a história da historiografia (BROWN, 1988), sua tese de doutoramento, sob a orientação de H. Butterfield, procurou caracterizar

uma *linguagem* do pensamento político no século XVII, que envolvia a discussão da história inglesa, compreendendo a interpretação da conquista normanda, assim como a antiguidade da *common law* e do parlamento (POCOCK, 1987). Como já mencionado, a problemática havia sido revelada por P. Laslett (2005), quando mostrou como J. Locke (1632-1704) tinha recorrido às linguagens da jurisprudência, da teoria do governo e da filosofia política para criticar R. Filmer (1588-1653) na conjuntura que antecedeu à Revolução de 1688. Pocock, por seu lado, identificou nas questões históricas, ignoradas pelo autor dos *Dois tratados sobre o governo*, uma outra modalidade de discurso, porém, com a presença da mesma oposição de opiniões, divididas entre aqueles que se mostravam favoráveis ao rei ou ao parlamento, e, portanto, tomando igualmente parte na constituição do pensamento político da época (POCOCK, 2012, p. 196).

À tese, publicada em 1957, seguiram-se muitos artigos, desde uma primeira exposição do método que utilizara, que destoava da abordagem muito pouco histórica da coletânea em que apareceu (POCOCK, 1962), até aqueles oito reunidos no volume *Politics, Language and Time* (POCOCK, 1971), com o foco dirigido para o estudo das linguagens e o humanismo cívico na Itália e na Inglaterra, que anunciava as densas 550 páginas de *O momento maquiaveliano* quatro anos mais tarde, elaborado através de lenta maturação e em diálogo com Skinner, como mostra a excelente “Introdução” de Richard Whatmore (POCOCK, 2021, p. 9-24). Uma longa resenha, escrita logo em 1977, designa a obra como “magnífico trabalho histórico, que retribui com dividendos de sobra o esforço que exige”. Verdade que livro “extremamente difícil”, pois, “a não ser que se esteja disposto a considerá-lo como ele considera seu assunto, meticulosa e sistematicamente, será impossível notar a maior

parte de sua riqueza ou ter mais do que uma vaga percepção do resto”.

A responsabilidade disso fica por conta de que,

[...] internamente, a maioria das páginas dispõe de várias camadas de argumentos intrincados, ao mesmo tempo que, externamente, cada uma destas remete para elaboradas linhas de raciocínio, anunciadas no início, mas que conduzem a teses cuja formulação clara pode surgir somente cem páginas adiante (HEXTER, 1979, p. 261-263).

Partindo do pensamento medieval, voltado para o valor último do eterno e do universal, Pocock estabelece, nessa obra-prima de 1975, segundo seu tradutor,

[...] a conexão existente entre o discurso político elaborado pelos humanistas florentinos do Renascimento, mormente o de Maquiavel, que era uma reatualização do discurso aristotélico-polibiano do homem como *zoon-politikon* [...], o discurso político do republicanismo inglês do século XVII [...], que constituía, por sua vez, uma reatualização do discurso republicano da Renascença italiana, sobretudo o maquiavelismo, e, por último, o discurso político dos colonos ingleses da América do Norte, durante a Independência [...] (FLORENZANO, 2021, p. 118).

De fato, ele segue, em diferentes partes do mundo europeu, entre meados do século XV e o final do XVIII, os rumos pelos quais a visão da política, centrada nos “valores de estabilidade ou imobilidade, monarquia, autoridade, eternidade, hierarquia e universalidade”, mudou para outra, em que todos esses conceitos “tinham se tornado periféricos ou hostis”. Ao final do período, “republicanismo, secularismo, progresso, patriotismo, igualdade, liberdade e utopia” tinham tomado o seu lugar. A essa altura, apenas algumas palavras da linguagem medieval da política sobreviviam, mas “no interior de uma

linguagem em que, de alguma forma, *tempo e história*, de triviais, haviam se tornado noções tomadas a sério” (HEXTER, 1979, p. 274, grifos meus), algo que o extenso primeiro parágrafo do capítulo três permite intuir de maneira muito resumida (POCOCK, 2021, p. 77-78).

Posteriormente, outra coletânea, com mais onze artigos, serviu de complemento ao trabalho anterior e anunciou algumas novidades: primeiro, a preocupação deslocara-se para o século XVIII; segundo, multiplicavam-se referências a outras modalidades de discurso político, nascidas da sociedade comercial do período; e, finalmente, adquiriam destaque Edward Gibbon (1737-1794) e a história da historiografia (POCOCK, 1985). O resultado desse deslocamento, “sempre com o mesmo método e sempre com o mesmo padrão e estilo” (FLORENZANO, 2021, p. 120), apareceu em 1999, com os primeiros dois volumes da série de seis, somente concluída muitos anos depois, com o título geral de *Barbarismo e religião* (POCOCK, 1999-2015).

Do quanto pude averiguar, a recepção inicial dessas quase oitocentas páginas foi de perplexidade. Na *History and Theory*, um professor de história francesa na universidade de Illinois julgou que, se o trabalho não fosse de Pocock, ele teria “bem menos paciência para tentar compreender sua abordagem pouco convencional”. Afinal, ele não cumprira as obrigações genéricas de um historiador, ao deixar, entre outras falhas, de reconhecer a erudição acumulada sobre o assunto, de explicitar os procedimentos adotados e de esclarecer seus leitores sobre a razão por que se afastava da perspectiva convencional. Diferentes um do outro, o primeiro volume seguia cronologicamente a vida do autor de *Declínio e queda* até perto dos trinta anos, mas, ao invés de uma biografia, Pocock se limitava a oferecer uma ideia de como se formou a *mente* de Gibbon; no segundo, o historiador setecentista quase

desaparecia, a fim de expor as modalidades de fazer história no período, que denominava de “narrativas civis”, escritas por Giannone, Voltaire, Hume e outros. Na obra, o leitor encontrará, assim, “um universo de erudição pessoal e imensamente sofisticado”, repleto, porém, de “flores exóticas” (JORDAN, 2001).

Já no *New York Review of Books*, direcionado para um público geral, o espanto mostrou-se equivalente, embora menos estridente. Um biógrafo e crítico literário anotava a pequena preocupação de Pocock com o famoso estilo de Gibbon e o quanto este era depreciado pelos poetas românticos ingleses de inícios do século XIX, algo que também julgava dever fazer parte, na obra, dos tão realçados “contextos”. O título da série provinha do capítulo final de *Declínio e queda*, mas o texto de Gibbon e os desenvolvimentos de Pocock mostravam-se suficientemente ambíguos para revelar as afinidades entre a retórica dos dois autores, fazendo com que a expressão *Barbarismo e religião* fosse capaz de “encapsular, em microcosmo, a complexa estrutura de atitudes adotadas pelo [...] livro como um todo”. Mais problemático, com o intuito de evitar uma reificação do conceito, aparecia-lhe o emprego do termo “*enlightenments* (ilustrações)”, pois,

[...] no que diz respeito a Gibbon – observa o resenhista –, a novidade ainda é uma reificação; e quando se apreciam as realidades alucinantemente diversas que Pocock designa por esse nome – uma ‘ilustração protestante’, uma ‘ilustração de Utreque’ [...], até mesmo uma ‘ilustração’ de Burke [...] – é difícil ver qual a eficácia que se possa atribuir à palavra ‘ilustração’.

Da mesma maneira, encerrava a avaliação com uma discussão da complexa estrutura de *Declínio e queda*, admirado pelo espanto de Pocock diante da decisão de Gibbon em prosseguir de 476, a queda de

Roma e do império do Ocidente nas mãos dos bárbaros germânicos, com que termina o primeiro volume da obra, publicado em 1776, até a queda de Constantinópolis e do império oriental para os turcos em 1453, acontecimentos que ocuparam os volumes dois e três de 1781, assim como os três últimos, de 1788, e representaram um enorme esforço para o autor, mas também o desbravamento de território historiográfico praticamente desconhecido até então. Afinal, já no prefácio de 1776, Gibbon prometera concluir em volume subsequente a história do império no Ocidente. Quanto aos períodos posteriores, acrescentara, “embora possa entreter alguma esperança, não ousou conceder qualquer garantia. A execução do plano tão amplo, que descrevi, conectaria a história antiga e moderna do mundo, mas haveria de requerer muitos anos de saúde, disposição e perseverança” (FURBANK, 2000).

Quinze anos mais tarde, no entanto, quando Pocock já contava 91 anos, a curta resenha por outro professor universitário do sexto e último volume da série começava:

Triunfo no oeste é a conclusão triunfante da série de J. G. A. Pocock sobre Edward Gibbon e o *Declínio e queda do império romano* [...]. Prestações anteriores buscaram situar Gibbon e seu texto numa série de contextos: as ilustrações europeias; narrativas da vida civil; a história conceptual de ‘declínio e decadência’; teorias a respeito de ‘bárbaros’ e ‘selvagens’; historiografia eclesiástica.

Ao prosseguir a narrativa com o conteúdo dos volumes dois e três, o objetivo principal não consistiu em apresentar um resumo e uma explicação de período bastante obscuro, e sim “a reconstrução meticulosa das fontes e das motivações de Gibbon”. Leitores familiarizados com escritos de Pocock, sabem que seus

empreendimentos nunca se limitam aos interesses estreitos do especialista erudito, mas estão “sempre à procura de amplos panoramas”, diversos dos quais aparecem aqui:

[...] o surgimento da história e da historiografia ‘modernas’; concepções ocidentais do oriente; relações entre histórias da Igreja, do Estado e do Império. As interpretações de Pocock continuarão a ser debatidas, mas, ao ventilá-las, ele estabeleceu o programa para gerações de estudiosos no futuro.

O tom mudara radicalmente. A construção original e idiossincrática da obra em si e das preocupações do autor parecem ter perdido as arestas, sendo incorporadas ao repertório de recursos e interesses dos historiadores contemporâneos. Não obstante, em seguida, vários aspectos vêm à tona e são discutidos, entre os quais, ao final, a conclusão mais geral da obra (EHRlich, 2016). Nela, Pocock considera que *Declínio e queda* não constitui o primeiro exemplo da historiografia moderna, mas o último da historiografia antiga. Publicados os três últimos volumes do livro em maio de 1788, Gibbon, nos seis anos que lhe restavam de vida, assistiu a uma reviravolta:

[...] a Europa passava a defrontar-se com uma nova história, que não culminou na Ilustração, mas em revolução, a ser seguida por contra-revolução e as profundas mudanças que levariam a historiografia de sua condição moderna à condição contemporânea – do humanismo ao historicismo, e do estatuto de prazerosa atividade para homens de letras àquele de um discurso público, profundamente preocupado com o Estado, enunciado por professores universitários (POCOCK, 2015, p. 509).

Diante dessa citação, por mais extravagante que possa parecer, os seis volumes de *Barbarismo e religião* poderiam ser compreendidos como

o comentário a uma nota de rodapé na penúltima página de *The Ancient Constitution* (1957). Aí está registrada a observação de Arnaldo Momigliano, à memória de quem dedicou o segundo volume de *Barbarismo e religião*, de que Gibbon estava procedendo a “uma grande síntese entre história filosófica e a erudição dos antiquários no domínio da história antiga” (POCOCK, 1987, p. 250). A ideia que isso sugere da continuidade, da consistência e da riqueza contidas na obra deste autor chega a causar vertigem...

Após esse panorama sumário do lugar ocupado pela linguagem na historiografia contemporânea, em especial, no mundo alemão da história dos conceitos e no anglofônico da história dos discursos políticos, talvez essas modalidades pareçam envolver dois ou três tipos diferentes de abordagem para a investigação da história do pensamento, repartição que acaba favorecida pelas especializações e preferências de cada pesquisador. Para concluir, quero justamente argumentar o contrário, como já defendia há muito um artigo insuficientemente conhecido entre nós (RICHTER, 1990). Na realidade, acredito que as três se complementem ou, pelo menos, ofereçam perspectivas reciprocamente esclarecedoras. No fundo, da mesma maneira que muitos pensadores, pelo menos desde K. Marx, A. de Tocqueville, M. Weber e outros, todas se preocupam em compreender a grande transformação por que passou o Ocidente a partir de fins da idade média. Ao considerar o processo, distinguem-se, porém, dessas tentativas anteriores, quando recusam tanto o ponto de vista privilegiado do presente quanto a divisão do passado entre sucessivas etapas de gradual aperfeiçoamento. Quer dizer, afastam-se da concepção *whig* da história (BUTTERFIELD, 1973) ou adotam o

historicismo rankiano, valorizando cada momento histórico em si mesmo, na sua especificidade (HOLANDA, 1974).

Se Skinner não deixa de arriscar-se a incorrer em *prolepses* quando estabelece como meta o esclarecimento da formação do conceito de Estado moderno (POCOCK, 2012, p. 200-201), a maior parte de seus esforços voltou-se para a identificação do surgimento e da irradiação do *humanismo cívico* na esfera de fala inglesa, com o intuito de salientar a carência que essa linguagem passou a representar diante da vaga neoliberal, manifestada nas últimas décadas do século XX. Menos filosófico, embora afinado a Skinner na valorização da linguagem neorromana, Pocock, por sua vez, mostrou-se igualmente sintonizado às preocupações acadêmicas com a própria disciplina, que Momigliano e muitos outros manifestaram, sobretudo a partir de 1950, e tratou quase sempre – da *Antiga constituição* ao *Momento maquiaveliano* e daí a *Barbarismo e religião* –, de uma outra família de discursos, que se constitui ao longo do período: a da *historiografia*. De fato, à medida que, do século XVI ao XIX, a realidade gradualmente se *desencantava*, a história constituiu-se como forma própria de compreensão do mundo e converteu-se na expressão intelectual por excelência de uma *autonomia* das sociedades humanas para definir seu próprio destino, em relação à *heterodoxia* do pensamento religioso, que estabelece uma “ordem definida pelos deuses ou desejada por Deus” (GAUCHET, 2004, p. 183; 2007, p. 101-115, p. 164-199).

Por conseguinte, assim como Koselleck com a *Sattelzeit*, Skinner e Pocock, através de critérios diferentes, estabelecem uma ruptura entre um antes e um depois. O primeiro a situa com os humanistas do renascimento italiano, quando incorporaram à retórica que praticavam a preocupação com a liberdade positiva do cidadão, absorvida da

linguagem romana do século I a. C.. O segundo, quando a identifica no apogeu da linguagem narrativa, que se originara com Heródoto, na grande obra de Edward Gibbon de final do século XVIII, antecedendo a conversão da história numa modalidade do discurso político presente no Ocidente desde a Revolução Francesa. Curiosamente, no entanto, os dois ingleses – ainda que sem ignorar as realidades do mundo sublunar –, concentram suas reflexões nos atos de fala das personagens de que tratam, ao contrário de Koselleck e de seus colaboradores no GG, cujo objetivo central consistiu em perceber, nas mudanças sofridas pelos conceitos empregados, a passagem de uma estrutura de antigo regime a outra, que nos lançou na modernidade. Por isso, para o autor de *Crítica e crise* e de *A Prússia entre reforma e revolução (1791-1848)*, “os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave” (KOSELLECK, 2006b, p. 98)⁹.

Há, entretanto, outras diferenças mais profundas entre conceitos e linguagens. A abordagem dos primeiros move-se na dimensão *semântica* da língua, quer dizer, analisa a atribuição de um significado a certo vocábulo, em determinado momento ou intervalo de tempo, referindo-se a uma dada realidade. A das segundas procura identificar padrões de articulação de ideias reconhecidas como formas válidas de raciocínio para a constituição de certo discurso político, distinto de outros, contemporâneos ou não. Situa-se, desse modo, no nível *sintático* da língua. Como resultado, a história das linguagens favorece a *diacronia*, enquanto a dos conceitos enfatiza a *sincronia*, algo que acabou

9 Diversos capítulos sobre o assunto em Koselleck (2020).

reforçado pela estrutura lexical, em ordem alfabética, da principal obra que a representa (RICHTER, 2006). Assim sendo, se a história dos conceitos não é uma história *conceitual* – ou seja, a elaboração de conceitos para a pesquisa histórica –, mas a investigação de conceitos *na história*, embora ela exija o conhecimento das muitas situações em que o conceito possa surgir, pode ser utilizada com proveito por um historiador no caso de palavras específicas, sem preocupar-se com todo o universo da língua. No caso das linguagens políticas, porém, qualquer enunciação de alguém ocorre a partir de uma bagagem cultural comum da época, em acordo ou não com os demais discursos em circulação no momento. Pressupõe, pois, um levantamento e uma análise muito mais amplos do que se está falando em determinada ocasião e das razões que motivaram o ato de fala, algo que só se alcança com autêntico trabalho de equipe ou depois de muitos anos de experiência em um domínio tão restrito quanto possível.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.
- ASSIS, A. A. e MATA, S. Prefácio. In: KOSELLECK, Reinhart *et al.* *O conceito de história*. Tradução: R. E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 9-34.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Tradução: J. Hahne Jr. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968 [1934].
- BARTHES, R. El discurso de la historia. Tradução: A. M. Nethol. In: SAZBÓN, J. (org.). *Estructuralismo y literatura*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972 [1967], p. 35-50.
- BERGSON, H. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Alkcan, 1889.

- BERLIN, I. Dois conceitos de liberdade. In: *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Tradução: W. H. Ferreira. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981 [1958], p. 133-175.
- BLOCH, M. *Les rois thaumaturges*. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre. Prefácio: J. Le Goff. Paris: Gallimard, 1983 [1924].
- BOUCHERON, P. “Tournez les yeux pour admirer, vous qui exercez le pouvoir, celle qui est peinte ici”. La fresque du Bon Gouvernement d’Ambrogio Lorenzetti. *Annales HSS*, Paris, v. 60, n. 6, p. 1137-1199, nov-déc 2005.
- BOUCHERON, P. *Conjurer la peur*. Siennese, 1338. Essai sur la force politique des images. Paris: Seuil, 2013.
- BRONOWSKI, J. *O senso comum da ciência*. Tradução: N. R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1977 [1951].
- BROWN, P. Arnaldo Dante Momigliano, 1908-1987. *Proceedings of the British Academy*, London, v. 74, p. 405-442, 1988.
- BURCKHARDT, J. *Civilisation de la Renaissance en Italie: essai*. Prefácio: R. Klein. Tradução: H. Schmitt. Paris: Le Livre de Poche, 1958 [1860], 3 v.
- BUTTERFIELD, H. *The Whig Interpretation of History*. Harmondsworth: Penguin, 1973 [1931].
- CESARE, D. *Gadamer: A Philosophical Portrait*. Tradução: N. Keane. Bloomington (IN): Indiana University Press, 2013.
- CIPOLLA, C. M. *Faith, Reason and the Plague*. A Tuscan History of the Seventeenth Century. Tradução: M. Kittel. Brighton: The Harvester Press, 1979 [1977].
- COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Tradução: Alberto Freire. Lisboa: Presença, s/d [1965?].
- COLLINGWOOD, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Clarendon, 1989 [1939].
- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History*. Oxford: Oxford University Press, 1949 [1946].
- COLLINGWOOD, R.G. Pergunta e Resposta. Tradução: A. Picoli; E. O. Brito. *PERI – Revista de Filosofia*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 235-245, 2018.

- CORETH, E. *Questões fundamentais de hermenêutica*. Tradução: C. L. Matos. São Paulo: EPU / Ed. da USP, 1973.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução: M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1637].
- DUNN, J. (1940-). The Identity of the History of Ideas. *Philosophy, The Journal of the Royal Institute of Philosophy*, London, v. 43, n. 164, p. 85-104, Apr. 1968.
- EHRlich, J. Review of Barbarism and Religion: Volume 6, Barbarism: Triumph in the West. DOI: 10.14296/RiH/2014/1860. Acesso em: 12 fev. 2016.
- FEBVRE, L. *Le problème de l'incroyance au XVI^{ème} siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1968 [1942].
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Tradução: O. S. da Mota e L. Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 [1975].
- FLORENZANO, M. John Pocock e a reavaliação do discurso político moderno. In: *Lições de história moderna* (séculos XV a XX). São Paulo: Intermeios, 2021 [2007], p. 115-126.
- FURBANK, P. N. Epic-Making. Resenha de: POCKOCK, J. G. A. Barbarism and Religion, v. 1 e 2. *New York Review of Books*, New York, v. 47, n. 19, p. 57-59, 30 nov. 2000.
- GADAMER, H-G. *Truth and Method*. Tradução revisada: J. Weinsheimer; D. G. Marshall. London: Continuum, 2004 [1960].
- GAUCHET, M. *La condición histórica: conversaciones con François Azouvi y Sylvain Piron*. Tradução: E. Molina. Madrid: Trotta, 2007.
- GAUCHET, M. *Un monde désenchanté?* Paris: Les Éditions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 2004.
- GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano* (ed. abreviada). Tradução: J. P. Paes. São Paulo: Companhia das Letras / Círculo do Livro, 1989.
- GIBBON, E. *The Decline and Fall of the Roman Empire*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952 [1776-1788], 2v.

GINZBURG, C. *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*. Tradução: John Tedeschi; Anne C. Tedeschi. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1980 [1976].

GROETHUYSEN, B. De quelques aspects du Temps. Notes pour une phénoménologie du Récit. In: *Philosophie et histoire*. Editor: B. Dandois. Paris: Albin Michel, 1995 [1935], p. 217-69..

HANSON, N. R. Observação e interpretação. In: MORGENBESSER, Sidney (org.). *Filosofia da ciência*. Tradução: L. Hegenberg; O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix / EdUSP, 1975, p. 127-138.

HEMPEL, C. G. The Function of General Laws in History. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 39, n 2, p. 35-48, 15 jan. 1942.

HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal - século XVII*. s.n.t. [policopiado, 1986], 2v.

HEXTER, J. H. Republic, Virtue, Liberty, and the Political Universe of J. G. A. Pocock. In: *On Historians. Reappraisals of Some of the Makers of Modern History*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1979, p. 255-303.

HOLANDA, S. B. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. *Revista de História*, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 431-480, out.-dez. 1974.

JORDAN, D. P. Barbarism and Religion: Where Is Gibbon the Historian? *History and Theory*, Middletown (CT), v. 40, n. 3, p. 385-392, out. 2001.

KANTOROWICZ, E. *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. Prefácio: William C. Jordan. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1997 [1957].

KOSELLECK, R. *História de conceitos*. Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social. Prefácio: A. A. Assis e B. Ferreira. Tradução: M. Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, R. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006a, p. 305-327.

- KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006b, p. 97-118.
- KOSELLECK, R. *Introducción al Diccionario historico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana*. Tradução: Luis Fernández Torres. *Anthropos: Huellas del Conocimiento*, Barcelona, v. 223, p. 92-105, 2009.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: L. V.-B. Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 1999 [1959].
- KOSELLECK, R. *La Prussia tra riforma e rivoluzione (1791-1848)*. Tradução: M. Cupellaro. Bologna: Il Mulino, 1988 [1967].
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas* [1962]. Tradução: B. V. Boeira e N. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LADURIE, E. L. R. *Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*. Paris: Gallimard, 1975.
- LANGLOIS, C. V.; SEIGNOBOS, C. *Introduction aux études historiques*. Prefácio: Madeleine Rebérioux. Paris: Kimé, 1992 [1898].
- LASLETT, P. Introdução. In: LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução: J. Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 1-193.
- LASLETT, P. *O mundo que nós perdemos*. Tradução: A. P. Torres e H. Serrão. Lisboa: Cosmos, 1975 [1965].
- LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à historia*. Tradução: F. Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. Seleção: J. A. Giannotti. Tradução: idem e E. Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MEINECKE, F. *L'idée de la raison d'État dans l'histoire des temps modernes*. Tradução: M. Chevalier. Genève: Droz, 1973 [1924].
- MELTON, J. H. Otto Brunner e as origens ideológicas da *Begriffsgeschichte*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Loyola / IUPERJ, 2006, p. 55-69.

MILLER, P. N. Nazis and Neo-Stoics: Otto Brunner and Gerhard Oestreich Before and After the Second World War. *Past and Present*, Oxford, v. 176, p. 144-186, 2002.

MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Tradução: A. Tachet et al. Paris: Gallimard, 1983.

NEVES, G. P. Chegará o tempo da história? *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 9, p. 222-45, 2012.

NIETZSCHE, F. Second Essay, §13. In: *The Genealogy of Morals*. Tradução: H. B. Samuel. New York: Boni and Liveright, s/d, p. 40-93.

PALMER, R. E. *Hermenêutica*. Tradução: M. L. R. Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1986.

POCOCK, J. G. A. *O momento maquiaveliano*. O pensamento político florentino e a tradição republicana atlântica. Introdução: Richard Whatmore. Tradução: Modesto Florenzano. Niterói: EdUFF, 2021 [1975].

POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. Tradução: P. Guillaume; G. P. Neves. *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 193-206, jul-dez 2012.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 6: Barbarism: Triumph in the West. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 5: The First Triumph. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 4: Barbarians, Savages and Empires. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 3: The First Decline and Fall. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 2: Narratives of Civil Government. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*, vol. 1: The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737-1764. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POCOCK, J. G. A. *Virtue, Commerce and History*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1985.

POCOCK, J. G. A. *Politics, Language and Time*. New York: Atheneum, 1971.

POCOCK, J. G. A. *The Ancient Constitution and the Feudal Law: A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century* (A Reissue with a Retrospect). Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1957].

POCOCK, J. G. A. The History of Political Thought: A Methodological Inquiry. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (Eds.). *Philosophy, Politics, and Society*, 2nd Series. Oxford: Blackwell, 1962, p. 183-202.

RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Tradução: D. Rocha. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1996 [1988].

RICHTER, M. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. Tradução: O. Leonídio. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Loyola / IUPERJ, 2006, p. 39-53.

RICHTER, M. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the *Geschichtliche Grundbegriffe*. *History and Theory*, Middletown (CT), v. 29, n. 1, p. 38-70, 1990.

RISKIN, J. Just Use Your Thinking Pump! Resenha de: COWLES, Henry M. *The Scientific Method: An Evolution of Thinking from Darwin to Dewey*. *The New York Review of Books*, New York, v. 67, n. 11, p. 48-50, 2 Jul. 2020.

ROBIN, R. *História e linguística*. Tradução: A. Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

RORTY, R. *Philosophy and the Mirror of Nature*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1980.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução: A. Chelini; J. P. Paes; I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970 [1916].

SEARLE, J. R. *Os atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução: Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1981.

SKINNER, Q. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução: M. V. Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358-399, jan./abr. 2017 [1969].

SKINNER, Q. *Uma genealogia do Estado moderno*. Tradução: M. B. Vieira. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

SKINNER, Q. *El artista y la filosofía política: El Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti*. Introdução: E. García. Tradução: E. García e P. Aguado. Madrid: Trotta, 2009.

SKINNER, Q. Ambrogio Lorenzetti's Buon Governo Frescoes: Two Old Questions, Two New Answers. *Journal of the Warburg and Courtauld Institute*, London, v. 62, p. 1-28, 1999.

SKINNER, Q. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução: R. Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R. J. Ribeiro e L. T. Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1996 [1978].

SKINNER, Q. Ambrogio Lorenzetti: The Artist as Political Philosopher. *Proceedings of the British Academy*, London, v. 72, p. 1-56, 1986.

STONE, L. The Revival of Narrative. Reflections on a New Old History. *Past and Present*, Oxford, v. 85, p. 3-24, nov. 1979.

VEYNE, P. *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*. Paris: Seuil, 1971.

WEBER, M. *Le savant et le politique*. Introdução: Raymond Aron. Tradução: J. Freund. Paris: Plon, 1959.

WHITE, H. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore (MD): The Johns Hopkins University Press, 1979 [1973].

2

“AS JESUÍTAS”: ENTRELAÇAMENTOS DE IDEIAS EDUCATIVAS EM CONVENTOS E RECOLHIMENTOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

*Ana Cristina Pereira Lage*¹

Provavelmente você não ouviu falar de uma vertente feminina da Companhia de Jesus. Efetivamente, enquanto congregação ou ordem feminina vinculada aos inacianos, “as jesuítas” nunca existiram; porém, é possível encontrar essa denominação em alguns documentos do século XVIII. Tais fontes relacionam-se com as instituições que seguiam os princípios das ursulinas e tiveram conexões com os jesuítas que circularam pela América portuguesa. Mas essas conexões também alcançaram outros espaços, de acordo com a circulação dos inacianos e suas intenções de interagir com o universo feminino.

Philippe Annaert (1990) indica que, desde a fundação da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola já se preocupava com a constituição de uma comunidade feminina e, em Roma, criou uma instituição denominada de Irmãs de Santa Marta. Porém, devido a problemas na administração da casa, os inacianos desistiram de implementar um braço feminino da congregação. Entretanto, é possível encontrar uma íntima relação dos jesuítas com pequenas comunidades femininas na Europa desde o século XVI. Eles não agiam diretamente nesses grupos, mas exerciam algumas funções de aproximação, como confessores e mentores espirituais das mulheres ou então se

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Diamantina, Minas Gerais).

mostravam responsáveis por captar recursos e auxiliar assim na manutenção das suas casas. A aproximação ocorria mais junto daquelas comunidades femininas que visavam à educação cristã, além do aprendizado da leitura ou escrita por parte de meninas pobres. Geralmente, eram mulheres que ensinavam, voltadas para a religião e catequese, mas não tinham vínculo com ordens religiosas.

Ainda no século XVI, ocorreu o surgimento e a ampliação do movimento das mulheres denominadas ursulinas a partir da Itália e que se espalhou pela Europa, autorizado e referendado pela Santa Sé, as quais aproximaram gradativamente as suas obras dos jesuítas, uma vez que, em seus princípios, visavam à educação catequética de meninas. Essa aproximação tornou os jesuítas propagadores dos princípios das ursulinas e a expansão da obra feminina deveu-se também à ação direta da circulação dos inicianos por diversos espaços. As ideias dos jesuítas e das ursulinas se entrelaçavam então, especialmente com o intuito de expandir o catolicismo a partir de uma educação catequética.

Segundo Serge Gruzinski (2004), desde a sua origem, a Companhia de Jesus teve uma vocação planetária e foi pioneira na expansão junto às monarquias católicas a partir do século XVI. Por onde os religiosos passaram, difundiram suas ideias e seus princípios, mas também absorveram culturas locais, tornaram-se mestiços, híbridos, mediarão e conectaram informações e fizeram parte de uma “elite católica” globalizada. A expansão política das monarquias católicas ibéricas pelos *quatro cantos do mundo* utilizou-se do trabalho das ordens religiosas e seus missionários, especialmente dos jesuítas, em um auxílio mútuo de expansão do ideário católico, tanto de conversão, como de aceitação da dominação ibérica nos locais conquistados, já que a expansão articulava então com outros espaços, outras configurações políticas e outros

imaginários. É dessa forma que as histórias dos jesuítas se conectam com os princípios das ursulinas para fortalecer ou implementar o ideário católico nos espaços conquistados. Por outro lado, esta foi uma forma de ampliar o número de mulheres que seguiam o ideário das ursulinas para além da Europa.

Na América portuguesa foram dois conventos e dois recolhimentos que receberam as orientações das ursulinas e tiveram o apoio direto tanto dos jesuítas, quanto da Coroa portuguesa para seus respectivos funcionamentos. Dessas instituições, três tiveram a ação direta do jesuíta italiano Gabriel Malagrida: o Recolhimento das Ursulinas da Soledade de Salvador (Bahia, 1739), o Recolhimento de Sagrado Coração de Jesus em Igaracu (Pernambuco, 1744) e o Recolhimento das Ursulinas do Sagrado Coração, em São Luís (Maranhão, 1752). Por meio da ação de Gabriel Malagrida, o recolhimento soteropolitano foi transformado no Convento da Soledade em 1752. Ainda em Salvador, já existia o Convento das Ursulinas das Mercês, o qual foi autorizado a partir do Alvará de D. João V de 23 de janeiro de 1735, mas efetivamente começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora D. Úrsula Luiza de Monserrate (MONSERRATE, 1745). Este último convento não teve a ação do padre Malagrida para o seu funcionamento, mas foi apadrinhado em todas as suas atividades iniciais pelos jesuítas que habitavam naquela localidade.

Embora não exista uma “vertente feminina” e com relação direta aos jesuítas, parece que as mulheres que seguiram as orientações ursulinas na América portuguesa foram associadas à Companhia e receberam certa proteção na implementação de suas ações. Ocorreu então um entrelaçamento, diretamente vinculado ao caráter educativo de ambos, especialmente aqueles usados para a catequese e a disciplinarização da sociedade. Compreendo que os jesuítas se tornaram

mediadores dos princípios das ursulinas, levados para os diversos espaços que circulavam.

A opção por utilizar o termo *entrelaçamento* justifica-se por entender que esta é uma das expressões “que buscam nomear os modos de fazer história que concebem realidades ou processos que se interpenetram, que entram uns nos outros, que interagem de uma maneira tal que já não se mostra possível considerar tal unidade ou fio isoladamente” (BARROS, 2019, p. 21). Compreendo que as ursulinas se tornaram tão dependentes, com seus processos interpenetrados e entrelaçados aos inacianos por um determinado tempo, que até passaram a ser denominadas como *jesuitesses*, *jesuitines* ou “jesuítas”. Neste trabalho, pretendo compreender os pontos de entrelaçamento da relação entre jesuítas e ursulinas que levam à associação de ambos nos documentos do período moderno.

OS ENTRELAÇAMENTOS NOS CONTATOS EUROPEUS

A Companhia de Jesus foi criada em 1537, por Inácio de Loyola (1491-1556), na esteira da Reforma Católica. Os inacianos pretendiam levar a fé católica a todas as partes do mundo e logo ampliaram o número de adeptos e religiosos que queriam seguir os seus princípios:

O modelo inaciano pode ser resumido em três princípios básicos: o romanismo (total fidelidade ao papa, havendo inclusive um voto especial com esse objetivo, além dos habituais três votos regulares), a ‘polivalência’ (além de religiosos, seriam um pouco de tudo que fosse necessário – médicos, botânicos, professores e assim por diante) e o ascetismo (procura da plenitude da vida moral). Obedecendo a esses princípios e treinado pelas quatro semanas dos *exercícios espirituais*, que combinava em alto grau a segurança da retidão, o conhecimento de Deus, a experiência mística e a

decisão prática, o religioso dessa ordem se tornava mais um elemento de uma unidade de elite de combate ao lado do próprio Cristo e, assim, poderia lutar para a propagação da fé católica, segundo o seu fundador (TAVARES, 1995, p. 26).

O modelo proposto atendia às políticas expansionistas das monarquias católicas, especialmente na sua polivalência ao adentrar os territórios conquistados, uma vez que possuíam capacidades adaptativas de suas práticas por onde passassem. Tanto poderiam circular quanto enraizar-se em locais distantes, de acordo com as intenções de suas missões. Cabe salientar a intenção de educar para cristianizar e civilizar em outros espaços, para além da Europa, especialmente aqueles que ainda não possuíam contato com o catolicismo.

Por outro lado, também foram responsáveis por fundar colégios por onde circularam, com o intuito de instruir e educar as elites locais. No início do período moderno, a educação passava a ser vista como um meio de controlar os fiéis, tanto por parte dos protestantes, quanto por parte dos católicos, e cada vez mais a escola tornava-se um espaço necessário para a formação dos indivíduos. Nesse sentido, os inicianos foram responsáveis por fundar “inúmeros colégios para religiosos, depois também abertos aos leigos, em grande parte da Europa e do mundo, que se tornam, assim, o instrumento mais eficaz para a elaboração de uma nova forma de cultura mais próxima dos princípios da Igreja católica” (CAMBI, 1999, p. 261).

Por sua vez, a Congregação das Ursulinas foi criada em 1535 dentro desta perspectiva educativa da Igreja Católica. A fundadora, a italiana Ângela de Merici (1474-1540), propunha um modelo diversificado do modo de vida religioso, uma vez que, naquele momento, formavam

grupos de mulheres que se congregavam sem a intencionalidade do enclausuramento. A aprovação de suas atividades pela Santa Sé em 1545 propunha que o grupo pertencia a uma nova categoria, com um misto de religiosas regulares e seculares. O caso das ursulinas coloca em discussão a ideia de que, depois do Concílio de Trento, a Igreja Católica teria imposto a clausura para os grupos de mulheres recolhidas em determinadas instituições, especialmente aquelas que faziam parte do clero regular. Com relação à educação de mulheres, Philippe Annaert (2012, p. 10) indica que, após o concílio de Trento, as autoridades da Igreja buscaram mobilizar forças “do mundo católico para que as meninas fossem ensinadas desde a infância tanto nos princípios da religião e da moral quanto nos saberes profanos elementares que seriam a leitura, a escrita e o cálculo” (Tradução livre).

Segundo Querciolo Mazzonis (2014), o século XVI foi um período caracterizado por experimentos religiosos, entre os quais a proposta mericiana teria crescido entre aquelas mulheres que não conseguiam ingressar nos espaços conventuais:

A Companhia, então, poderia representar uma atração para as mulheres de diversos extratos que se encontravam em uma situação de fragilidade social ou de precariedade econômica, pois não precisava de dote, recebia uma identidade religiosa aprovada pela Igreja e oferecia certa proteção material. [...] A companhia, pois, propunha às mulheres a liberdade do confinamento da clausura, a possibilidade de ter contato com a vida civil, com a família e conhecidos, de manter a propriedade pessoal e encontrar um lugar ativo no mundo através do ensino, a assistência e as colocações administrativas destas atividades (MAZZONIS, 2014, p. 358-359. Tradução livre).

É possível detectar a originalidade desta congregação no momento de sua fundação, cuja idealizadora propunha uma nova forma de vida,

onde cada Instituto teria autonomia com relação ao outro. A popularidade das ursulinas, a ampliação de suas ações no território italiano desde a fundação inicial e a aprovação de suas ações por parte da Igreja Católica, fundadas nos princípios de esmola, penitência e ensino, foram essenciais para vinculá-las a um projeto de disciplinamento da sociedade. As práticas educativas das ursulinas seriam voltadas para a aprendizagem da palavra sagrada, onde as mestras agiriam enquanto mediadoras, mas não como criadoras do processo, baseadas sempre em repetições de conceitos expressos pelos homens da Igreja (MAZZONIS, 2014, p. 382).

A expansão dos princípios das ursulinas vinculava-se às ações dos bispados no controle da população local, especialmente daquelas mulheres que não tinham uma destinação muito definida. Philippe Annaert (1990) aponta que, embora diretamente ligadas aos bispados, a mensagem das ursulinas aproximava-se diretamente daquela dos jesuítas, especialmente por meio de seus princípios educativos. A circulação e propaganda da proposta ursulina para fora do território italiano se deram principalmente pela ação dos jesuítas, muito interessados no controle e incentivo de suas atividades, além do alcance do público feminino. Na França, nas instituições nas quais se encarregavam de educar e tinham relação com os inicianos, elas passaram a ser chamadas de *jesuitesses* ou *jesuitines*.

Os estudos de Heide Keller-Lapp apontam que, embora houvesse autonomia entre as diversas casas, uma vez que cada uma poderia definir a sua regra e constituição, o que unia a congregação era o caráter educativo, que propunha “a reconquista das almas para Cristo e para a Igreja Católica assegurando a alfabetização das mulheres, a aprendizagem do catecismo e a instrução moral, desde a mais tenra

idade” (KELLER-LAPP, 2010, p. 21. Tradução livre). A autora indica também a associação das ursulinas com os jesuítas. Em suas pesquisas, ela analisa algumas mulheres congregadas francesas que realizaram ações missionárias a partir de 1630 no território da Nova França (atual Canadá) e se intitulavam *jesuitesses*. Nesse espaço, as ursulinas buscaram o modelo de métodos empregados pelos jesuítas no cuidado com as indígenas locais, como

[...] a utilização de gestos e recursos de imagens (pequenos crucifixos, relicários e imagens retiradas dos breviários) para ensinar a doutrina cristã, como também a tradução de orações e diálogos cristãos para as línguas maternas. As Ursulinas aplicaram muitos destes métodos para instruir as meninas ameríndias (KELLER-LAPP, 2010, p. 34. Tradução livre).

É importante observar essa diversidade educativa das ursulinas, o que aproxima muito as suas funções com aquelas exercidas pelos jesuítas. Assim as *jesuitesses* tanto educavam meninas, especialmente aquelas pobres, junto às suas casas na Europa, como também cuidavam da catequização de indígenas na América. Cabe aqui pensar na circulação das ursulinas para o território americano dominado pelos franceses. Porém, essa possibilidade se tornou cada vez mais restrita, e, segundo Philippe Annaert (1990), já no início do século XVII ocorreu um fenômeno de freio e controle nas atividades das congregações femininas educativas, especialmente na circulação dessas mulheres, o que acarretava o fechamento delas em suas casas. Por serem congregadas, as ursulinas não proferiam o voto de clausura, porém fechavam-se no interior de suas casas e não circulavam mais pelas cidades. Gradativamente, as casas das ursulinas na Europa se tornaram espaços próximos aos claustrais, porém mantinham o caráter educativo

do grupo, com escolas anexas, tanto para meninas externas quanto internas, para atender às necessidades da comunidade do entorno de suas instituições. Será esse modelo que encontraremos na América portuguesa.

O PRIMEIRO ENTRELAÇAMENTO NA AMÉRICA PORTUGUESA: O CONVENTO DAS URSULINAS DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

O Convento das Ursulinas das Mercês foi autorizado para ser fundado em Salvador a partir do Alvará de D. João V de 23 de janeiro de 1735, mas efetivamente começou a funcionar em 1742 e teve como fundadora D. Úrsula Luiza de Monserrate (MONSERRATE, 1745). A fundadora, nascida em 1700, foi a única filha sobrevivente de uma rica família soteropolitana. Assim, para a implementação de sua obra teve o apoio do arcebispado local, bem como da Companhia de Jesus, sobrevivendo por meio de dotes, doações de recursos e de sua própria herança. Desde a sua infância, já tinha relação direta com os jesuítas, uma vez que seu nome fora escolhido pelo inaciano confessor de sua mãe, um certo padre Jacob, bem como a indicação de que seria uma religiosa teria acontecido aos quatro anos de idade pelo importante líder inaciano na América portuguesa, o padre Alexandre de Gusmão (MONSERRATE, 1745). A importância de sua família também reflete nas suas relações com a Coroa, uma vez que conseguiu que a instituição ficasse sob a proteção da rainha portuguesa, Mariana de Áustria. O Alvará de D. João V que autorizava a abertura do convento já definia que este deveria seguir os princípios das Ursulinas por conta de sua finalidade educativa (DANTAS, *s/d*, p. 87).

É importante indicar que a fundadora se encarregou de organizar uma “Memória” da instituição, a qual apresenta uma compilação dos

principais documentos da fundação da instituição. Nesta “Memória” encontramos uma provisão passada pelo Cabido da Sede Vacante do Arcebispado da Bahia, datada de 1735 e na qual podemos encontrar a primeira menção às “Religiosas Jesuítas”²:

Fazemos saber em como Dona Úrsula Luiza de Monserrate natural deste Arcebispado nos apresentou um Alvará de Sua Majestade que Deus Guarde para edificar um **Mosteiro de Religiosas Jesuítas, ou Ursulinas** dentro da Cidade da Bahia, ou nos seus subúrbios conforme parecer melhor ao Arcebispo, e dela fundadora não sendo em sítio que prejudique a defesa da Cidade e ou do público e que o mesmo Arcebispo eleja a regra que julgar mais conveniente para um convento reformado, fazendo as constituições que devem observar as religiosas, cujo número não há de exceder cinquenta sendo obrigada a suplicante o fazer toda a despesa d’edifício e estabelecer dote competente para o Mosteiro, e as religiosas que sejam de todas com cem mil réis de renda vitalícia, e na profissão davam de propina outros cem mil réis (MONSERRATE, 1745, grifos nossos).

Para além de indicar que a instituição seguiria os princípios das ursulinas, o documento limita o número de religiosas a cinquenta, mesma quantidade permitida no Convento de Santa Clara do Desterro, único existente até então em Salvador. Esse controle estava diretamente ligado à tentativa da Coroa portuguesa em direcionar as mulheres da colônia para o matrimônio; porém, ao permitir uma obra das ursulinas, intencionava que estas fossem capazes de educar meninas para o século e não para seguir o estado de religiosa. Além disso, o documento apresenta a forma como a obra deve ser sustentada a partir dos dotes das religiosas e da doação da fundadora. Por fim, como cada casa das

² Para uma melhor compreensão do público leitor, todos os documentos transcritos neste capítulo de livro tiveram o português atualizado.

ursulinas poderia ter a sua própria forma de funcionamento, indica que o arcebispo deveria indicar a regra e o estatuto mais adequado.

Segundo Dantas (s.d., p. 87), “as Ursulinas do Convento de Nossa Senhora das Mercês, desde a Fundação, adotaram a Regra e Constituições de Bordeaux”, esta última elaborada em 1683. A Regra utilizada era aquela de Santo Agostinho. A bula do papa Paulo V data de 1618, a qual autorizava o funcionamento da Casa de Bordeaux, apresenta uma modificação no modo de vida das ursulinas, uma vez que mantinha o caráter educativo da instituição, mas fechava as mulheres no interior da casa. Assim, é importante pensar naquele movimento de fechamento do modo de vida, que valeria tanto para as ursulinas de Bordeaux, quanto para aquelas casas que iriam seguir as suas orientações, uma vez que se tornam reclusas em suas casas, mas mantendo o seu caráter educativo. Segundo a Bula de Paulo V, as ursulinas

Dedicaram-se e ainda se dedicam cuidadosamente à educação das jovens. Sua casa é partilhada, tal como os Colégios, em várias turmas onde recebem alunas de todas as condições. Seu primeiro cuidado é ensinar-lhes a Doutrina Cristã; para protegê-los com conselhos salutareis, contra o perigo (tanto a temer) de provar desde a mais tenra infância o suco amargo da heresia e dar-lhes uma aversão ao luxo (para o qual o sexo tem muita inclinação). Ensinam-lhes então todas as artes honestas e adequadas ao seu sexo e, para atrair para o estudo da religião cristã as pessoas menos favorecidas de fortuna, ensinam com especial cuidado, meninas pobres ou estrangeiras, ocupações para fazê-las ganhar a vida (Bula de Paulo V apud RÈGLES ET CONSTITUTIONS, 1829. Tradução livre).

A bula apontava que as ursulinas deveriam zelar especificamente pela educação de meninas e ter especial cuidado com a educação daquelas pobres. A regra indicada era a agostiniana; nas Constituições,

aparece um capítulo específico sobre a direção e a instrução dos pensionatos e das escolas externas. Neste ponto, salientam-se os parágrafos que tratam do ensino da religião, das “ciências profanas” (leitura, escrita, conhecimentos elementares da gramática francesa, história sagrada e cálculo), das “artes de aprovação” (decorativa e moral) e trabalhos manuais. Estes últimos deveriam ter muita atenção, uma vez que o amor e o gosto pelo trabalho seria “um dos meios mais eficazes para preservar a sua inocência e cumprir fielmente os deveres do seu estado” (RÈGLES ET CONSTITUTIONS, 1829, p. 166).

As Constituições de Bordeaux destacam a proposição de dois tipos de educandas: alunas internas e externas. A própria “Memória do Convento das Mercês” demonstra a preocupação das primeiras religiosas de oferecer os dois tipos de educação. O convento foi finalizado e ocupado apenas em 24 de setembro de 1744; nesse momento, Úrsula Luiza de Monserrate e outras quatro mulheres foram autorizadas a receber o hábito das ursulinas. Havia uma promessa da vinda de religiosas da região de Flandres para o início da instituição, mas por falta de recursos devido aos gastos com a construção do convento, o funcionamento começou com a nomeação de Úrsula como superiora para o primeiro triênio e a subdivisão das demais funções entre as outras quatro religiosas, que também eram irmãs de uma mesma família (Ana de Jesus, Inês de Jesus, Maria de Jesus e Francisca de Jesus). No dia em que ocuparam o prédio, também receberam quatro noviças e, no dia seguinte, a primeira educanda interna, Dona Justina de Santa Ana. Na “Memória”, é possível encontrar uma planta do prédio, que demonstra que este ainda não estava concluído (MONSERRATE, 1745).

alcançarem a igreja sem ter contato com outras pessoas. O que interessa aqui é a indicação da construção de duas “classes por baixo” e, junto à rua, os educandários, especialmente com o intuito de receber alunas externas. Mas parece que só foi possível aceitar o ingresso de internas no início e as externas apareceram apenas no final do século XIX (DANTAS, s/d).

Em 1764, vinte anos após a fundação do Convento das Mercês, segundo informações do Arcebispo da Bahia, D. Frei Manuel de Santa Ignez, a instituição possuía apenas seis educandas que viviam internas, mas todos os cinquenta lugares das religiosas estavam ocupados e as obras do prédio ainda estavam por finalizar (SANTA IGNEZ, 1764). Problemas financeiros, além de uma obra do prédio de difícil finalização, acarretaram sua conclusão por volta de 1794 (CORREA, 1794).

Parece que o Convento das Mercês acabou se adaptando às necessidades da sociedade local por espaços conventuais de guarda de suas mulheres e com poucas preocupações de implementação de seus educandários, pois poucos documentos dão informações sobre a função educativa das suas religiosas. Por outro lado, é possível verificar diversos documentos que relacionam as religiosas do Convento das Mercês com os jesuítas, uma vez que estes foram responsáveis diretos pela mediação da doação da igreja e terreno onde seria construída a instituição, destacando-se o padre Manoel Ribeiro (MONSERRATE, 1745). A primeira missa da igreja das Mercês após a entrada das religiosas na instituição foi celebrada pelo padre da Companhia de Jesus, José de Sepúlveda, o qual recebeu os votos e tornou-se o confessor das mesmas, além de guardar as chaves do espaço, que poderíamos relacionar como uma “clausura” (MONSERRATE, 1745).

Em 1748, com toda a pompa necessária, o jesuíta Antônio de Oliveira celebrava o Sermão da profissão de quatro irmãs de sangue e que se tornaram religiosas (Teresa Maria de Jesus, Rita Maria da Encarnação, Bernarda Thomasa do Nascimento e Maria Luiza do Sacramento) no Convento das Mercês. O Sermão foi impresso no ano seguinte em Lisboa, e o pai das religiosas, Antônio Soares de Figueiredo, indica na obra que dedicou as suas seis filhas para Nossa Senhora das Mercês (OLIVEIRA, 1749). É importante salientar que esta era uma instituição que abrigava mulheres da elite soteropolitana, a qual pressionava por ocupar lugares em conventos locais. Os conventos tornavam-se locais de prestígio e que não tinham dotes tão caros como aqueles destinados para o matrimônio. Neste convento em específico, não havia a indicação de educação de meninas pobres, como apontavam os princípios das ursulinas em suas origens.

O SEGUNDO ENTRELAÇAMENTO NA AMÉRICA PORTUGUESA: AS INSTITUIÇÕES MEDIADAS PELO JESUÍTA GABRIEL MALAGRIDA

O jesuíta italiano Gabriel Malagrida (1689-1761) dedicou 31 anos ao projeto missionário da Companhia na América portuguesa. Circulou desde o Pará até a Bahia e foi o responsável por fundar, dentre outras instituições, recolhimentos femininos com os princípios das ursulinas no território. Considero que este religioso foi o grande mediador dos processos de implementação ou fortalecimento das instituições que passaram a seguir a cultura das ursulinas na América portuguesa.

Sujeito “entre dois mundos”, o mediador cultural é capaz de produzir leituras, interpretações e sínteses no movimento de mão dupla, no qual circulam elementos ou fragmentos das culturas em contato. Ele não apenas

promove a circulação, ou o trânsito, como também produz novas configurações culturais dele resultante (LIMA E FONSECA, 2015, p. 126-127).

Entendo que Malagrida foi responsável por fazer circular ideias, adaptá-las às culturas locais e proporcionar novas configurações que serão aqui trabalhadas mais detalhadamente. Em 1721, ele desembarcou no Maranhão, onde exerceu a catequese junto aos indígenas, lecionou no Colégio dos jesuítas de Santo Alexandre no Pará e no Colégio Maranhense Nossa Senhora da Luz. A partir de 1735, iniciou uma fase de missões populares em vilas e cidades no interior da colônia, em direção à Bahia, quando “[...] percorreu uma longa jornada como missionário popular, disseminando aquilo que acreditava e construindo, por onde passou, teias de relações, como também rompimentos e enfrentamentos para garantir que seus ideais, escolhas e empreendimentos fossem materializados” (MEDEIROS, 2017, p. 40).

Chegou à Bahia em 1736 e já se preocupava com a situação das prostitutas locais, intencionando então criar um recolhimento para abrigá-las. Porém, teve que mudar a sua vontade inicial pois, recebeu a seguinte orientação do Superior Geral dos Jesuítas, Francisco Retz: “Aprovo grandemente – ajuntava ele – o vosso projeto de edificar asilo para essas mulheres abandonadas; mas antes disso, fundai um convento onde sejam recebidas donzelas dotadas; e, com os socorros desta casa, mais fácil vos será realizar o primeiro projeto” (TAVARES, 1995, p. 128). Embora a intenção do padre Malagrida na fundação do Recolhimento da Soledade tenha sido para abrigar mulheres pobres e especialmente prostitutas, a recomendação de seus superiores jesuítas era de que a instituição recebesse também moças com posses e que pudessem

ingressar com dotes que mantivessem a instituição com tais recursos³. O dote “independentemente da situação – educanda/religiosa –, resolvia dois problemas: o da manutenção da casa e o de estabelecer barreiras sociais, isto é, assegurar que apenas moças/mulheres de famílias ilustres e/ou posses permanecessem na instituição” (FERREIRA, 2006, p. 22).

Em 1739, o Recolhimento da Soledade começou a funcionar com quinze donzelas e uma viúva, que vieram do Sergipe quando o padre Malagrida passara por lá. A provisão Régia de 1740, na qual se confirmava o Recolhimento, deixava claro que a instituição deveria funcionar como educandário e as recolhidas não poderiam proferir nenhum voto (FERREIRA, 2006). A partir desse momento, iniciou-se uma pressão dos familiares das recolhidas para que a instituição se transformasse em convento, para suprir a falta desses espaços na Bahia.

Padre Malagrida esteve em Lisboa entre 1749 e 1751 para obter proteção para os recolhimentos e seminários que havia fundado e para aqueles que desejava fundar, bem como para solicitar a conversão do Recolhimento da Soledade em convento. O Alvará de 2 de março de 1751 autorizava padre Malagrida a criar quatro seminários, converter o Recolhimento da Soledade em convento, bem como regularizar o Recolhimento de Igarassu em Pernambuco, ambos com os Estatutos das Ursulinas, e ainda informava: “Outrossim faço mercê ao dito missionário de que possa estabelecer semelhantes fundações em outra qualquer parte da América” (Alvará de D. José I apud JESUS, 1754). É

3 É importante salientar que, em paralelo à construção do Recolhimento da Soledade, Padre Malagrida também se empenhou na construção do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição na Bahia, fundado em 1743. O Alvará de 1751 autorizou ainda a fundação dos seminários de Belém, Paraíba, São Luís e Camutá (MEDEIROS, 2017, p. 80).

importante salientar que todos os recolhimentos a serem fundados deveriam seguir a forma de vida das ursulinas.

É claro que os poderes alcançados por Malagrida para fundar instituições geraram insatisfações junto à administração, às outras ordens religiosas e aos bispados locais. Os conflitos com relação à força dos jesuítas no território colonial já se despontavam no momento de circulação de Malagrida pelo território e eram reflexos de inquietações também existentes em outros espaços do Império português.

Não por acaso, as tensões enfrentadas por Gabriel Malagrida na construção de seminários e recolhimentos nas atuais regiões Norte e Nordeste do Brasil decorriam desses embates constituídos nas missões apostólicas dos jesuítas, dentro e fora da Colônia. Todas as acusações de exercerem abuso, manipulação dos nativos e obterem privilégios, eram imputadas ao missionário com o agravante de ter um vínculo muito próximo ao governo de D. João V, e dele receber permissão e doações para a edificação de instituições em Belém, São Luís, Salvador e Igarassu (PE) (MADEIRA, 2016, p. 97).

Um dos embates aconteceu com relação à conversão do Recolhimento da Soledade em Convento. O Arcebispo da Bahia, D. José Botelho de Mattos, em carta ao rei português datada de 1751, informava que tinha algumas considerações sobre tal transformação, especialmente pelo fato de a instituição seguir os princípios das ursulinas e a Bahia já possuir outra instituição que seguia a mesma orientação. Juntamente com outros religiosos locais (não jesuítas), realizaram uma consulta aos pais de possíveis educandas e chegaram à seguinte conclusão:

E sendo, como é, a obrigação de classes, e ensino no Colégio das Ursulinas o principal referencial, não cabe nem tem lugar nesta terra, por se ensinar

mulheres elas, sem embargo dos contínuos clamores dos Prelados, Missionários, confessores e pregadores, com tal reclusão, que parece impossível o conseguir, que os pais e parentes consintam que suas filhas, e mais obrigações saiam de casa à missa, nem assista a alguma outra função, o que geralmente se pratica não só com as donzelas brancas, mais ainda com as pardas, e pretas chamadas crioulas, e quaisquer outras, que se confessam de porta a dentro.

A vista de que não se pode esperar, que consintam este Colégio Meninas para se aproveitarem do ensino, que estas religiosas são obrigadas a dar, e para que unicamente foi o aprovado o seu Instituto, o que claramente se está vendo com bastante exemplo no Convento das Ursulinas das Mercês, pois achando-se ereto há dez anos, e com bastantes Religiosas, ainda se não deu princípio a este ensino, por não haver quem o precise, e se a este convento nenhuma Menina concorre achando-se contíguo à Cidade, mal se pode esperar ao da Soledade, mediando entre este, certa um bem quarta de légua de caminho ermo, e despovoado, e ainda que junto a ele hajam alguns moradores, são tão poucos, que ainda que quisessem não tem familiar, que mandar as classes (D. José Botelho de Mattos apud JESUS, 1751).

O que estava em jogo nessa orientação do arcebispo soteropolitano não era a instalação de mais um convento, uma vez que havia uma demanda das famílias mais abastadas por esse tipo de instituição, mas sim ter mais um espaço das ursulinas na cidade. A justificativa era que as famílias não permitiriam que suas filhas circulassem pelo ambiente urbano para se tornarem alunas externas e chega até a fazer críticas ao Convento das Mercês, que só recebia alunas internas. Mas sabemos que por trás de tudo isso estava a intenção de conquistar mais um convento para a cidade e que este não tivesse vínculos com os jesuítas. O documento do arcebispo aparece anexo ao requerimento da Superiora Beatriz Maria de Jesus, no qual informa:

[...] imploramos com lágrimas a sua Real Proteção para que Sua Majestade que Deus guarde ande ao Arcebispo que nos professe no Santo Instituto das Ursulinas, a que Deus nos chamou por meio das Missões do seu grande servo, e pai nosso espiritual Gabriel Malagrida, guardando-se inteiramente o que Sua Majestade manda no seu Alvará, e Provisão Real de dois de Março de 1751 sem embargo da representação que agora faz o Prelado para nos mudar de Instituto, ordenando S. Majestade o seu enviado, ou agente em Roma, que se não despache o requerimento, que faz o Prelado a Sua Santidade.

Sobre esta matéria, por não ser conveniente a seu real serviço, e a de Deus neste Brasil, onde a ignorância está mais apoderada da mocidade feminina, como experimentávamos nas casas de nossos pais, e bem o conheceu o servo de Deus Missionário nosso fundador nas Missões que fez para estes Bispados do Brasil, movendo-se com o que viu e experimentou a rogar Vossa Majestade pela introdução do santo e útil instituto das ursulinas em todo este Estado, o que agora pretende o comum inimigo perturbar, sem por se aplicarem os meios que se devem aplicar, como se vê no convento das Mercês, que por estar ainda nos seus princípios, sem o cômodo necessário para as Religiosas, e embargada com uma dilatada demanda de muitos anos a obra do seu edifício, se não tem feito ainda achar-se para ensinar meninas, suprimindo o dito convento esta falta com as muitas a que dentro dele se ensinam, o que logo executaria este convento do Coração de Jesus da Soledade por termos já cômodo para as ensinar, e termos já ensinado a muitas, e nos terem já falado muitos Pais, para lhes ensinarmos as suas filhas (JESUS, 1751).

Após a recomendação do Arcebispo da Bahia de que o Recolhimento não deveria se tornar um convento de ursulinas, a pressão das mulheres que habitavam a instituição, bem como a de seus familiares e dos religiosos jesuítas, acarretaram a transformação desta em espaço conventual (FERREIRA, 2006). Assim, logo em 1755, o mesmo Arcebispo informava ter recebido ordens do rei português, além de um breve papal que indicava a ordenação de cinquenta freiras na

instituição. O espaço também foi reformado para a ampliação das vagas para as habitantes, obra realizada com recursos “de alguns pais e parentes de 11 educandas, que haviam neste Convento com ofertas de dinheiro prometendo à Superiora, que professassem suas filhas naqueles lugares” (MATTOS, 1755).

Em levantamento realizado por Adínia Ferreira (2006), é possível verificar que, mesmo com a transformação do espaço em convento, uma vez que seguiam os princípios das ursulinas, havia uma preocupação institucional em educar as internas para a vida laica, embora quase a metade delas tenha se tornado religiosa. Entre 1753 e 1790, 48 educandas ingressaram e, destas, quatro faleceram, 23 deixaram a instituição e 21 professaram como religiosas. Como as ursulinas eram constituídas em núcleos separados, não tinham vínculos com aquelas do Convento das Mercês e seguiram então a Regra de Brescia (aquela da fundadora Ângela de Merici), as Constituições do Arcebispado da Bahia e constituíram os seus próprios estatutos, que direcionavam o seguinte:

E por ser a mesma casa um colégio de distintas classes, nelas ensinam a quaisquer meninas primeiramente a doutrina cristã e outros saudáveis documentos, por isso, devem aprender todo o gênero de artes honestas e mais convenientes ao sexo para que possam melhor compreender a doutrina cristã [...] (Estatutos do Convento da Soledade, 1752 apud FERREIRA, 2006, p. 60).

Provavelmente, as educandas foram internas e instruídas de forma moral e religiosa para serem boas mães e esposas. A religião era tanto o centro controlador da vida das freiras, quanto daquelas que residiam na instituição apenas para educar-se. As educandas residiam em locais separados daqueles destinados às religiosas, e havia uma mestra para o

ensino de “tocar música, contar e ler vulgar” (FERREIRA, 2006, p. 87). O aprendizado da leitura ou de instrumentos musicais também serviria para a futura profissão de religiosa, como atesta o seguinte documento:

Nós, superiora, assistente e mais discretas do convento das ursulinas do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade abaixo-assinadas atestamos e certificamos que Maria Joaquina da Conceição educanda no convento do Santíssimo Coração de Jesus vivendo com muito bom procedimento e edificação desta comunidade com ansiosos desejos de ser religiosa para assim poder melhor empregar-se no serviço de Deus e culto do mesmo Senhor tem aprendido neste convento a tocar órgão e letras precisas para as funções do culto Divino (CONCEIÇÃO, 1782).

Até aqui analisei as instituições que acabaram por se tornar conventuais, embora educassem meninas também para a vida laica, mas ainda muito voltadas para as suas funções religiosas. Também foram instituições existentes em um grande centro administrativo e religioso da colônia. Agora passo a trabalhar com aqueles recolhimentos fundados por Malagrida em espaços distantes do grande centro e que também não alcançaram a função conventual. Com relação ao Recolhimento de Igarassu, em Pernambuco, sabemos que este já existia anteriormente, até a passagem do inaciano por lá por volta de 1740.

As primeiras mulheres ali recolhidas eram, na sua maioria, pobres, desamparadas e de vida desregrada, por isso ele era vulgarmente chamado de *Recolhimento de Mulheres Convertidas*. Arrepentidas, buscavam um refúgio para retomarem a vida com uma certa dignidade. O recolhimento era antigo, as datas remetem a sua idealização por volta dos idos de 1735, quando, indo a Igarassu, o missionário religioso franciscano Fr. Antonio da Conceição Fialho conseguiu que os clérigos Miguel Roiz Sepúlveda, André de Souza Sepúlveda, Serafim de Souza e Manuel David dos Passos se dedicassem ao serviço da igreja como regulares. Junto a eles, havia algumas

donzelas que, em suas casas, dedicavam-se aos exercícios espirituais e, indo certa hora do dia com o povo à igreja de Nossa Senhora dos Prazeres para fazerem orações, demonstravam inclinação para uma vida de recolhimento e devoção. Seguindo esse ideal, insistiram e investiram na constituição da instituição do recolhimento. Estávamos aí em torno de 1740 (ALMEIDA, 2003a, p. 191).

Por meio da intervenção e apoio de padre Malagrida, juntaram os dois grupos de mulheres em uma mesma instituição e, por seu intermédio, conseguiram a autorização de funcionamento em 1754, sendo inegável a influência do jesuíta para o fortalecimento e a direção da obra nos moldes das ursulinas. Os enfrentamentos para o funcionamento desta instituição também existiram, o que justifica a demora na autorização real para seu funcionamento. Apareceram em cena os padres Capuchos de Igarassu, receosos literalmente de “dividir a esmola” na região com essa nova obra, os quais acusavam as recolhidas de serem mundanas, apadrinhadas por religiosos “carnais e interesseiros”. As recolhidas tinham o apoio da Câmara de Igarassu, com homens desejosos de manter um espaço para guardar também as mulheres de suas famílias e controlar aquelas arrependidas, onde haveria um “verdadeiro *banquete de fé* e regeneração” (ALMEIDA, 2003a, p. 198-199). Usavam ainda o apadrinhamento de Malagrida para justificar a instituição:

[...] desde o ano passado admirada esta Câmara da Vila de Igarassu do raro procedimento de algumas mulheres meretrizes convertidas, e trazidas de tão longe destes sertões acima, do Pe. Missionário Apostólico Gabriel Malagrida, e recolhidas debaixo do ensino e exemplo de algumas donzelas muito virtuosas, e abraçadas do amor de Deus [...]. Ponha nelas os olhos de sua Real piedade, conservando-as e confirmando tão santo recolhimento, muito mais, que elas não pedem nenhuma esmola, nem dão o mínimo

incômodo à terra, mais antes muitos grandes benefícios, especialmente oferecendo-se a ensinarem grátis, e por amor de Deus as nossas meninas (OFICIAIS DA CÂMARA DE IGARASSU, 1746).

O documento indica que a instituição funcionava como um misto de recolhimento que abrigava tanto mulheres “virtuosas” e convertidas, como também educava meninas de forma gratuita. Embora informe que estas não pediam esmolas, sobreviviam dos recursos levantados pelo padre Miguel Sepúlveda, o qual foi efetivamente o grande responsável pela construção e manutenção da instituição. O documento abaixo, além de apresentar uma descrição do próprio recolhimento, aponta para a utilização da regra e do hábito das ursulinas e demonstra como havia uma interdependência com o referido padre:

Metidas no Recolhimento, lhes deu o mesmo dote um diretório, no qual prescrevia as horas para a oração, vocal e mental, para o trabalho, sono e comida, a qual recebiam elas em refeitório comum. Enquanto as recolhidas se emprestavam nos exercícios de piedade; não se descuidava este Padre em adquirir esmolas, para o sustento delas, e para as obras da Igreja, que pretendia fazer, e acrescentamentos do mesmo Recolhimento. No ano de 1747 o bispo D. Fr. Luis de Santa Theresa benzeu e lançou a primeira pedra para fundamento da nova Igreja, e já então seguiam estas Recolhidas a Regra das Ursulinas do Santíssimo Coração de Jesus, e usavam de hábito preto, capoa comprida e véu da mesma cor, cinto de lã, e o Santíssimo Coração no peito. [...] O convento tem bastantes dormitórios e uma cerca murada, dentro da qual entra o rio por benefício do mesmo Padre, que por onde o conduziu para aquele lugar, e é muito útil à comunidade. Por espaço de doze anos sustentou este bom sacerdote as Recolhidas, e suas criadas e faltando-lhe os meios, entrou a padecer a comunidade, vendo-se cada uma obrigada adquirir por alguma agência lícita o sustento e não obstante uso perseveraram na mesma vida religiosa, unindo-se em coro para louvarem a

Deus (NOTÍCIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ORDENS RELIGIOSAS
EM OLINDA E RECIFE, s.d.).

Infelizmente, existem poucos documentos sobre essa instituição; porém, no final do século XVIII e início do XIX, o recolhimento acabou por se tornar um colégio de meninas, “observando várias fases de decadência e reconstrução” (ALMEIDA, 2003b, p. 230). A falta de documentação também é um problema para a compreensão da última instituição fundada por Malagrida: o Recolhimento do Sagrado Coração de São Luís, no Maranhão, também denominado como Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e dos Remédios.

Segundo Maria José Lobato Rodrigues (2010), a instituição maranhense foi fundada em 1752, a partir do Alvará que concedia a Malagrida o poder de organizar recolhimentos com os princípios das ursulinas. A instituição iniciou as suas atividades com 15 recolhidas, em uma casa provisória, próxima ao Colégio dos Jesuítas, enquanto a definitiva era construída. Mais uma vez, os anseios da comunidade local levaram ao deslocamento da intencionalidade da fundação do recolhimento, uma vez que este já iniciou suas atividades recebendo moças com posses, ao invés daquelas pobres e desamparadas. A inauguração do prédio foi realizada com grande pompa e com uma procissão capitaneada por Malagrida. A manutenção da obra era feita por meio de esmolas recebidas pelos jesuítas em suas andanças pelos sertões do norte e nordeste do território. Esta forte dependência dos jesuítas tomou um caminho tortuoso a partir de sua expulsão do império português.

O DESENTRELAÇAR POR MEIO DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Segundo Célia Tavares (1995), o perfil de Malagrida aponta para a ambiguidade de sua obra: de um lado, ele era um missionário capaz de percorrer longos caminhos, fundar instituições e se destacar no trabalho catequético dos indígenas, nos moldes tridentinos; de outro, agia como um profeta, pois possuía um forte carisma, apresentava premonições e realizava curas milagrosas. Em 1754, o inaciano retornou para Lisboa e finalizou o seu périplo pela América portuguesa. Nesse momento, começou um período de perseguição às suas atividades, muito por conta do seu caráter místico e os conflitos já existentes com os jesuítas. Soma-se ainda o forte antagonismo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1750-1777), secretário de Estado do governo do rei D. José I (1750-1777) às suas atividades.

Na verdade, a perseguição ao padre Malagrida inscreve-se num contexto maior das rivalidades e antagonismos que se colocavam entre o projeto de reformas pombalinas e a Companhia de Jesus. O auge da crise havia sido a expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios em 1759. Cerca de mil e cem inacianos foram expulsos de terras portuguesas, exemplo que logo foi seguido por outras monarquias europeias, como a França (1764) e a Espanha (1767), culminando com a extinção da Companhia pelo papa Clemente XIV em 1773. Acusados de se preocuparem com a acumulação de bens materiais, de conspirações e de abuso do poder, os jesuítas sofreram enorme perseguição (TAVARES, 1995, p. 146).

Os jesuítas foram expulsos em 3 de setembro de 1759, e Malagrida já fora preso em 11 de janeiro daquele ano, acusado de lesa-majestade, como cúmplice e autor do atentado ao rei que acontecera no ano anterior. Sua execução ocorreu em 1761. Segundo Luis Dória (2001), a religiosidade do povo português continuava forte no momento da

expulsão dos jesuítas, e o que predominava era o princípio regalista, que defendia os poderes do Rei separados da religião; e ainda um espírito anticongregacionista, contrário à presença do clero regular no Império português, uma vez que este era ligado diretamente à Santa Sé.

Pode-se caracterizar o iluminismo português como “ecléctico, cristão e católico”, em uma tentativa de harmonizar a razão ilustrada com a fé (ANTUNES, 2011, p. 122). A reforma pombalina pretendia substituir a ação educativa dos inicianos por uma nova dinâmica racionalista, que respeitava a hierarquia eclesial, mas a subordinava ao Estado. Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2011, p. 100) aponta que se iniciou um “ciclo de intervenções que, a rigor, significaram a implantação do ensino público estatal no Império português”. O governo português antecipou-se a outros países europeus ao implantar a educação pública como dever do Estado. Mas afinal, o que aconteceu com as instituições femininas que tinham forte influência e relação com os jesuítas?

Infelizmente, não foi possível encontrar documentação sobre o desentrelaçar de jesuítas e ursulinas nos conventos soteropolitanos, mas trabalho com a hipótese de que estas já eram instituições fortalecidas, que recebiam mulheres pertencentes às famílias poderosas e com fortes relações políticas e religiosas que garantiram a longevidade e manutenção das casas. Porém, é possível encontrar documentação para o Recolhimento de Igarassu que apontam para o desentrelaçar com os jesuítas, especialmente aqueles que afetam o “jeito de ser” das recolhidas. Em setembro de 1768, o governador da Capitania de Pernambuco informava:

E como a respeito de um Recolhimento de mulheres que há na vila de Igarassu, a quem o Pe. Gabriel Malagrida havia dado instruções da sua mística para o seu modo de viver; o que conferindo eu com o Prelado desta

Diocese, ele se encarregou do modo de reformar estas mulheres, ficando eu na obrigação de dar conta a V. Exa. dos seus progressos, para serem presentes a S. Majestade; se me oferece dizer a V. Exa. que constando ao dito Prelado, que as mencionadas Recolhidas vestiam roupeta ao uso jesuítico, as mandou mudar de hábito; o que assim se executou; e sabendo lhe assistia por Capelão o Pe. Miguel Rodrigues de Sepúlveda, a quem o dito Malagrida havia constituído naquele lugar com obrigação de diretor, o mandou privar destes empregos, exterminando-o oito léguas de distância do dito Recolhimento; ao que não obedecendo aquele súbdito, e vindo para esta praça aonde intentava apelar deste procedimento para a Coroa, o dito Prelado o mandou prender, para o que me pediu auxílio militar, que pontualmente lhe dei; e do aljube o fez retirar para a freguesia de Santo Antônio de Sirinhaem, remetendo-o ao Pároco daquela Matriz, distante doze léguas de Igarassu (FURTADO, 1768).

O padre Miguel Sepúlveda foi o mais atingido nesta situação, sendo destituído de sua função e desterrado de Igarassu. Por outro lado, as mulheres recolhidas tiveram que mudar de hábito para não ter mais nada que as remetesse aos jesuítas. No ano seguinte, o mesmo governador da Capitania de Pernambuco informava que não havia mais problemas no Recolhimento de Igarassu, uma vez que o padre Sepúlveda “faleceu da vida presente no extermínio em que se achava, cessou o cuidado daquela inibição; e o dito Recolhimento se conserva no estado de que dei conta a V. Exa., sem a menor alteração” (FURTADO, 1769).

Já o caso do Recolhimento do Maranhão, aquele que foi fundado no final da estadia de Malagrida na colônia, mas que possuía bens adquiridos pelas ações dos jesuítas, parece que teve mais problemas e mais vontades para cortar as relações com os inacianos. Em 1767, a regente daquele Recolhimento, Maria Josefa de Jesus, dizia que havia terras que foram sequestradas pela Coroa como se fossem dos inacianos no momento da expulsão, mas na verdade pertenciam às recolhidas:

Com a justíssima expulsão dos Padres Jesuítas dos domínios de Portugal, foi e servido mandar proceder o sequestro e fisco Real e todos os seus bens, estando ainda neste tempo o padre Manoel da Silva nas Minas da Natividade, e seus distritos com o nome de Missionário, em que se ocupara bastantes anos antecedentes por aquelas partes, em os quais pediu e adquiriu daqueles moradores várias esmolos para este Recolhimento, com que se povoaram umas fazendas de gados citas na Ribeira de Canabrava também pela disposição dos Procuradores, que naquele tem este Recolhimento, e ferradas com a sua marca que para esse efeito do que para se remetesse.

Porém, seja-me lícito dizer a V. Exa., que sendo estabelecidas as ditas fazendas pela forma referida, a natural e demasiada ambição daquele Padre, que enfim era denominado Jesuíta, não teve ânimo de logo as entregar totalmente ao mesmo Recolhimento, a quem pertenciam, fingindo conveniências, com pretextos tão frívolos, que sem dúvida a ambição o cegava, para não conhecer que em tantos anos não teve delas o menor lucro o mesmo Recolhimento, antes perdas, não só de gados mas também de escravos, por serem situadas na parte mais vexada de gentio brabo (JESUS, 1767).

Parece que a regente já não tinha mais tanto apreço aos jesuítas, pois tratava a expulsão como “justíssima” e demonstrava que o padre que havia contribuído para a busca de recursos para a manutenção da casa não era tão confiável. Mas não conseguiu o seu intento naquele momento e, em 1779, informou à Rainha D. Maria I que ela e as recolhidas viviam em extrema pobreza, uma vez que ainda não haviam recebido as terras confiscadas e que pertenciam ao recolhimento. Neste momento, tentou ainda desvincular a sua fundação com a ação do padre Malagrida, dizendo que ela própria fora a fundadora da instituição:

Há vinte e tantos anos, que Deus Nosso Senhor foi servido inspirar-me a devoção de viver em clausura e ajudada de algumas devotas donzelas, que

quiseram seguir-me e umas esmolos, fundar nesta cidade uma Casa de Recolhimento Religioso, com licença del Rei meu Senhor, Pai de vossa Majestade, que santa alma haja, e do ordinário a quem obedecemos debaixo da proteção da gloriosa anunciação da Virgem Maria Nossa Senhora, no Estatuto das Ursulinas do Coração de Jesus Regra Agostiniana, a qual tenho vivido com regularidade religiosa (JESUS, 1779).

A religiosa justifica e apresenta o vínculo com as ursulinas, porém, não apresenta ter vínculos com os jesuítas em sua fundação. No restante do documento, ela faz menção ao padre que havia recolhido esmolos e cujas terras fora confiscada pela Coroa. Infelizmente, não foi possível encontrar o desfecho dessa história.

BREVE CONCLUSÃO

Compreendo que esta pesquisa ainda está em seu estágio inicial e, portanto, requer a busca de outras fontes para fechar as lacunas deixadas ao longo do texto. Mas aponto para a importância de perceber como os jesuítas se utilizaram dos princípios das ursulinas para adentrarem e até controlarem os espaços femininos. Por outro lado, possivelmente os princípios das ursulinas não teriam alcançado lugares tão distantes se não fosse pelas ações dos jesuítas. Os entrelaçamentos foram necessários, mesmo que não se tornassem tão duradouros na América portuguesa, especialmente pela mediação do padre Gabriel Malagrida, e acabaram após a expulsão dos jesuítas. É importante observar que as “jesuítas” aparecem apenas nos documentos dos anos iniciais dos Conventos e Recolhimentos aqui analisados e depois foram denominadas ursulinas. Por trás de tudo isso, saliento a importância desses entrelaçamentos para o fortalecimento do discurso sobre a educação feminina no período analisado.

FONTES DOCUMENTAIS

CONCEIÇÃO, Maria Joaquina. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 55, documento número 10662. 28 out. 1782.

CORREA, D. Frei Antônio. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 80, documento 15584. 2 mar. 1794.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 106, documento número 8206 (1). 24 set. 1768.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 107, documento número 8287. 6 mai. 1769.

JESUS, Soror Beatriz Maria de. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 02, documento número 128(1). 4 set. 1751.

JESUS, Soror Beatriz Maria de. Requerimento. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Avulsos. Caixa 119, documento número 9311. 2 mai. 1754.

JESUS, Superiora Maria Josefa de. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Maranhão. Caixa 54, documento número 6134. 24 jun. 1779.

JESUS, Superiora Maria Josefa de. Ofício. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Maranhão. Caixa 42, documento número 4189. 23 set. 1767.

MATTOS, D. José Botelho. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 11, documento número 2010. 30 ago. 1755.

MONSERRATE, Úrsula Luiza de. *Memorias da Fundação do Convento das Ursulinas na cidade da Bahia*. Acervo Biblioteca Nacional. 23 set. 1745.

NOTÍCIAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ORDENS RELIGIOSAS EM OLINDA E RECIFE. Biblioteca Nacional (Brasil). Documento número 981.34. s.d.

OFICIAIS DA CÂMARA DE IGARASSU. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Pernambuco. Caixa 63, documento 5376. 27 abr. 1746.

OLIVEIRA, Antonio de. *Serman na profissam de quatro religiosas irmans em 2 de junho de 1748*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1749.

RÈGLES ET CONSTITUTIONS de l'institut et compagnie des religieuses de Ste Ursule. A l'usage du Couvent des Ursulines de Bordeaux, et des Maisons qui y sont ou qui y seraient affiliées. Bordeaux: Chez J. Lebreton, 1829.

SANTA IGNEZ, D. Frei Manuel de. Carta. Arquivo Histórico Ultramarino. Seção Bahia – Eduardo de Castro e Almeida. Caixa 35, documento número 6554-6555. 30 jun. 1764.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. C. As Marias Madalena de Pernambuco. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 21, n. 1, p. 189-209, 2003a.

ALMEIDA, S. C. C. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português (XVI-XVIII)*. Tese de Doutorado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003b.

ANNAERT, P. Entre «jésuitesses» et ursulines. Les jésuites et les religieuses enseignantes à l'aube du XVIIIe siècle. *Vie Consacrée*, Paris, n. 4, p. 256-265, 1990.

ANNAERT, P. L'apport des religieuses enseignantes à l'éducation des filles dans les villes du nord-ouest de l'Europe, XVIIe-XVIIIe siècles. *Revue du Nord*, Lille, no.394, p.9-31, 2012.

ANTUNES, Á. A. Pelos pés de Francisco: caminhos da instrução escolar na segunda metade do século XVIII, em Minas Gerais. In: LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 119-140.

BARROS, J. D. Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias. *Secuencia*, Cidade do México, n. 103, p. 1-30, 2019.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DANTAS, I. M. T. M. J. C. P. *História das Ursulinas no Brasil: o Convento de Nossa Senhora das Mercês*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, s/d.

DORIA, L. *Do cisma ao convênio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

- FERREIRA, A. S. *A reclusão feminina no Convento da Soledade: as diversas faces de uma experiência* (Salvador – século XVIII). Dissertação de Mestrado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- GRUZINSKI, S. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.
- KELLER-LAPP, H. Devenir des jésuitesses: les missionnaires Ursulines du monde atlantique. *Histoire & Missions Chrétiennes*, Paris, n. 16, p. 19-51, dez. 2010.
- FONSECA, T. N. L. Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (Org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza, 2011, p. 99-116.
- FONSECA, T. N. L. Mediadores culturais e história da educação. In: SÁ, Elizabeth Figueiredo; SIMÕES, Regina Helena Silva; GONÇALVES NETO, Wenceslau (Orgs.). *Circuitos e fronteiras da história da educação*. v. 12. Vitória: EDUFES, 2015, p. 117-131.
- MADEIRA, M. G. L. Gabriel Malagrida nas tensões missionárias do século XVIII: um itinerário de fontes históricas e literárias. In: SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Orgs.). *Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*. Brasília: Líber Livros, 2016, p. 91-112.
- MAZZONIS, Q. Donne devote nell'Italia post-tridentina: il caso delle compagnie di Sant'Orsola. *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, Roma, v. 68, n. 2, p. 349-385, jul.-dez. 2014.
- MEDEIROS, T. G. *Entre cartas e escritos: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba* (séculos XVII e XVIII). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: Paraíba, 2017.
- RODRIGUES, M. J. L. *Educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição*. Dissertação de Mestrado em Educação. São Luís: UFMA, 2010.
- TAVARES, C. C. S. *Entre a cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

3

¿CONSTRUYENDO CERTEZAS? LA COMUNICACIÓN POSTAL EN SANTIAGO DE CHILE (SIGLO XVIII)

*José Araneda Riquelme*¹

La primavera de 1776 no fue fácil para Clemente Ochoa. Iba todas las mañanas a revistar el listado de correspondencia colgado en la entrada de la administradora general de correo, ubicada en la intercepción de las calles Teatinos y Santo Domingo, a pocos pasos de la plaza mayor de Santiago de Chile. Esperaba desesperadamente la llegada de unas cartas. Él mismo era consciente de que esta oficina postal era responsable de esta tardanza, puesto que uno de los objetivos de la gran reforma a los correos iberoamericanos fue darle rapidez y regularidad en el envío de los pliegos escritos (ARANEDA, 2020; MORENO CABANILLAS, 2022; SALVINO, 2018). En octubre, tras una indagación realizada por el administrador Fernando de Urizar, se concluyó que las cartas habían sido recibidas en junio del mismo año y que habían sido tomadas por Joseph Benito y su cómplice, Pedro Fermín de Necochea. Para Ochoa, el robo de sus pliegos buscaba perjudicarlo gravemente; sin embargo, los acusados señalaron que había sido una simple confusión: habían visto las cartas mal numeradas en el listado.² Para nosotros, este episodio nos permite analizar los cambios culturales que provocó la instalación de una oficina de correo en el Santiago de 1770.

¹ Scuola Normale Superiore (Pisa, Italia).

² Archivo Histórico Nacional de Chile (AHNCh), Capitanía General, 323, fj. 45

No sabemos nada más sobre la historia de estas tres personas. El objetivo del proceso realizado por Urizar era solamente encontrar la carta, la cual fue entregada a Ochoa. El contenido no fue detallado en señal de la privacidad del propio diálogo epistolar. Sin embargo, el *modus operandi* realizado por Ochoa y Urizar era algo nuevo dentro de las colonias del imperio español. Hasta mediados del siglo XVIII, la comunicación epistolar dentro de los territorios americanos era totalmente incierta. Chile, una de las colonias españolas más distantes, basó su sistema de comunicación en distintos mensajeros efímeros que movilizaron las cartas en momentos muy particulares. No existía una oficina de correo, una ruta particular, un agente asignado.

La reforma de correo, impulsada en 1764 por el español Pedro Rodríguez de Campomanes como ha analizado Rocío Moreno Cabanillas (2022, p. 74), tuvo como objetivo comunicar un imperio en plena guerra comercial y militar. La monarquía de Carlos III de Borbón venía de una fuerte derrota tras el fin de la Guerra de los Siete Años (1756-1763), y un sistema bastante azaroso complicaba todo un plan de reforma imperial (GONZÁLEZ, 2017).

El objetivo de este capítulo es mostrar cómo la reforma de correos en Chile fue construyendo certidumbre en la comunicación trasatlántica durante la década de 1770.³Anteriormente, hemos enfocado nuestro trabajo sobre las redes de comunicación bajo los conceptos de “gobierno” e “integración territorial” de la Capitanía General de Chile durante este periodo (ARANEDA, 2020). En ese sentido, el concepto de “certidumbre” nos permite analizar un proyecto político

3 Entendemos el concepto de comunicación en términos políticos siguiendo al historiador Filippo de Vivo: “as the circulation of information and ideas concerning political institutions and events” (DE VIVO, 2007, p. 2)

imperial y local que permitió la circulación regular y ordenada de correspondencia entre las distintas ciudades del imperio español, como lo fue Santiago de Chile.

La incertidumbre fue una constante en los procesos de comunicación epistolar. Este concepto refiere a la imposibilidad de calificar con claridad y certeza un evento futuro.⁴ En ese sentido, nunca ha existido una certeza absoluta de que una carta llegue a destino, incluso hasta nuestros días. Sin embargo, durante el siglo XVII y comienzos del XVIII, este fenómeno se agudizó en tanto no existió una institución que velara por la circulación postal.⁵ La distancia, los distintos agentes y la fragilidad de la vida en constante viaje y movimiento fueron algunos de los factores que influenciaron la tardanza de las cartas y sus respuestas. Con la reforma de correos, se buscó cambiar este fenómeno al darle, a través de una institución centralizada y policéntrica (CARDIM et al., 2012, seq. Introduction), una oficina, un itinerario y unos agentes específicos. Es decir, lo que actualmente se llama *tracking* que es monitoreado por las personas que trabajan en las instituciones postales. Una mayor certeza, propia de los nuevos gobiernos ilustrados⁶, ayudaría a mejorar el gobierno a distancia del imperio y el poder de la metrópolis española sobre las colonias ultramarinas.

Sin embargo, dadas las complejidades del tumultuoso siglo XVIII, la certidumbre fue influenciada por la guerra entre las distintas potencias europeas. Francia e Inglaterra se enfrentaron a la antigua

4 Para una comprensión actual del concepto de incertidumbre ver Lindley (2006).

5 Esta reflexión es parte del argumento de mi tesis doctoral sobre la incertidumbre en la comunicación epistolar entre Chile y Madrid en tiempo de los Habsburgo (siglo XVII).

6 Sobre la importancia de la "evidencia" en el gobierno ilustrado ver Hellmuth (2004, p. 46-49) e Lloyd (2013, p. 1 y ss.).

potencia española por el control del comercio atlántico (BAUGH, 2011, p. XI; LINEBAUGH; REDIKER, 2005), generando amenazas a los barcos españoles, especialmente aquellos que llevaban correos. Analizaremos, en ese sentido, también los fracasos del mismo sistema.

El texto se dividirá en tres partes las cuales han sido trabajadas principalmente con los fondos de la Administradora General de Correo encontrados en el Archivo Histórico Nacional de Chile y de la Superintendencia de Correo en el Archivo General de Indias. En primer lugar, analizaremos la instalación de la oficina de correos en Santiago de Chile y su práctica rutinaria. En segundo lugar, explicaremos los nuevos itinerarios postales establecidos para el territorio donde el espacio-tiempo fue fundamental en la gestión del servicio. Y, finalmente, observaremos los problemas asociados a la pérdida de los correos con sus valijas, dando cuenta cómo el proceso se fue enfrentando tanto a éxitos como fracasos.

UNA OFICINA DE CORREOS

Uno de los principales objetivos de la reforma era darle un lugar específico al servicio de despacho de correspondencia. La oficina había sido organizada, tras la incorporación del correo terrestre en 1769, gracias al administrador Fernando de Urizar, doctor en Cánones y Leyes de la Real Universidad de San Marcos (Lima). Él mismo compró una casa para situar la oficina de correos, donde lideró el servicio entre 1770 y 1809. En general, consolidó una muy buena imagen de funcionario ilustrado, a diferencia de otros compañeros en otras latitudes.⁷

7 Como fue el caso de los diversos administradores generales de correo en Cartagena de Indias, Virreinato de Nueva Granada. Ver Moreno Cabanillas (2022, p. 189).

El rol de Urizar no era nada de fácil. Era uno de los tantos nodos ultramarinos del nuevo servicio de correo. Desde la Superintendencia de Correos en España hasta las Administradoras Generales, se organizó una red de centros para darle certeza al movimiento de las cartas. Las conexiones, desde las oficinas de Santiago a Buenos Aires o Lima, y desde ahí a La Coruña y Madrid dieron un patrón de seguimientos que era más fácil de trazar en términos de gestión documental. Si la experiencia histórica decía que las cartas debían ser entregadas a personas de confianza, ahora era la institución quien debía velar por ellas. La Administradora General, en ese sentido, tenía la obligación de hacer una investigación ante la presunta pérdida de un pliego, tal como alegaba Clemente Ochoa en 1776.

El objetivo de estas reformas era salvar al imperio de su desangramiento, según ha analizado Jeremy Adelman (2006, p. 28). En el caso de las comunicaciones epistolares, el imperio español había perdido completamente su iniciativa. En el preámbulo del *Reglamento provisional del correo marítimo de España a sus Indias Occidentales* (1764), se señala de la “falta de correspondencia regular de estos mis Dominios de España a los de las Indias Occidentales”, lo que habría generado grandes esperas e incertidumbre en las informaciones a ambos lados del Atlántico. El perjuicio no era solamente estatal, sino también de los mercaderes y todas personas que tuvieran negocios en distintas partes del imperio. Es así como, hacía la década de 1760, el sistema de avisos, los galeones y el paso de las cartas de “mano en mano” se volvió impracticable, lo que generó que muchas personas tuvieran que contactarse con colonias de otras potencias europeas para informarse.⁸

8 Real cédula de 26 de agosto de 1764, BN, SM, MsBA40, fj.1.

Esto, sin duda, amenazaba la geopolítica de la monarquía de Carlos III y mostraba la debilidad de la corona en la soberanía de las colonias del Nuevo Mundo.

De esta manera, la oficina se constituyó en un articulador de las reformas, instalando nuevas rutas, contratando agentes y salvaguardando las cartas. Su administrador general era “responsable” de cualquier desorden o extravío de correspondencia, para lo cual se le entregaba el monopolio en su distribución y cobro.⁹ Para ello, se disponía de diversos funcionales como los correos, quienes se encargaban de distribuir la correspondencia; oficiales mayores, que ayudaban al administrador; y, por supuesto, contadores y escribanos. Además, la misma oficina, se constituía como tribunal para sancionar casos relacionados con el servicio.¹⁰

La administradora se transformaba en el intermediario público entre el emisor y receptor del despacho. La oficina estaba abierta desde las 8 de la mañana. Tenía una hora del almuerzo entre 12.30 y 14, para después continuar hasta que falte “la luz”. De hecho, el mismo Urizar, dice que en el correo “no hay días de fiesta [¡ni descanso!] ni aún en las noches”¹¹. Todas las mañanas, el administrador enumeraba las cartas en un listado junto al apellido del remitente.¹² Publicaba los pliegos informativos en la oficina, donde el público se acercaba para saber la llegada de su esperada carta. Además, debía despachar a los distintos

9 Reglamento provisional del Correo-Marítimo de España a sus Indias Occidentales de 1764, BN, SM, Ms. BA40.

10 Real ordenanza del Correo Marítimo, expedida por Su Majestad en 26 de enero de 1777 (ALCÁZAR, 1920 trat. 5, tít. 1, art. 1.)

11 Carta de Fernando de Urizar a Manuel Basabilbaso, Santiago, 6 de marzo de 1784, AGI, Correo, Vol.484 A, fj.2

12 ANHCh, CG, Vol. 323, fj. 48

correos, quienes debían recorrer las principales rutas postales desde Santiago.

La circulación de cartas durante ese siglo se había multiplicado. Las nuevas instituciones borbónicas fueron generando nuevos diálogos epistolares, a los ya existentes entre el gobernador, la Real Audiencia, los Cabildos, el ejército y los religiosos. Se incorporaron organizaciones vitales como la Real Universidad de San Felipe (1727), la Casa de la Moneda (1743) o el Real Tribunal del Consulado (1795). Este último, que agrupaba a los comerciantes de la ciudad, constantemente criticaban la labor del administrador porque el cobro de los portes y la rigidez de las rutas. Lo que generaba, según el comerciante Alonso Lecaros, la imposibilidad de “conservar la amistad y buena armonía en unos y otros, vecinos, y a comunicar noticia de su salud entre las personas y familias que tienen relación de parentesco”¹³. Santiago, en ese sentido, consolida su rol como capital transformándose, paulatinamente, en el centro de despacho de correspondencia atlántica.

Esta oficina, sin embargo, se alimentaba de la gestión de otras administradoras. Desde la década de 1770, Santiago se conectó con la metrópolis española a través de Buenos Aires. Esto fue, sin duda, un cambio radical con respecto al periodo anterior. Durante todo el siglo XVII, la navegación del Pacífico permitió la comunicación del Reino de Chile con el virreinato peruano y la corte española. La reorientación del flujo informativo hacia Buenos Aires, donde se hallaba la principal Administradora de Correos del Atlántico Sur, permitió un aumento de la velocidad de respuesta. Los nuevos paquebotes, que conducían las cartas a través de los tumultuosos océanos de la época, llegaban cada

13 ANHCh, CG, vol. 945, fj.135v.

cuatro meses a Montevideo. Debido al contexto noticioso del siglo, incluso llegaron 7 naves entre 1776 y 1777 (BELLOTO, 1976, p. 130). Las cartas pasaban a través de la cordillera en una ruta que fue alistada por ingeniero irlandés Ambrosio O'Higgins en 1770. El mismo coordinó las obras de construcción de una ruta y otras obras viales para el difícil paso de los Andes, que permitió su tránsito en invierno, imposible hasta esa fecha.¹⁴

Las administradoras de correos fueron centros importantes para la reforma de las comunicaciones. A través de la instalación de rutas, tiempos y agentes, pudieron dar mayor certeza al despacho de correos. Ante la incertidumbre de la comunicación epistolar, el administrador, a través de su red de información configurada gracias a las demás administradoras americanas, podía saber lo sucedido con el despacho. La incertidumbre propia del sistema habsburgo, donde no se sabía la llegada de la carta hasta su respuesta, se intentó gestionar a través de estas oficinas. En ese sentido, permitió administrar la incertidumbre postal, enfocándose precisamente en trazar el mismo proceso de despacho.

ITINERARIO POSTAL

El administrador Urízar organizó tres rutas principales para la gobernación de Chile: la de La Serena, La de Concepción y la de Buenos Aires. Con un caballo y una valija con las cartas, los correos conectaban las distintas villas de los valles centrales de Chile de norte a sur (ARANEDA, 2020, p. 126). En las ciudades, como Talca, Rancagua o

14 Carta de Ambrosio O'Higgins al marqués de Grimaldi, Santiago, 20 de Julio de 1770. AGI, Correo, Vol. 86 A, R.1.

Concepción, había administradoras locales que tenían el deber de distribuir las cartas dentro del partido de su jurisdicción. A veces, en pequeñas localidades, se les encargaba a los aristócratas locales:

De esta suerte, nombrado el maestro de posta que ha de residir en esta capital, reciba la correspondencia de mano del administrador [...] dirigiéndola [...] a Don Melchor de la Jara cuya hacienda dista siete leguas, que de allí siguiere a la villa de Santa Cruz de Triana [...] y entregase a don Joseph de Astorga, que de esta pasase a don Manuel Valdivieso, residente en la hacienda de Apalta, que distancia solo ocho leguas de la villa de San Fernando.¹⁵

El estado borbónico en Chile, en ese sentido, necesitaba del apoyo de privados para llegar a los distintos espacios de la difícil geografía. Durante todo el siglo XVIII, los gobernadores buscaron generar núcleos urbanos para concentrar poblaciones que estaban exageradamente dispersas (LORENZO, 1987). Sin embargo, el correo fue incapaz de generar una amplia distribución de las oficinas, por lo tanto, muchas haciendas se transformaron también en lugares de recepción de cartas.

La gestión de las rutas no era para nada fácil. Así le responde Fernando de Urizar al administrador de Buenos Aires en 1784:

A principio de mes llega el correo general de esa [de Buenos Aires], demora ocho días con los de su llegada y partida en los cuales es preciso trabajar hasta noche pues, además, de traer y llevar correspondencias y guías para las cajas siguientes Aconcagua, Mendoza, San Juan, Tupiza, Córdoba, Tucumán, Jujuy, La Plata, Potosí, Paraguay, Santa Fe, Salta, Montevideo [...]; dos o tres días antes de su partida llegan los correos de La Concepción y Valparaíso con las respectivas correspondencias de sus rutas así para esta ciudad como para las cajas anteriormente dichas y reinos [...], desde el

15 ANHCh, CG, Vol. 946, fj. 71v.

cuarto día de la llegada hasta uno antes de su partida se exhiben las encomiendas de oro, cuyo manejo entiendo yo lo está llevando el apunte general que sirve de guía para la aduana [...]. El día 12 parte el correo de La Concepción y lleva correspondencias para las cajas siguientes de Rancagua, San Fernando, Curicó, Talca, Cauquenes, Itata, La Concepción, Chillán y Valdivia. El 19 parte el ordinario de Coquimbo conduciendo correspondencia para las cajas siguientes [de] Quillota, Petorca, Mincha, Coquimbo y Copiapó.

Así, el administrador se encuentra en el centro de los flujos. Se van creando los itinerarios que, de acuerdo con un diccionario de la época, refiere a: “la fórmula que se da para dirigir algún viaje, en que se ponen regularmente los lugares y pasadas por donde se hace tránsito”¹⁶. De esta manera, como señala Sylvia Seller-García, se van detallando descripciones geográficas y temporales de las distintas rutas (SELLERS-GARCÍA, 2012).

Las principales rutas de esta época fueron las que conectaron Buenos Aires, vinculando a Chile con el Atlántico, y la Concepción, donde estaba la frontera hispano-mapuche. La primera, que ya hemos detallado anteriormente, debía coordinar la llegada de los barcos con el correo terrestre un largo camino que debía atravesar los Andes. Los tenientes de correos salían mensualmente con las cartas, entregando las cartas a cada una de las villas intermedias entre Santiago y el puerto rioplatense. El ingeniero Ambrosio O’Higgins había arreglado el camino cordillerano, con una nueva ruta e infraestructura vial¹⁷, para hacer

16 RAE, *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso*. Madrid: Joaquín Ibarra, 1783, p. 576

17 Gran parte de la reforma de los correos fue en paralelo a la mejora de las condiciones viales del reino. Ver Benavente (2021).

posible “la universal y continuada” comunicación entre Chile y Madrid.¹⁸

La segunda ruta tenía una salida regular cada mes, aunque tuvo problemas de instalación especialmente por la salida de mensajeros militares informales y el cobro de los importes. Los correos eran agentes fundamentales en este movimiento, debido a que tenían suficientes conocimientos geográficos para internarse y llegar a las distintas ciudades del sur. Allí, se ubicaba en un lugar central de la villa un pequeño cartel con los días y las horas de la llegada del correo.¹⁹ Era la oportunidad para escribirle a un amigo, pariente o autoridad política.

Debido a la directa relación entre espacio y tiempo, la demora de los correos podía tener grandes penas. A pesar de que no estaba regulado de forma general, estos sufrieron muchas veces las arbitrariedades de las autoridades locales. El pobre correo Isidoro Lobos tuvo que pasar dos días en el cepo debido a la demora del correo entre Concepción y Valdivia. Esta ruta era especialmente difícil porque debía pasar por territorio mapuche. Sin embargo, el agente fue procesado por el gobernador militar Juan Clarke como una afrenta a la monarquía.²⁰

En ese sentido, la reforma de correo tuvo que negociarse a diferentes niveles. Su instalación y la circulación de un importante volumen de cartas a las distintas villas americanas no fue indiferente a las autoridades locales. Muchas veces, los tiempos impuestos por los administradores fueron contestados, principalmente porque la gente estaba acostumbrada a enviar cartas de forma extraordinaria y sin

18 Carta de Ambrosio O'Higgins al gobernador Francisco de Morales, Santiago, 27 de junio de 1771, AGI, Correo, Vol. 86 A.

19 Ordenanza General de Correos, postas, caminos y demás ramos agregados a la superintendencia general. Madrid: Imprenta Real, 1794, tít. 12, cap. 8.

20 ANHCh, CG, Vol. 946, fj. 50.

ninguna organización. En 1781, por ejemplo, el administrador de Chillán, Agustín de Arriagada, tuvo un fuerte conflicto con el corregidor de aquella ciudad, debido a que no tenía tiempo para escribir.²¹

En ambos casos, el tiempo era vital para comunicar los distintos espacios. El administrador, desde Santiago, estaba constantemente preocupado por la llegada puntual de los pliegos, teniendo como referente la salida de los barcos a Buenos Aires. Un pequeño imprevisto podía generar un retardo que impidiera a los pliegos a embarcarse por el atlántico. Por ello, el celo de él y sus tenientes de correo fue una constante dentro de los pleitos observados dentro de la administradora de Santiago.

En ese sentido, como hemos señalado, los correos fueron agentes de cambio que no solo ayudaron a conectar los espacios sino también darle una nueva temporalidad al imperio (ARANEDA RIQUELME, 2017). Esto obviamente chocó con la distancia. Tal como ha analizado Guillaume Gaudin y Roberta Stumpf, la “tiranía de la distancia” fue el gran problema del imperio. Esta estuvo directamente vinculada al problema de la soberanía real dentro de los diversos territorios. Por ello, esta investigación se inscribe dentro de su propuesta analítica: ¿de qué manera los agentes resolvieron el problema de la distancia? (GAUDIN; STUMPF, 2022).

En definitiva, el itinerario aquí descrito es posible observarlo desde una doble perspectiva. Una más teórica, donde el administrador programó y configuró distintos pasos espaciotemporales que cobraran sentido con las redes atlánticas. Y, otra más práctica, donde los agentes recorrieron y experimentaron las rutas con éxitos y fracasos. La

21 ANHCh, CG, Vol. 945, fj. 185 y ss.

evaluación del sistema, en ese sentido, debe evaluar ambas caras del proceso. La componente humana, siempre frágil (GREGORY, 2017), tuvo una serie de limitaciones que solo serán superadas con la invención del telégrafo, el teléfono y, actualmente, internet.

¿UNA CARTA EXTRAVIADA?

La reforma de correos no fue un éxito rotundo en el Chile Borbónico. Muchos problemas de la comunicación epistolar, traídos desde los primeros años de la colonia, seguían afectando su calidad. La pérdida de una carta, en ese sentido, era el fracaso más rotundo del sistema postal. No existen estadísticas que nos permitan observar la cantidad de cartas extraviadas, sin embargo, como hemos visto al inicio de este capítulo, era un fenómeno cotidiano dentro de la oficina. La reforma de correos no pudo controlar absolutamente la circulación de correspondencia. Tenía, más bien, una capacidad limitada de gestión administrativa.

Las últimas décadas del siglo XVIII fueron una de las más tumultuosas de la historia. Revoluciones, guerras e independencias marcaron el ocaso del siglo, que hizo remover las aguas más profundas de la sociedad europea y colonial. El Atlántico, especialmente, se había transformado en un teatro de conflictos, donde las potencias europeas, especialmente la inglesa y la francesa, buscaban la hegemonía global (HALPERIN DONGHI, 1985, p. 9). Estas potencias no solamente se transformaron en mediadoras de información, sino también persiguieron los barcos de correo español. Ante un mero avistamiento enemigo, los barcos debían lanzar todos los cajones postales al mar.²²

22 AGI, Correo, Vol. 450 B.

Los horarios de las salidas de los barcos desde Buenos Aires tuvieron modificaciones. La regularidad en la guerra era observada como una debilidad. Los barcos enemigos podían también ir regularmente a atacar los paquebotes rioplatenses, por lo que tuvieron que flexibilizar las salidas. De hecho, el mismo ministro José de Gálvez en una carta al gobernador de Chile señala que las grandes guerras que se han tenido con Inglaterra durante el siglo han difundido la idea de que los británicos eran “invencibles sobre los mares”.²³ Esto fue generando incertidumbre en el propio sistema postal ilustrado.

En el correo terrestre la experiencia no era tan diferente. Los correos como agentes eran fundamentales para el funcionamiento del sistema. En general, eran despachado en solitario por lo que toda la responsabilidad recaía en una sola persona. Si se observan los volúmenes de expedientes de la Administradora General de Santiago, Urizar tuvo que enfrentar variados problemas con sus oficiales. La desaparición de un determinado correo, y por lo tanto de las cartas que este llevaba, desataba una alarma que no podía obviar el administrador. Inmediatamente se iniciaba la búsqueda del correo, gracias a las rutas ya prefijadas en los itinerarios postales.

Los correos, en muchas ocasiones, sufrían asaltos en las vías, principalmente por la posibilidad de que en las cartas se encontrase dinero. En 1778, el correo Patricio de Chávez, cerca de El Monte, sufrió la agresión de dos tipos quienes le quitaron su mula y le robaron su valija postal. Por ello, posteriormente, se les había permitido a estos

23 Carta de José de Gálvez al gobernador de Chile. Madrid, 20 de agosto de 1779. ANHCh, CG, vol. 730, fj. 136.

agentes postales de llevar un arma para protegerse.²⁴ Un año antes, doña María, esposa del correo Francisco de Cisternas, fue a increpar al administrador debido a la tardanza de la llegada de su marido. Este había sido asaltado cerca del puente del río Maipo, encaminado por la ruta hacia Concepción, por unos delincuentes.²⁵ Esto perjudicaba la fe pública en el servicio postal.

Muchas veces, los correos fueron negligentes en su propio accionar. Con la excusa de tener “jaqueca”, el correo Cayetano Obregón no había despachado una valija de correo y una encomienda de dinero dirigida a Buenos Aires. Hace tres días, el administrador Urizar le había entregado todo para su viaje, sin embargo, se había quedado en la casa de Miguel Villanueva, en Recoleta. Esto afectó la circulación de correos de abril de 1772, al punto que Urizar le señaló a Obregón que si hubiera notificado su enfermedad había podido reemplazarlo en el viaje.²⁶ Sin embargo, el gobernador interino de Chile, Francisco de Morales, le dio una fuerte pena: exilio y trabajo forzoso en el presidio de Juan Fernández.²⁷

La geografía chilena, por otra parte, generaba un gran perjuicio al sistema. Era muy difícil cruzar la cordillera, ya sea en verano como en invierno. Se habían construido unas casuchas para pasar el frío, donde los correos podían obtener agua, alimento y abrigo, sin embargo, muchas de ellas fueron utilizadas por arrieros y trajinantes informales. El correo Juan Rodríguez, por ejemplo, se quedó atrapado en medio de

24 *Ordenanza General de Correos, postas, caminos y demás ramos agregados a la Superintendencia General*, Imprenta Real, Madrid, 1794, p. 87.

25 Ambos casos: ANHCh, CG, Vol. 945, ff. 193 y 228.

26 ANHCh, CG, Vol. 307, ff. 236v.

27 ANHCh, CG, Vol. 307, ff. 238v

la cordillera debido a la nieve.²⁸ Las rutas de los valles centrales de Chile también fueron un obstáculo. Eran caminos con mucho relieve, accidentados y entrecruzados por un sinfín de ríos. Para pasar de Concepción a Valdivia, por ejemplo, ante la inexistencia de buenos caminos y puentes, los correos debían ser ayudados por mapuches en canoa a cambio de “dos mazos de tabaco”.²⁹ Muchos de los correos caían en los ríos, perdiendo los caballos y sus propias valijas, como le sucedió a Francisco de Cisternas en el invierno de 1777.³⁰

Estos casos interfirieron en la entrega de las cartas, provocando incertidumbre en el público que espera esa información. El mismo Fernando Braudel, para el caso del mediterráneo del siglo XVI, señalaba que los correos ordinarios no “tenían hora y, a veces, ni un día fijo” (BRAUDEL, 1989, p. 474). Sin embargo, la gran diferencia del siglo dieciocho estuvo en la gestión de la comunicación postal. Durante este siglo se produce una masificación de las noticias (PETTEGREE, 2014, p. 270–310) y la sobrecarga de su manejo (BLAIR, 2010, p. 1–10). El correo colonial no podía asegurar con absoluta certeza la llegada de una determinada carta. Sin embargo, a través de sus oficinas, era posible gestionar la circulación de las cartas desde las distintas rutas y nodos. Lo que anteriormente era una práctica inusual que generaba una completa confusión sobre la llegada o no de una carta, la oficina de correos borbónica tenía las herramientas para conocer el estado del despacho. En ese sentido, la incertidumbre del envío atlántico de una carta podía ser gestionada a partir de una institución postal. Es ese, a

28 ANHCh, CG, Vol. 945, fj. 164-164v.

29 ANHCh, CG, Vol. 946, fj. 47.

30 ANHCh, CG, Vol. 945, fj. 175.

nuestro juicio, el principal objetivo de la reforma de los correos a fines del siglo XVIII.

En todos los casos previamente señalados, el administrador Urízar pudo localizar al correo afectado y saber que había sucedido. Patricio Chávez fue encontrado caminando desconsolado cerca de la hacienda de los Portales, Cayetano Obregón prófugo cerca del río Mapocho, Juan Rodríguez congelado en una casucha cordillerana y Francisco de Cisternas secándose cerca del río Lontué. El administrador al tener una radiografía de las rutas postales chilenas podía organizar una búsqueda del correo y su valija postal, tal como sucedió con la llegada de la esposa de Cisternas a la oficina. La investigación se inició con el envío de los correos Villanueva y Chávez por la ruta de Concepción, replicando los pasos de Cisternas. Allí, le preguntaron al encargado del puente del río Maipo, Pascual Rodríguez, si había visto algo, quien dijo que lo había visto cruzar. Finalmente, cerca de esa zona, el correo perdido apareció relatando el ataque que había sufrido a cargo de tres bandidos.³¹

De esta manera, el público del servicio de correo podía presentarse ante la oficina a reclamar por su propia correspondencia. El administrador, tal como lo hizo con Clemente Ochoa, tenía el deber de iniciar una investigación y esclarecer la incertidumbre de la persona. A pesar de los inconvenientes y fracasos sufrido por los correos en el proceso de despacho postal, era posible encontrar respuestas ante la tardanza o pérdida de una carta. Esto, que no había sucedido en los últimos dos siglos de dominación española, cambió profundamente la cultura epistolar del reino.

31 ANHCh, CG, Vol. 945, fj. 197-198.

CONCLUSIÓN

La reforma de correo en Chile tuvo como objetivo trazar certezas en el proceso de circulación epistolar. Ante el abismo oceánico que separa América de Europa, el envío de una carta había sido históricamente un problema y una incertidumbre. No había cómo saber si una carta había llegado, hasta que en unos años después una tibia respuesta del Consejo de Indias llegaba a la capital del reino. En ese sentido, ante la falta de seguridad, la reforma buscó establecer certidumbres a través de la instalación de una oficina postal, un itinerario coherente y sus agentes.

El objetivo del gobierno borbónico era gobernar con información y certeza, por lo que un buen sistema de correo era fundamental para mantener unido al imperio.³² Así, el administrador Fernando de Urizar conformó una oficina funcional a través de distintos oficiales que pudieran manejar las disposiciones del público lector y escritor de cartas. A través de los correos, las rutas pasaron de los planes a las prácticas, haciendo circular las cartas con una mayor velocidad que los siglos pasados. En ese sentido, es posible observar que este cambio no fue algo estructural o tecnológico, sino más bien organizacional. La gestión del servicio, que no existía en el reino antes de 1770, logró una mayor circulación de información tanto imperial como local.

En ese sentido, la intensidad de las comunicaciones también fue generando conexiones más estrechas entre las distintas colonias, como lo fue Santiago y Buenos Aires. Un análisis de esta relación comunicacional nos podría ayudar a entender mejor los procesos de

32 Sobre la importancia de la "evidencia" en el gobierno ilustrado ver: (HELLMUTH, 2004, p. 46-49; LLOYD, 2013, p. 1 y ss)

independencia en América. El día 9 de septiembre de 1808, el cabildo de Santiago propone la instalación de un nuevo correo ordinario hacia Buenos Aires con la idea de “tener [las] frecuentes noticias del estado de las cosas en Europa y Buenos Aires, tanto que dé la oportunidad en que lleguen puede pender la suerte de este reino”.³³ Ya en mayo de ese año, el rey Fernando VII había sido apresado por Napoleón en Bayona. En ese sentido, la llegada de las noticias va ocurriendo desde la capital rioplatense, en un movimiento muy similar a los procesos de independencia: desde Argentina a Chile, de Chile a Perú. De hecho, lo mismo sucede con la otra importante administradora de correo en el Atlántico: Cartagena de Indias. Perú, en ese sentido, queda desplazado de las últimas noticias de Europa, debido exactamente a como se gestionaban los servicios postales a partir de la reforma borbónica.

Sea o no una ventaja para los criollos, el correo facilitó tener certezas en el despacho de cartas. Queda abierto un trabajo profundizado sobre este sistema durante las revoluciones de independencia, donde las comunicaciones atlánticas alcanzaron una importancia fundamental a la hora de evaluar las relaciones entre las colonias y la metrópolis. En un contexto de incertidumbre, como la que hemos vivido nosotros en los últimos años, las noticias, sean falsas o verdaderas, se vuelven fundamentales a la hora de realizar una acción. El correo ayudó a agilizar la política y, por tanto, el gobierno colonial.

33 Sesión de 9 de septiembre de 1808. *Actas del cabildo de Santiago. Volumen LVIII: 1785-1809*. Santiago de Chile: Academia Chilena de la Historia, 1991.

FUENTES PRIMARIAS

“Real ordenanza del Correo Marítimo, expedida por Su Majestad en 26 de enero de 1777”
(ALCÁZAR, 1920 trat. 5, tít. 1, art. 1.)

Actas del cabildo de Santiago. Volumen LVIII: 1785-1809. Santiago de Chile: Academia Chilena de la Historia, 1991.

Archivo General de Indias (AGI), Fondo Correo

Archivo Histórico Nacional de Chile (AHNCh), Fondo Capitanía General

Ordenanza General de Correos, postas, caminos y demás ramos agregados a la superintendencia general. Madrid, Imprenta Real, 1794,

RAE, *Diccionario de la lengua castellana compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso.* Madrid: Joaquín Ibarra, 1783.

Reglamento provisional del Correo-Marítimo de España a sus Indias Occidentales de 1764.
Biblioteca Nacional de Chile (BN) SM, Ms. BA40.

FUENTES SECUNDARIAS

ADELMAN, J. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic.* Princeton: Princeton University Press, 2006.

ALCÁZAR, C. *Historia del correo en América.* Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1920.

ARANEDA, J. *Un Gobierno de Papel. El correo y sus rutas de comunicación en tiempos de la reforma imperial en Chile (1764-1796).* Santiago: Biblioteca Nacional de Chile y Centro de Estudios Diego Barros Arana, 2020.

ARANEDA RIQUELME, J. Los correos como agentes de cambio. Actores postales en la reforma de las comunicaciones imperiales (Chile, 1764-1794). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux - Novo Mundo Mundos Novos - New world New worlds*, 11 dez. 2017.

BAUGH, D. *The Global Seven Years War, 1754-1763. Britain and France in a Great Power Contest.* London and New York: Routledge, 2011.

BELLOTO, M. *O estabelecimento do correio marítimo hispano-americano 1764*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1976.

BENAVENTE, M. C. S. Construcción de caminos y reformismo ilustrado: fundamentos económicos y políticos en el caso chileno en el siglo XVIII. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 78, n. 2, p. 567–597, 14 dez. 2021.

BLAIR, A. *Too Much to Know. Too Much to Know: Managing Scholarly Information before the Modern Age*. New Haven: Yale University Press, 2010.

BRAUDEL, F. *El Mediterráneo: el espacio y la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

CARDIM, P. et al. (EDS.). *Polycentric Monarchies. How did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?* Brighton & Eastbourne: Sussex Academic Press, 2012.

DE VIVO, F. *Information and communication in Venice. Rethinking Early modern politics*. New York: Oxford University Press, 2007.

GAUDIN, G.; STUMPF, R. Introdução. Em: *Las distancias en el gobierno de los imperios ibéricos: Concepciones, experiencias y vínculos*. Collection de la Casa de Velázquez. Madrid: Casa de Velázquez, 2022. p. 1–12.

GONZÁLEZ, N. “Allí donde no hubiere Correos Mayores”. La circulación de correspondencia en el Nuevo Reino de Granada (1680-1764). Em: *Comunicación, objetos y mercancías en el Nuevo Reino de Granada. Estudios de producción y circulación*. Bogota: Universidad de los Andes, 2017. p. 13–58.

GREGORY, J. “Nature’s fragile vessel”: Rethinking approaches to material culture in literature. *A Journal of English Renaissance Studies*, v. 94, n. 1, p. 37–56, 2017.

HALPERIN DONGHI, T. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

HELLMUTH, E. Enlightenment and Government. Em: FITZPATRICK, M. et al. (Eds.). *The Enlightenment World*. New York: Routledge, 2004. p. 442–456.

LINDLEY, D. *Understanding Uncertainty*. New Jersey: Wiley- Interscience, 2006.

LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *La hidra de la revolución: marineros, esclavos y campesinos en la historia oculta del Atlántico*. Barcelona: Crítica, 2005.

LLOYD, G. *Enlightenment Shadows*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LORENZO, S. Concepto y funciones de las villas chilenas del siglo XVIII. *Historia (Santiago)*, v. 22, p. 91–105, 1987.

MORENO CABANILLAS, R. *Comunicación e Imperio. Proyectos y reformas del correo en Cartagena de Indias (1707-1777)*. Madrid: Sílex, 2022.

PETTEGREE, A. *The Invention of News: How the World Came to Know About Itself*. New Haven: Yale University Press, 2014.

SALVINO, R. V. Entre pontes e muros: Tentativas de implantação do correio marítimo entre Portugal e o Brasil na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*, v. 34, p. 15–49, abr. 2018.

SELLERS-GARCÍA, S. The Mail in Time: Postal Routes and Conceptions of Distance in Colonial Guatemala. *Colonial Latin American Review*, v. 21, n. 1, p. 77–99, abr. 2012.

4

CONDUZIR A MOCIDADE PORTUGUESA “PARA O SERVIÇO DOS SOBERANOS E UTILIDADE PÚBLICA DOS POVOS” (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

*Antonio Cesar de Almeida Santos*¹

Neste texto pretendo expor alguns comentários acerca da formação matemática que se pretendeu oferecer, na segunda metade do século XVIII, aos jovens portugueses que, adultos, iriam servir à Coroa. Inicialmente, apresentarei algumas informações sobre o ensino ministrado em Portugal antes das chamadas “reformas pombalinas”², as quais conferiram grande atenção à educação e à instrução, termos que “designavam, de maneira geral, o processo de formação dos indivíduos para que se integrassem adequadamente à vida em sociedade, conforme as referências e valores aceitos e legitimados” (FONSECA, 2016, p. 131). Assim,

[...] o acento posto na reforma da educação de crianças e jovens de famílias aristocráticas decorria da preocupação de normalização da elite política e militar da monarquia. Por via da inculcação precoce de novos saberes e valores procurava-se atualizar no plano cultural e disciplinar e do ponto de vista social e simbólico a primeira ordem do reino (ARAÚJO, 2020, p. 399).

¹ Universidade Federal do Paraná (Curitiba, Paraná).

² Referência às ações de governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que ocupou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756) e de secretário de Estado dos Negócios do Reino (1756-1777), e que recebeu os títulos de conde de Oeiras (1759) e de marquês de Pombal (1770).

Em vista deste interesse na formação dos jovens nobres, o rei d. José, em 7 de março de 1761, promulgou uma Lei na qual declarava:

Hei por bem restabelecer na minha Corte e cidade de Lisboa um Colégio com o título de *Colégio Real dos Nobres*, [...] o qual quero que se conserve sempre no meu inteiro domínio e na minha privativa e imediata proteção, para dele, ou dela, não poder mais sair debaixo de qualquer cor, pretexto, ou motivo, por mais aparente, ou especioso, que seja, dando-lhe logo para o seu governo os Estatutos seguintes (apud SILVA, 1830, p. 775; itálicos no original).³

O Colégio só começou a funcionar passados cinco anos, em 19 de março de 1766, apesar de, em outubro do ano anterior, ter ocorrido uma cerimônia na qual os oito professores já contratados “prestaram o solene juramento perante o Director dos Estudos” (CARVALHO, 2001, p. 448). Não obstante os incentivos e a proteção régia, a frequência de estudantes ficou muito aquém do que fora inicialmente desejado; “o mau acolhimento que a nobreza deu a esta obra do ministro de D. José I, e ainda o rigor disciplinar dos Estatutos e o seu elitismo excessivo, com alunos negligentes e abusadores, redundaram na efêmera existência do Colégio”, que não “terá sido frequentado por mais de 45 alunos” (COSTA, 2000, p. 166).⁴ Em novembro de 1772, o ensino ali ministrado sofreu uma profunda alteração, com a supressão dos estudos de matemática, justificando-se que os novos Estatutos da

3 Nas citações de documentos de época, optei pela atualização ortográfica e gramatical. As referências permitem o acesso aos documentos citados. Mantive, contudo, a grafia dos textos publicados em Portugal.

4 Não obstante os vários percalços, o Colégio Real dos Nobres adentrou as décadas iniciais do século XIX. Suas atividades foram encerradas por intermédio de um Decreto de 04 de janeiro de 1837, assinado pela rainha D. Maria II, por ser considerada uma instituição que não estava “em harmonia com a Constituição Política da Monarquia, em razão de ser por seu instituto uma Escola privilegiada”. Disponível em: 1837_01_04decreto_2.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

Universidade de Coimbra, que haviam sido publicados em agosto daquele ano, já previam “todos os meios e modos necessários para nela serem continuados em comum benefício de todos os meus fieis vassalos os estudos das ciências matemáticas” (Lei de 10 de novembro de 1772, apud SILVA, 1829, p. 625-626).

Apesar de não ter alcançado os resultados esperados, esta rápida menção à criação do Colégio Real dos Nobres deve-se ao entendimento de que ela sinalizou o interesse régio em promover o ensino da matemática (e igualmente da física e das ciências naturais) sob feição diversa daquela que até então vinha sendo empregada, “porque o estudo da matemática e das diferentes partes que a constituem é não só útil”, mas necessário para os que quisessem prestar serviço na marinha ou exército (Lei de 07 de março de 1761, apud SILVA, 1830, p. 782). Tratou-se de, naquele contexto, propor uma reforma educacional que, em linhas gerais, promovesse a “aceitação de novas práticas científicas, de saberes newtonianos e úteis à regeneração da sociedade” (NUNES, 2010, p. 273-274).

Conforme os Estatutos do “Curso Matemático” instituído em 1772 na Universidade de Coimbra, “as Matemáticas”⁵ gozavam de grande prestígio, devido à “exatidão luminosa do seu método”, o que tornava o seu ensino “indispensavelmente necessário”, especialmente para o “adiantamento das outras Faculdades”, deixando “manifesto que se a

5 Conforme definido por La Caille (1800, p. 1; itálicos no original), em meados do século XVIII, sob o “nome de *Matemáticas* se compreendem as ciências que têm por objeto os números, a extensão, o movimento, a luz e em geral tudo que é susceptível de aumento ou de diminuição. Porém, cada uma destas ciências tem uma denominação particular, conforme a natureza do objeto que ela contempla. A ciência dos números, por exemplo, se chama Aritmética. A que tem por objeto o conhecimento das dimensões da extensão se chama Geometria. A ciência do movimento se chama Mecânica; a que trata da luz se chama Ótica, e assim por diante. A Aritmética serve de fundamento às outras partes das Matemáticas. Ela tem um uso tão universal na sociedade que é necessário ao menos saber praticar as suas primeiras regras”.

mesma Universidade ficasse destituída das luzes Matemáticas, como infelizmente esteve nos dois séculos próximos precedentes, não seria mais do que um caos, semelhante ao Universo se fosse privado dos resplendores do Sol” (ESTATUTOS, Livro III, 1772, p. 209). Como apontou Rómulo de Carvalho (1982, p. 32), “a investigação quantitativa dos fenómenos físicos”, traço característico desta nova orientação pedagógica, mostrou “um aspecto essencial da oposição dos Modernos à atitude escolástica, que é o da utilização da Matemática como auxiliar necessário da Física”.

Como mostra a citação acima, é impossível tratar do panorama educacional português sem fazer referência à Companhia de Jesus, que, conforme Thaís Fonseca (2010, p. 91), teve uma existência “atribulada”, influenciando em “diferentes dimensões da vida de vários países, para além da religião e da educação”. Os jesuítas marcaram a formação dos jovens portugueses desde meados do século XVI até meados do século XVIII, quando foram expulsos de Portugal e seus domínios. Nestes duzentos e poucos anos de permanência em territórios portugueses, a orientação pedagógica dos jesuítas, com o passar do tempo, veio a ser objeto de intensas críticas, culminando com a publicação e circulação da obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís António Verney. Contudo, cerca de uma década antes, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (1734, p. 334 e 319) já havia manifestado suas reservas à pedagogia adotada pela Companhia de Jesus, criticando o “sistema abstrato de Aristóteles, ou para melhor dizer dos Escolásticos” e defendendo o “método Matemático”, que seria o mais adequado para o ensino, pois evitaria “as sùmulas dialéticas, cujo fim parece que é uma pertinácia na disputa, que não busca a verdade para a conhecer e gozar dela, mas só a sofística glória de perpetuar argumentos”.

Dentre outros, o texto de Proença permite perceber que os séculos XVII e XVIII apresentaram novidades no âmbito pedagógico,⁶ uma área na qual os inicianos tinham presença marcante, ainda que, como indicado acima, enfrentassem críticas. Em Portugal, conforme Décio Ruivo Martins (2000, p. 193), foram acusados, indiscriminadamente, “de serem completamente ignorantes das novas correntes do pensamento científico e filosófico” e de “promoverem uma prática pedagógica intencionalmente obstrucionista, na qual a autoridade do nome de Aristóteles era a referência absoluta”. Apesar de não se verificar a existência de controvérsias quanto ao protagonismo dos jesuítas no âmbito educacional, ainda que outras ordens religiosas também atuassem nessa área em Portugal, elas aparecem quando o assunto, como vimos, passa a ser o método de ensino utilizado.⁷

Nas escolas jesuítas “só se falava Latim e em Latim se estudava a Lógica, a Retórica, a Aritmética ou fosse o que fosse, segundo as mesmas regras, segundo os mesmos compêndios, a mesma disciplina”. Com isso, “qualquer mestre ou qualquer estudante que se transferisse de Portugal para outro país, ou vice-versa, não sentiria o mínimo prejuízo na sua actuação ou no seu aproveitamento” (CARVALHO, 2001, p. 361). Em relação à mobilidade dos professores, Décio Ruivo Martins (2000, p. 194) considera que ela promovia “um certo carácter de complementaridade científica e pedagógica” às escolas jesuítas, sendo uma prática

6 Martinho de Mendonça e de Proença esteve a serviço da monarquia portuguesa em diversos lugares e também se dedicou “à leitura da melhor literatura pedagógica e, naturalmente, dos autores mais em voga, aos quais, aliás, se refere: Locke, Rollin, Fénelon” (FERNANDES, 1992, p. 43).

7 Para Teresa Rosa (2017, p. 23), as técnicas pedagógicas adotadas pelos jesuítas, “no tempo do seu fundador eram, sem dúvida, das mais avançadas e encontram-se representadas no *Modus Parisiensis*, isto é, na metodologia educativa desenvolvida na Universidade de Paris” (itálicos no original).

verificada em Portugal, “desde o início do século XVII” e que se manteve até o momento em que foram proibidos de lecionar.

Esta aparente uniformidade do ensino decorria, primeiramente, do que fora proposto por Inácio de Loyola nas Constituições da Companhia de Jesus (1539), que já apresentavam importantes orientações para a instalação dos colégios da ordem;⁸ ainda, além de ser provocada pelo *Ratio Studiorum* (1599), entendido como o plano pedagógico pelo qual se governavam as escolas jesuítas, a padronização também era influenciada pelo uso generalizado dos compêndios que constituíam o chamado Curso Conimbricense, elaborados por mestres jesuítas do Colégio das Artes de Coimbra e publicados “entre os últimos anos do século XVI e a primeira década do século XVII” (CARVALHO, 1982, p. 33-34).

Em relação ao ensino da matemática, as escolas jesuítas estabelecidas em Portugal, não obstante privilegiarem o ensino das “Letras, Filosofia/Artes e Teologia”, promoviam uma “formação técnica e na área das ciências exactas, nomeadamente de Matemática, Astronomia, Náutica e Mecânica” (LEITÃO, 2009, p. 229). Estas disciplinas da área das ciências exatas foram prioritariamente ministradas no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, a partir de finais do século XVI, na conhecida Aula⁹ da Esfera, a que irei me referir adiante.

8 A Parte IV das Constituições “trata sobre como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo [...]”. Esta parte seria mais tarde complementada pelo método pedagógico dos jesuítas, a *Ratio Studiorum*” (ARNAUT; RUCKSTADTER, 2002, p. 110-111; itálicos no original). Para Mariagrazia Russo (2009, p. 209), considera-se que o Colégio de Messina, fundado em 1548, foi o primeiro voltado a jovens não pertencentes à ordem, e passou a ser “o protótipo e a marca de todas as outras instituições religiosas e culturais da Sociedade de Jesus”.

9 Conforme Elfrida Ralha (2021, p. 212), o termo “Aula”, no contexto que está sendo estudado, “significava um Curso completo, com vários anos de duração”.

Os primeiros padres da Companhia chegaram a Portugal em 1540. Em 1542, com a proteção de d. João III, instalaram-se em Coimbra, onde fundaram o Colégio de Jesus, voltado para a formação de novos religiosos da ordem. Naquela cidade já existia o Colégio das Artes¹⁰, que atendia a uma clientela mais ampla, especialmente os que desejavam ingressar no ensino universitário. Alguns anos mais tarde, em 1553, duas novas escolas jesuítas voltadas ao ensino de estudantes não pertencentes à ordem foram instaladas: uma em Lisboa, no antigo mosteiro de Santo Antão, e outra na cidade de Évora, onde, em 1559, começou a funcionar uma universidade administrada pela Companhia, abrigando cursos voltados à formação de religiosos. Nos anos seguintes, outros colégios jesuítas foram criados em território português, expandindo a atividade pedagógica da ordem, importante para a sua inserção na sociedade, especialmente junto aos estamentos superiores. A propósito, Guilherme Pereira das Neves (1987, p. 23) destaca o “expediente desenvolvido pelos jesuítas em seus colégios para formar as elites do Antigo Regime”: a administração de “doses maciças de cultura clássica” aos estudantes, os quais estavam isolados da realidade social “pelo próprio colégio”; com isso, os jovens eram transportados “para o mundo de uma Antiguidade clássica idealizada, cujos discursos falavam precisamente a língua dos valores e normas que os inicianos pretendiam transmitir”.

Em outubro de 1553, os jesuítas iniciaram as atividades do Colégio de Santo Antão (o velho), em Lisboa, com aulas de latim, grego e retórica, além de “temas morais e religiosos”. Dois anos depois, começaram as “aulas de esfera, isto é, de introdução à cosmografia e astronomia, pelo

10 O Colégio das Artes passou para a administração dos jesuítas em 1555.

padre Francisco Rodrigues, aulas estas que de certa maneira viriam a ser o embrião da futura «Aula da Esfera» (LEITÃO, 2007, p. 30). Cosmografia e astronomia eram conhecimentos de grande interesse para Portugal, como demonstram as traduções para o português da obra de João de Sacrobosco, *Tratado da Esfera*, que havia sido publicada no século XIII, e de onde deriva o nome daquele curso. Na primeira metade do século XVI, três traduções vieram a público: as duas primeiras estavam “acompanhadas de instruções para a navegação” e apareceram, uma em 1509, “no *Regimento do Estrolabio e do quadrante e tractado da spera do mundo*”, e outra em 1518, no “*Tractado da spera do mundo*”; a terceira tradução foi realizada pelo cosmógrafo Pedro Nunes, sendo publicada em 1537 (ALVES, 2013, p. 49; itálicos no original).

Os jesuítas tinham muito interesse na leccionação da Aula de Esfera, não só pela instrução de quantos dos seus discípulos se quisessem porventura preparar para as fainas marítimas, mas também para si próprios, instruindo-se convenientemente a fim de participarem nas missões a que se entregavam no Oriente e na África (CARVALHO, 2001, p. 378-379).¹¹

A Aula da Esfera passou a ser formalmente ministrada ao final do século XVI, resultado, segundo Henrique Leitão (2007, p. 32), de uma exigência régia, como contrapartida à doação que permitiu a construção de uma nova sede para o Colégio de Santo Antão. Em 1573,

O cardeal infante D. Henrique assumia a figura de fundador do Colégio e assegurava uma generosa renda anual (perpétua) da parte do rei, o seu

11 A importância da matemática para os jesuítas pode ser percebida no interesse que eles tinham em participar do “Tribunal das Matemáticas”, um “organismo da corte imperial chinesa encarregue de estabelecer o calendário e fazer todo o tipo de previsões e análises astronômicas”, do que dependia, então, contar com missionários “com conhecimentos avançados de matemática e astronomia” (LEITÃO, 2007, p. 65).

sobrinho D. Sebastião. Mas impunha algumas condições: o contrato de fundação que então se redigiu contém a primeira notícia diretamente relacionada com a “Aula da Esfera”, que surge como uma condição imposta pelo “fundador”, cardeal D. Henrique: “que se acrecentassem las classes de latim que fuessem necessarias, que serian hasta uma o dos, y que se leyesse uma leccion de mathematica, y um curso de artes de tres em tres anos”.

Apesar de uma crescente importância, a Aula da Esfera, no século XVII, conviveu com uma acentuada degradação no ensino da matemática, situação particularmente verificada na Universidade de Coimbra (ALVES, 2013, p. 48), que atravessou grande parte daquele século sem professores que a lecionassem. Esta situação decorria, ainda que não exclusivamente, de um intenso debate que se desenvolveu ao longo dos séculos XVI e XVII, no interior da Companhia, no qual se questionava se a matemática, segundo os princípios aristotélicos, poderia ser uma ciência: em linhas gerais, a discussão centrava-se nos “dois tipos de Matemática que se considerava existirem, a saber, a Matemática pura, que incluía apenas a Geometria e a Aritmética, e a Matemática aplicada, que incluía disciplinas como a Astronomia, a Música, a Mecânica ou a Óptica”; tratava-se de saber a qual delas poder-se-ia atribuir o estatuto de ciência em sentido aristotélico. Diversos jesuítas participaram desse debate que, em Portugal, opôs os que estavam instalados em Coimbra a professores estabelecidos no Colégio de Santo Antão: “os matemáticos da «Aula da Esfera» foram os únicos verdadeiramente empenhados na defesa epistemológica da disciplina”, formando um “núcleo de matemáticos que pôde sustentar socialmente a oposição à argumentação antimatemática de alguns filósofos jesuítas” (MOTA, 2008a, p. 54 e 70).

[...] embora o Colégio de Santo Antão tenha funcionado como a instituição “de excelência” dos jesuítas, no que diz respeito a matérias científicas, não foi o único local para a prática científica por eles mantido. Também em Coimbra e em Évora¹² – embora em menor escala do que em Lisboa – se deram aulas de matemática (LEITÃO, 2007, p. 91).

Não obstante a posição expressada por Henrique Leitão, o contexto não foi favorável à afirmação, entre os jesuítas, da matemática como uma área de conhecimento de mesmo nível da filosofia, pois ela se destacava mais pelo seu caráter utilitário: seu ensino detinha uma orientação essencialmente prática, voltada à aplicação na navegação, na arquitetura e no âmbito militar.

A “REAL ACADEMIA DE MATHEMATICA DO COLLEGIO DE SANTO ANTÃO”¹³

No início do século XIX, o canonista Antonio Ribeiro dos Santos declarava: “Entre as Ciências Naturais que mais podem contribuir para dar vigor e claridade à Razão do Homem, tem por certo o primeiro e mais honroso assento as Matemáticas, sublimes produções da mais exata Filosofia”. Para ele, expondo uma noção que veio a ser construída a partir de meados do setecentos, “as Matemáticas” apoiavam-se

[...] sobre um pequeno número de princípios evidentes, que não têm ambiguidade nenhuma nos seus termos, isto é, sobre objetos de que todos temos ideias claras, quais os números e as dimensões da extensão, em que demonstra tudo o que se pretende, não se servindo, senão de axiomas ou de proposições, que deles imediatamente se deduzem e se tornam outros

12 Em Coimbra e Évora, ao contrário do que ocorria em Lisboa, a matemática era lecionada “a um nível muito elementar e por professor de filosofia” (MOTA, 2008b, p. 188).

13 Segundo Henrique Leitão (2007, p. 72-73), na década de 1640, acentua-se o interesse régio pela Aula da Esfera, patente pela designação que “passou a ter por estes anos: Real Academia de Mathematica do Collegio de Santo Antão”.

tantos princípios para o conhecimento das verdades simples. (SANTOS, 1812, p. 148).

Nesta perspectiva, o estudo da matemática era entendido como essencial “na investigação das verdades físicas da Natureza”, no aperfeiçoamento das demais “ciências físicas e todas as artes mecânicas e liberais”, além de “ajudar, por seus métodos e hábitos constantes de discorrer exata e ordenadamente, as mesmas ciências morais, civis e políticas” (SANTOS, 1812, p. 149).

As palavras de António Ribeiro dos Santos ressoam, em muitos aspectos, o discurso dos formuladores dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, que não tiveram dificuldades em reconhecer o estatuto científico da matemática: “Têm as Matemáticas uma perfeição tão indisputável entre todos os conhecimentos naturais, assim na exatidão luminosa do seu *método*, como na sublime e admirável especulação das suas doutrinas, que elas não somente em rigor, ou com propriedade merecem o nome de Ciências”. Os responsáveis pela redação dos Estatutos também destacaram a importância das “Ciências Matemáticas” por serem as responsáveis “pela única regra e método da exatidão pela qual se deve regular o entendimento”, posto que produzem o hábito de se “pensar sólida e metodicamente em quaisquer outras matérias” (ESTATUTOS, Livro III, 1772, p. 209, 210 e 211; *itálicos no original*).

Ao saudar aqueles “admiráveis estatutos”, Francisco de Borja Garção-Stockler (1819, p. 68) destacou que “as matemáticas são um subsídio indispensável, ou verdadeiramente o principal fundamento de muitas outras ciências e de quase todas as artes”, além de constituírem “uma série de verdades a mais capaz de habituar o entendimento

humano a conhecer a evidência e a discorrer com ordem”, reiterando as palavras de António Ribeiro dos Santos, as quais teriam nos Estatutos do Curso de Matemática a sua fonte. De fato, a origem dessa noção sobre a importância dos princípios matemáticos para a orientação do “entendimento humano” é anterior, como se vê em uma *Instrução* que o rei d. José expediu em 07 de dezembro de 1768, “para a educação de seu augusto neto o sereníssimo príncipe dom José” (1761-1788); dentre as diversas recomendações, indicava-se que não se deveria criar um príncipe apenas “com aplicações abstratas e com dissertações metafísicas”, pois ele deveria ser capaz de perceber a importância que os governantes “têm de se aplicarem ao estudo da Geometria, porque só com a ciência dela podem discorrer e obrar sobre princípios certos e demonstrados”, o que permitiria ao príncipe “conhecer e reprovar os sofismos, com o que muitos homens por lisonja, por interesse próprio e por falso zelo intentam enganá-los”.

Não obstante os desenvolvimentos da concepção de matemática em Portugal terem sido prenunciados acima, nesta seção ainda irei apresentar algumas informações sobre o Colégio de Santo Antão (o novo) e a Aula da Esfera, buscando delinear com maior acuidade como ocorria o ensino desta disciplina aos jovens portugueses, entre o século XVII e meados do século XVIII.

Parece não existirem dúvidas sobre a importância da Aula da Esfera para a disseminação de conhecimentos matemáticos em Portugal. Henrique Leitão (2007, p. 49), que tem se ocupado do assunto com cuidada atenção, afirma que aquele curso, durante o período de seu funcionamento, “foi a única instituição que assegurou o ensino continuado das disciplinas científico-matemáticas, sem interrupções,

de finais do século XVI a meados do século XVIII”, sendo também “a porta de entrada da ciência moderna” em Portugal.

Bernardo Mota (2008a, p. 50), por sua vez, salienta que, antes da instituição da Aula da Esfera, a matemática era “uma disciplina sem autonomia, ancilar para a compreensão de alguns textos aristotélicos, sem a força epistemológica da Física ou da Metafísica e leccionada por filósofos”; em Santo Antão, o ensino da matemática era feito “em português”, para “alunos externos à Companhia, e servindo a uma finalidade própria, despida da intenção hermenêutica em relação aos textos aristotélicos”, sendo sempre ministrada por um matemático. Apesar das discussões que opunham “filósofos” e “matemáticos”, as Constituições da Companhia de Jesus já propunham o ensino de “ciências naturais, lógica, física e matemática” e o *Ratio Studiorum* determinava que aqueles que estavam estudando “física (i. e. filosofia natural aristotélica) deveriam também aprender matemática, especificando os conteúdos: os *Elementos*, de Euclides, Geografia e Esfera” (LEITÃO, 2007, p. 40; itálicos no original).

Como já apontado, em Portugal, sempre houve um grande interesse pela aplicação dos conhecimentos matemáticos, especialmente na navegação. Contudo, desde o século XVI, também estiveram presentes as discussões de novos modelos cosmológicos, especialmente porque estavam em causa elementos da filosofia natural aristotélica. Em vista das ideias de Copérnico (1473-1543), tratava-se, no geral, de rever e adotar “a mais correta disposição dos céus”; um debate que levou, em 1620, os jesuítas perfilharem as teorias de Tycho Brahe (1546-1601), cujo sistema “mantinha a posição central e imóvel da Terra e justificava as observações de Galileu ao insistir que os demais planetas estariam orbitando o Sol e o Sol, por sua vez, orbitava a Terra” (SILVA,

2016, p. 62 e 107). Aliás, conforme Maria de Lurdes Craveiro (2009, p. 243), “as propostas avançadas por Copérnico, Kepler, Galileu, Gassendi, Descartes ou Isaac Newton eram matéria conhecida e discutida nos recintos escolares da Companhia, em oposição às directrizes estabelecidas pelo modelo escolástico”.

Não obstante a generalização apresentada na citação acima, deve-se ressaltar que, embora os desenvolvimentos no campo da física fossem objeto de discussão pelos professores que lecionavam na Aula da Esfera (e de alguns outros, em Évora e em Coimbra), o conjunto dos padres jesuítas mantinha-se fiel ao que determinavam os superiores da Companhia, o que não significa que eles não tivessem conhecimento das propostas ditas modernas.

O ensino da matemática no século XVII, em Portugal, foi marcado, como já aludido, pela prevalência de um carácter prático. Esta situação fica mais evidente ao se considerar o período posterior a 1640, quando a dinastia de Bragança assumiu a Coroa e enfrentou um longo conflito armado com a Espanha: a “Guerra da Restauração”, como ficou conhecida, “foi, formalmente, o mais prolongado conflito militar da História portuguesa, pois arrastou-se durante quase três décadas, entre 1640 e 1668” (RAMOS; SOUZA; MONTEIRO, 2009, p. 302). Naquele contexto, os professores da Aula da Esfera “passaram a dedicar muito mais atenção ao estudo da geometria aplicada à engenharia e arquitectura, às técnicas de fortificação, de castramentação, a assuntos de balística e pirotecnia, agrimensura, e a todo um leque de temas de milícia e «re militar»”, o que significou “uma redução do tempo dedicado a outros assuntos, como por exemplo, à náutica” (LEITÃO, 2007, p. 68).

Outro aspecto a ser destacado ocorreu no final do século XVII, quando o Geral da Companhia, padre Tirso Gonzalez, enviou um documento para o Superior da Província portuguesa, criticando as deficiências do ensino da matemática – que estava “aquém do que era habitual entre os jesuítas da Europa” – e detalhando as ações necessárias para que aquela disciplina recebesse as devidas atenções. Em parte, as dificuldades para o seu ensino decorriam da recorrente falta de professores matemáticos. O mencionado documento, em resumo, ordenava que os alunos “de filosofia nos colégios jesuítas” deveriam estudar os *Elementos*, de Euclides, além de terem “uma boa introdução à Geometria sólida, a alguns resultados de Arquimedes, e à Aritmética”. A reforma do ensino de matemática ordenada por Tirso Gonzalez ocasionou uma “renovação das lições na «Aula da Esfera» que parecem finalmente ter atingido o nível pretendido pelos superiores da Companhia”, o que promoveu o surgimento de “uma tradição portuguesa de jesuítas matemáticos”, expressa pela constatação de que, a partir do início do século XVIII, “todos os professores de matemática do Colégio de Santo Antão foram portugueses, tendo-se entrado num período de grande actividade científica” (LEITÃO, 2007, p. 75, 76 e 79).

Neste momento, torna-se necessário fazer referência à presença de outra ordem religiosa em Portugal, a Congregação do Oratório, ainda que ela não tenha se destacado pelo ensino da matemática, em sentido estrito. Os oratorianos se estabeleceram em Portugal, em 1668, e mantiveram boas relações com o poder régio, conquistando a proteção e favores de D. Pedro II (1683-1706)¹⁴ e de D. João V (1707-1750)¹⁵. No

¹⁴ Com a deposição de seu irmão, D. Afonso VI, D. Pedro atuou como regente de 1668 a 1683.

¹⁵ “D. João V declarou-se protector da Congregação do Oratório a 7 de Fevereiro de 1709; em 1712 foi a ela buscar Francisco Pedroso para seu confessor, depois da morte do padre que o assistia, jesuíta como

reinado de D. José, a partir de 1760, a proximidade da Congregação com o poder régio sofreu um grande abalo, ocorrendo o exílio forçado de alguns de seus integrantes.

Para Rómulo de Carvalho (1982, p. 51 e 52), a Companhia de Jesus e a Congregação do Oratório “se entreolhavam com reservas”, especialmente por serem “duas instituições de grande prestígio” na sociedade portuguesa. Ambas dedicavam-se a atividades no ensino, mas com “posições ideológicas divergentes”, o que ficava manifesto na busca dos oratorianos por uma “conciliação entre Aristóteles e os Modernos”. A oposição entre as duas ordens religiosas se manifestou com mais força a partir do final da década de 1730, quando a congregação de São Filipe Néri realizou “a adoção definitiva e integral da nova filosofia”; até então, “existiria, quando muito, uma simples diversidade de esquemas pedagógicos, explanando os oratorianos com maior desenvolvimento a filosofia natural”, sendo que o mesmo não ocorria com “a história, a geografia e as matemáticas”. (DIAS, 2006, p. 194).

A Congregação do Oratório não lecionava aulas de matemática, embora seja reconhecida pelo bom acolhimento que deu à física moderna. Ainda que suas atividades de ensino estivessem voltadas para as primeiras letras, filosofia e humanidades, as conferências e demonstrações de física atraíam grande público: “a Física Experimental foi, pois, iniciada nos oratorianos, e seu iniciador foi o padre João Baptista” (CARVALHO, 1982, p. 51 e 57). Este religioso teve por discípulo Teodoro de Almeida (1722-1804), autor de uma obra enciclopédica, escrita em português, intitulada *Recreação Filosófica, ou diálogo sobre a filosofia natural para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram*

todos os que o precederam desde a juventude do monarca. Francisco Pedroso veio a ter sobre ele um grande ascendente, tal como seu sucessor, Domingos Pereira” (DOMINGUES, 1994, p. 30).

as aulas, em 10 volumes, publicados entre 1751 e 1800, na qual pretendeu divulgar diversos aspectos da filosofia moderna.¹⁶ Na terceira edição do primeiro volume da *Recreação Filosófica*, publicada em 1758, Teodoro de Almeida inseriu um Discurso preliminar sobre a história da filosofia, no qual, ao fazer menção ao século XVII (identificado como a “feliz época da sã filosofia”), assinalou a importância do estudo da matemática: “enfim, abrindo os homens os olhos depois de longo tempo, chegaram a conhecer que a experiência, o cálculo, as matemáticas haviam de conduzir a razão para descobrir a verdade no conhecimento da Natureza” (ALMEIDA, 1786, p. XLIV).

Além da atividade editorial e das aulas de física que ministrava, Teodoro de Almeida também realizava, na sede da Congregação em Lisboa, “sessões de divulgação científica com o título de Conferências da Física Experimental” (CARVALHO, 1982, p. 51 e 62), às quais “não faltavam os curiosos, evidentemente; mas a maioria era constituída por homens de letras e fidalgos ilustrados” (DIAS, 2006, p. 206).

Apesar das boas relações dos oratorianos com d. João V, quando o rei precisou de matemáticos, “fez vir de Itália três insignes professores desta ciência [a matemática], que foram os padres Francisco Musarra, natural de Sicília, Domingos Capacce e João Baptista Carbone, jesuítas, que espalharam luzes e concorreram a excitar o estudo dos nossos” (SANTOS, 1812, p. 210).¹⁷ Os jesuítas Domingos Capassi e João Baptista

16 Para Francisco Contento Domingues (1994, p. 161), a *Recreação Filosófica* “foi o mais extenso, completo e bem sucedido projecto de divulgação dos novos saberes no correr da centúria do Setecentos”. Apesar do título geral indicado acima, é necessário informar que os títulos dos volumes 7 e 8 sofreram pequenas modificações (“Diálogo sobre a filosofia racional” e “Diálogo sobre a metafísica”, respectivamente); os títulos dos volumes 9 e 10 também foram modificados: “Harmonia da razão e da religião” e “Recreação filosófica sobre a filosofia moral”, respectivamente.

17 Outro padre matemático contratado por d. João V foi Giovanni Angelo Brunelli. Porém, ele só chegou a Portugal, em setembro de 1751, após a morte do rei (RALHA, 2021).

Carbone chegaram a Lisboa em 1722, de onde deveriam seguir para o Estado do Maranhão, para desempenharem funções relacionadas aos seus conhecimentos matemáticos e cartográficos. Domingos Capassi partiu para o Maranhão em 1729, na companhia de outro jesuíta, Diogo Soares, que também era matemático e tinha experiência em cartografia.¹⁸ Carbone, por sua vez, permaneceu em Portugal, sendo nomeado matemático da Corte e desempenhando o papel de conselheiro privado do rei. Ele também realizou “observações astronômicas acompanhado por D. João V” e coordenou “a construção do observatório astronômico do Colégio de Santo Antão” (ALVES, 2013, p. 76).

Retomando as considerações de Henrique Leitão sobre o Colégio de Santo Antão, as primeiras décadas do século XVIII coincidem com o auge das atividades científicas ali realizadas. Na mesma época, a instituição também se tornou “um ponto de visita regular para a sociedade lisboeta”, sendo frequentada por “membros da corte, da nobreza e a melhor sociedade da capital”.¹⁹ Dentre as atividades realizadas no Colégio, “as defesas públicas de teses matemáticas” atraíam grande número de assistentes, demonstrando sua inserção social. As observações astronômicas, em que se destaca o trabalho do jesuíta Eusébio da Veiga e seu *Planetário Lusitano*, uma publicação que divulgava os resultados das observações que realizava no observatório do Colégio,²⁰ também demarcaram a importância daquela escola, que

18 Jaime Cortesão (2001, p. 7-9) refere-se à “missão dos Padres Matemáticos”, indicando a existência de “um grande número das cartas geográficas do Brasil, traçadas em colaboração ou separadamente, pelos P.^{os} Diogo Soares e Domingos Capassi”.

19 Percebe-se aqui os motivos da referida rivalidade entre oratorianos e jesuítas, ambos disputando a atenção da corte e da elite lisboeta.

20 O observatório e os instrumentos utilizados para as observações astronômicas foram destruídos no terremoto de 1º de novembro de 1755.

teve as suas atividades encerradas com a expulsão dos jesuítas (LEITÃO, 2007, p. 84-87).

EXPECTATIVAS E EFEITOS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Em 1774, d. Leonor Ana Luísa de Portugal escrevia a seu marido, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, 4º Morgado de Mateus, que estava desempenhando as funções de governador e capitão-general da capitania de São Paulo, informando-o sobre o filho primogênito, d. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758-1825), que, no ano anterior, havia iniciado a Faculdade de Matemática em Coimbra: “José teve alguma moléstia nos olhos, mas é tão aplicado que não quis deixar Coimbra dizendo que queria servir a El-Rei e que sem saber Matemática não estava capaz de assentar praça que é toda sua paixão, visto seu Pai condescender nela” (apud LOPES; RALHA; RODRIGUES, 2018, p. 396). D. José Maria de Souza e Vasconcelos levou “para a vida futura um orgulho indisfarçável no seu diploma universitário”, obtido em 1778. Antes de frequentar a universidade, ele havia estudado no Colégio Real dos Nobres, onde ingressou em 1766 (LOPES; RALHA; RODRIGUES, 2018, p. 392).

A singular trajetória escolar e profissional de d. José Maria de Souza e Vasconcelos, que ocupou cargos diplomáticos em diversos reinos europeus, traduz, em certa medida, as expectativas que o rei d. José havia colocado nos jovens que haveriam de ser admitidos no Colégio Real dos Nobres, os quais, além de “aprenderem e cultivarem os bons costumes”, deveriam se dedicar ao estudo da matemática. A disposição do filho de d. Luís António de Souza também demonstra que, com as reformas educacionais, o rei português esperava conseguir

“formar um novo tipo de súdito”, em sintonia com as novas ideias que vinham sendo implantadas e que estavam em consonância com as demais “nações polidas” da Europa. A formação dos súditos, contudo, realizava-se “de modo distinto, conjugando de forma diferenciada o nível de instrução e o *status social*” (VILLALTA; MORAIS; MARTINS, 2015, p. 464). Esta diferenciação na instrução dos jovens manifesta-se ao contrapormos, por exemplo, os motivos elencados para a criação da Aula do Comércio (1759)²¹, voltada à formação de jovens de famílias de negociantes, a aqueles enunciados quando da criação do Colégio Real dos Nobres.²²

Na Lei que estabeleceu os Estatutos do Colégio, argumenta-se, primeiramente, que “a felicidade temporal dos Estados” e “a propagação da fé e aumento da Igreja católica”, assim como “o serviço dos soberanos” e o bem estar dos povos dependiam da “boa e regular instrução da mocidade”, recorrendo-se, a seguir, a uma fundamentação histórica, fazendo menção aos estudos criados pelo Infante d. Henrique, em Sagres, no século XV, e aos colégios estabelecidos pelo rei d. João III (1521-1557), em Coimbra. Conforme o discurso da época, aponta-se que, “depois daqueles tempos”, os estudos sofreram “grande decadência”, por terem passado às mãos dos jesuítas, que os teriam levado “à última ruína”. Assim, para a educação e instrução dos jovens fidalgos portugueses, era necessário restaurar os “úteis e frutuossos estudos que

21 Com a criação da Aula do Comércio, pretendia-se atender à “grande e notória utilidade para a conservação e aumento do bem público” dos vassallos portugueses, e especialmente, “do comércio”; a referida escola receberia estudantes “com a qualidade de filhos, ou netos, de homens de negócio” (Alvará de 19 de maio de 1759, apud SILVA, 1830, p. 655-660).

22 Uma sucinta discussão acerca desta contraposição pode ser vista em SANTOS (2014). Ainda em relação à criação de escolas para atender diferentes estratos sociais, em 1772, foram aprovados os Estatutos do Real Colégio de Mafra, que parece ter funcionado até 1820, sob a administração de religiosos da ordem de Santo Agostinho, sendo “destinado aos filhos das famílias que «ou gozam de Nobreza Civil ou vivem com decência»” (CARVALHO, 2001, p. 457).

antes haviam florescido”, os quais seriam realizados em uma instituição na qual “a regularidade das horas e a virtuosa emulação dos estudantes” seriam benéficas para o desenvolvimento deles, permitindo “se adiantarem nas suas profissões com maior brevidade” (Lei de 07 de março de 1761, apud SILVA, 1830, p. 773-775). Com a criação do Colégio, d. José buscou, além de “ressuscitar as Artes Liberais em benefício da mais distinta nobreza” de Portugal, tornar os “colegiais” exemplo para as “outras ordens da monarquia” (Alvará de 13 de março de 1772, apud SILVA, 1829, p. 585).

Para Isabel dos Guimarães Sá (2011, p. 82), a criação do Colégio Real dos Nobres foi uma tentativa de “padronizar a educação da aristocracia, retirando-a da esfera doméstica”, com o objetivo de “tirar os rapazes nobres de casa, para lhes dar uma educação de acordo com os novos objetivos do Estado”, apesar de considerar que nem todos os filhos da nobreza estavam “destinados a adquirir uma instrução de nível médio ou superior”, afirmando: “Os primogénitos, a quem o sistema de morgadio assegurava um destino certo, cedo deixavam de estudar, passando os filhos segundos a tentar nas armas ou nos estudos as expectativas que lhes eram negadas”. Ressalte-se que o caso de d. José Maria de Souza e Vasconcelos apresenta-se como exceção (ou como indicação de mudança) à situação descrita por Isabel Sá: o jovem, que viria a ser o 5º Morgado de Mateus, obteve um diploma universitário e seu interesse pelos estudos renunciou o resultado esperado pelas reformas do ensino implantadas na segunda metade do século XVIII.

Em geral, costuma-se apontar para a influência de Antonio Nunes Ribeiro Sanches nas reformas do ensino em Portugal. Ribeiro Sanches, em *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), manifestou a necessidade “de se formar uma «nobreza de novo tipo», adequada a compor os

quadros burocráticos do Estado” (SILVA, 2015, p. 436). De fato, ele dedicou um grande número de parágrafos desse seu texto à educação e instrução que a “fidalguia portuguesa” deveria receber para ser “útil a si e à sua pátria”, pois ele entendia que “só entre a nobreza se acham as pessoas mais aptas” para os cargos militares. Suas extensas considerações ocupam-se, inclusive, em apresentar um plano de ensino detalhado, considerando o objetivo de formar um “guerreiro” que fosse um “misto de homem de letras e de soldado”: os jovens fidalgos deveriam ser instruídos “não só nas letras humanas, mas também na política e nas matemáticas, para servir a sua pátria, nos cargos da guerra, e nos da paz” (SANCHES, 1922, p. 174-175 e 178), como almejava fazer d. José Maria de Souza e Vasconcelos, ao menos segundo as palavras de sua mãe.

As reformas educacionais conduzidas pela Coroa portuguesa, na segunda metade do século XVIII, não tinham “a pretensão de provocar qualquer alteração substancial na ordem, o que, obviamente, contrariaria seus próprios interesses”; elas fizeram parte de um conjunto maior, por intermédio do qual buscava-se “superar o que se concebia como «atraso» de Portugal e fortalecer o poder real” (VILLALTA; MORAIS; MARTINS, 2015, p. 490).

Esse referido “atraso” solicitou diversas “providências” do rei d. José, que foram celebradas por ocasião da inauguração de sua estátua equestre, em 6 de junho de 1775, na praça do Comércio de Lisboa (ver MELLO, s/d, p. 245-252). O marquês de Pombal, na ocasião, saudou a criação da Aula do Comércio, a reforma das escolas menores e os novos Estatutos da Universidade de Coimbra, mas não fez nenhuma menção ao Colégio Real dos Nobres (MELLO, s/d, p. 245-246). O Alvará que reformou os estudos menores e que proibiu os jesuítas de continuarem

ensinando, expressou as bases do discurso oficial sobre a alegada situação de “ruína, não só das Artes e Ciências, mas até da mesma monarquia e religião” em que se encontrava o reino português, em meados do século XVIII. Com isso, a pretendida reforma do ensino encontrava amparo no entendimento de que “da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias, conservando-se por meio delas a religião e a justiça na sua pureza e igualdade” (Alvará de 28 de junho de 1759, apud SILVA, 1830, p. 674 e 673).

Uma das consequências da proibição dos jesuítas continuarem ensinando foi a extinção da mencionada Aula da Esfera, responsável, até então, pelo ensino de “geometria, aritmética, rudimentos de álgebra, trigonometria esférica e sua aplicação à ciência náutica, ótica, astronomia e cosmografia, bem como arquitetura militar e marítima”. Como já indicado, era nessa instituição que os conhecimentos matemáticos, essenciais para os “pilotos, timoneiros e pessoas nobres que quisessem servir na marinha”, eram lecionados (FIGUEIREDO; LEAL-DUARTE, 2017, p. 195 e 194). A expulsão dos jesuítas também trouxe sérios problemas para aqueles que buscavam o ensino universitário, uma situação que perduraria por muito tempo: em 1763, d. Tomás de Almeida, Diretor-geral dos Estudos, queixava-se de que “nada ainda fora feito para a criação das aulas de Filosofia, de modo que a situação, quanto às entradas para a Universidade, continuava a agravar-se”. Dois anos antes, ele já havia apresentado um relatório no qual apontava a pequena e insuficiente quantidade de professores de Retórica, além de indicar que a falta de aulas de Filosofia impedia o ingresso de estudantes nos cursos de Teologia e Medicina (CARVALHO, 2001, p. 436).

Vimos que o “estudo da matemática” era considerado indispensável a todos que fossem prestar serviço na marinha ou no exército e, conforme seus Estatutos, o Colégio Real dos Nobres ficou encarregado de ministrar “aulas de disciplinas, até então fora da grade curricular oficial, como a física e a matemática, servindo este modelo de parâmetro para outras instituições que se dedicavam ao ensino de habilitação à Universidade” (FERREIRA, 2017, p. 143). D. José ordenou que o ensino da matemática no Colégio dos Nobres ficasse sob a responsabilidade de três professores, que deveriam ministrar diversas matérias, como aritmética, geometria, trigonometria, álgebra, cálculo, mecânica, ótica, princípios de astronomia, geografia e náutica. O curso poderia durar até três anos, para os que aspirassem “saber profundamente a mesma ciência” (Lei de 07 de março de 1761 apud SILVA, 1830, p. 782). O estudante que se interessasse em seguir os estudos teria à disposição alguns livros ou compêndios; para o ensino da geometria, por exemplo, os Estatutos indicavam a obra *Elementos de Euclides*, que foi traduzida para o português por Giovanni Angelo Brunelli, professor do Colégio,²³ e publicada em 1768, pela Officina de Miguel Manescal da Costa, sob o nome *Elementos de Euclides dos seis primeiros livros e undécimo, e duodécimo da versão latina de Frederico Commandino adicionados e ilustrados por Robert Simson ... e traduzidos para uso do Real Colégio dos Nobres* (FERREIRA, 2017, p. 148).²⁴ Até 1772, o Colégio deteve o privilégio de “impressão dos livros das ciências

23 O mesmo Brunelli que havia sido contratado por D. João V. Após sua chegada a Portugal, ele viajou para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, para participar dos trabalhos de demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri (1750), retornando para Lisboa, em 1761 (RALHA, 2021).

24 Conforme a dedicatória do livro, a tradução havia sido ordenada por Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras (RALHA, 2021, p. 227).

matemáticas”; mas, depois daquele ano, a exclusividade passou para a Imprensa da Universidade de Coimbra.

O ensino científico no Colégio dos Nobres durou cerca de seis anos (entre 1766 e 1772),²⁵ mas a previsão dos cursos de matemática e de física mostram o interesse da Coroa em colocar Portugal em sintonia com os conhecimentos surgidos “com a revolução científica dos séculos XVII e XVIII” (FIGUEIREDO; LEAL-DUARTE, 2017, p. 214 e 244). Com o término das aulas dessas disciplinas, “todo o material didático, incluindo as máquinas do Gabinete de Física Experimental do Colégio, foi transferido para a Universidade de Coimbra” (RODRIGUES, 2007, p. 28). Com os novos Estatutos de 1772, o ensino da matemática passou a integrar, “oficialmente, a malha curricular” da universidade (FERREIRA, 2017, p. 163), ainda que, desde 1653, ali houvesse uma “cadeira de matemática, por ser ciência importante ao bem comum do Reino, e navegação, e ornamento da Universidade” (ESTATUTOS, 1654, p. 144).

À medida que se avança para o final do século XVIII, percebe-se que os conhecimentos matemáticos são, cada vez mais, vistos como necessários para a riqueza e a defesa do reino e de seus territórios ultramarinos. O “Curso de Matemático” da Universidade de Coimbra tinha a função de conservar e perpetuar “o ensino público e geral das Ciências Exatas”, além de formar “matemáticos consumados, que possam suceder nas Cadeiras e ser empregados no serviço da Pátria” (ESTATUTOS, Livro III, 1772, p. 216). Apesar das dificuldades enfrentadas, a criação dessa faculdade foi, conforme Lopes, Ralha e

25 Conforme Rômulo de Carvalho (2001, p. 451), “o ensino da Aritmética só foi iniciado no 3º ano escolar mas logo no ano lectivo seguinte o respectivo professor, que era italiano, regressou à sua pátria. No 4º ano de funcionamento iniciou-se o ensino da Álgebra e o da Física, mas logo no ano seguinte ambos cessaram porque o professor de Álgebra voltou também para Itália e o de Física não pode continuar a sua leccionação por os alunos não terem preparação matemática”.

Rodrigues (2018, p. 389), “um projeto a todos os títulos inovador”, instituindo-se, “pela primeira vez no mundo”, um curso universitário por intermédio do qual “reconhecia-se a relevância da Geometria na formação de qualquer estudante universitário, apoiava-se o ensino experimental e exigia-se um corpo docente simultaneamente mestre e inventor”. A propósito, para Garção-Stokler (1819, p. 67) “de todas as instituições do senhor rei Dom José I esta é talvez a que mais honra faz à sua memória”.

Não obstante os encômios, a situação da Faculdade de Matemática, em seus anos iniciais, não foi nada animadora, especialmente pela baixa procura do curso: conforme o reitor d. Francisco de Lemos, “no primeiro ano se matricularam oito estudantes, como ordinários”, dos quais apenas cinco continuaram os estudos; “no segundo, matricularam-se dois, dos quais um faltou; no terceiro, quarto e neste ano, que é o quinto, nem um” (RELAÇÃO GERAL, 1980, p. 85).²⁶ Em junho de 1776, ocorreu a formatura da primeira turma do curso de matemática, composta por apenas cinco estudantes: “Francisco José de Lacerda e Almeida, José Simões de Carvalho, Manuel José Pereira da Silva, Manuel Joaquim Coelho da Costa Vasconcelos e Maia e Vitúrio Lopes da Rocha” (LOPES; RALHA; RODRIGUES, 2018, p. 391).

Consoante as expectativas colocadas nas reformas, o “brasileiro” Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1799), após doutorar-se no ano seguinte, iniciou sua carreira a serviço da Coroa, realizando várias missões atinentes à sua formação, culminando com sua nomeação para

26 Estudantes ordinários, como foi o caso de d. José Maria, “são os que se aplicam a estudar profundamente a matemática por si mesma [...] que se destinam a formar o corpo de matemáticos, que hão de perpetuar o ensino público das ciências exatas com vantagem e glória da nação portuguesa”; ou seja, eram os que fariam o curso para obterem os títulos de graduados e de doutores em matemática (RELAÇÃO GERAL, 1980, p. 85).

o governo da capitania de Rios de Sena, na África oriental, em 1798 (ver PEREIRA; RIBAS, 2012). Ele não foi o único; diversos egressos das Faculdades recém criadas de Matemática e de Filosofia foram aproveitados “no serviço da pátria” (ESTATUTOS, Livro III, 1772, p. 216). Mas, para Manuel Prata (2000, p. 312-313), a reforma da Universidade de Coimbra foi “incompleta”, pois o “plano de modernização concebido por Pombal não encontrou concretização prática” e as novas faculdades não alcançaram o que delas se esperava. No entanto, em anos seguintes, verificou-se a criação

[...] de várias instituições com uma matriz semelhante à dos cursos científicos da Universidade – Academia da Marinha (1779), Academia dos Guardas-Marinhas (1782), Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790), Real Corpo de Engenheiros (1790-3), Academia da Marinha e Comércio da cidade do Porto (1803) (FIGUEIREDO; LEAL-DUARTE, 2017, p. 233).

O surgimento dessas instituições seria resultado das “sábias providências” adotadas no reinado de d. Maria I (1777-1816)²⁷ que, dirigidas ao “bem público” evidenciavam “uma política alumiada pelas luzes da mais sã filosofia”, ainda que fossem insuficientes “para excitar nos portugueses estímulos capazes de os moverem ao difícil estudo dos ramos mais sublimes das matemáticas” (GARÇÃO-STOKLER, 1819, p. 73). Contudo, os esforços para que o estudo da matemática fosse efetivado se manifestavam em diferentes aspectos: em 1800, um aluno da Academia Real de Marinha, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, publicou uma tradução da obra do abade Nicolas-Louis de La Caille (1713-1762), *Curso elementar e completo de matemáticas-puras*; em sua

27 A partir de 1792, o príncipe d. João assumiu a regência do reino, dada a incapacidade de sua mãe.

dedicatória ao Príncipe d. João, Guimarães agradece os recursos que permitiram, com o seu trabalho, promover “o aumento das ciências matemáticas neste país”.²⁸

Para concluir estes breves comentários sobre o ensino da matemática e seus efeitos, em Portugal, na segunda metade do século XVIII, entendo que é possível verificar que a formação, dita científica, que se pretendeu dar aos jovens fidalgos portugueses mostrou-se em sintonia ao ideal de ciência que circulava na Europa, naquele contexto. Ainda que o ensino da matemática e da física não tenha prosperado no Colégio Real dos Nobres e que a Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra não tenha obtido o sucesso dela esperado, nos anos subsequentes à sua criação, as diversas instituições mencionadas acima, surgidas nas décadas finais do século XVIII, parecem indicar que o desejo de adotar um ensino que conduzisse a mocidade “para o serviço dos soberanos e utilidade pública dos povos que vivem debaixo do seu governo”, como registrado na Lei de 7 de março de 1761, prosperou.

FONTES

ALMEIDA, Teodoro de. *Recreação filosófica* ou Diálogo sobre a Filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas – Tomo I. Quinta Impressão. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1786.

Alvará de 19 de maio de 1759, confirmando os Estatutos da Aula do Comércio, apud SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última*

28 Em 1801, foi publicada a tradução de outra obra de La Caille, feita por um monge beneditino, Frei Francisco de São Luiz Saraiva, para uso em sua Congregação. Conforme o Plano de Estudos da Congregação de São Bento, para o ensino das matemáticas era utilizado “o excelente Livro: Lições Elementares de Mathematica, composto pelo Abbade De la Caille e novamente acrescentado pelo Abbade Marie” (RAMOS, 1966, p. 330).

Compilação das Ordenações : Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 655-660.

Alvará de 28 de junho de 1759, para a reforma e restauração dos estudos deste Reino e seus domínios, apud SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações : Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 673-678.

Alvará de 13 de março de 1772, ampliando e declarando a Instituição primordial do Colégio Real dos Nobres, apud SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações : Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829, p. 585-587.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA confirmados por el Rei Nosso Senhor Dom João o IV, no ano de 1653. Coimbra: Oficina de Thomé Carvalho, Impressor da Universidade, 1654.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DO ANNO DE MDCCVXXII – Livro III, que contem os Cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1772.

GARÇÃO-STOKLER, Francisco de Borja. *Ensaio histórico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*. Paris: Na Officina de P. N. Rougeron, 1819.

INSTRUÇÕES DADAS POR SUA MAJESTADE, o senhor rei dom José o primeiro de boa memória, para a educação de seu augusto neto o sereníssimo príncipe dom José, em 07 de dezembro de 1768. Disponível em: História Luso (arquivonacional.gov.br). Acesso em: 23 ago. 2020.

LA CAILLE, Nicolas-Louis [Abade de]. *Curso elementar e completo de mathematicas-puras*, ordenado por La Caille, augmentado por Marie, e illustrado por Theveneau, traduzido do Francez por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães [alumno da Real Academia de Marinha]. Lisboa: na Officina Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, 1800.

Lei de 07 de março de 1761, com os Estatutos do Colégio Real do Nobres, apud SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações : Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 773-792.

Lei de 10 de novembro de 1772, ordenando que os estudos das ciências matemáticas se não possam daqui em diante ensinar senão na Universidade, apud SILVA, Antônio Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações* : Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829, p. 625-626.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. Observações secretíssimas do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, na ocasião da inauguração da Estátua Equestre no dia 6 de junho de 1775, e entregues por ele mesmo oito dias depois ao senhor rei D. José I. In: MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d. p. 245-252.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e de. *Apontamentos para a educação de um menino nobre*. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

RELAÇÃO GERAL DO ESTADO DA UNIVERSIDADE (1777). Ed. facsimilar. Coimbra, 1980.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

SANTOS, Antonio Ribeiro dos. Memórias históricas sobre alguns matemáticos portugueses, e estrangeiros domiciliários em Portugal, ou nas Conquistas. *Memorias de Literatura portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, v. VIII, Parte 1, p. 148-229, 1812.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro método de estudar*, para ser útil à República e à Igreja, proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal. Tomo Segundo. Valensa: na Oficina de Antonio Balle, 1746.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. *O Planetario Lusitano de Eusébio da Veiga e a astronomia em Portugal no século XVIII*. 2013. 124 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ARAÚJO, A. C. A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Coimbra, v. 20, p. 397-418, 2020.

- ARNAUT, C.; RUCKSTADTER, F. M. M. Estrutura e organização das *Constituições dos jesuítas (1539-1540)*. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002.
- CARVALHO, R. *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CARVALHO, R. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa: ICLP, 1982.
- CORTESÃO, J. *O Tratado de Madrid – Tomo II*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2001.
- COSTA, A. M. A. As ciências naturais na reforma pombalina da Universidade: “estudo de rapazes, não ostentação de príncipes”. In: ARAÚJO, A. C. (Coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 165-190.
- CRAVEIRO, M. L. O espaço jesuítico em Coimbra: em torno da expulsão e depois. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, p. 239-253, 2009.
- DIAS, J. S. S. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- DOMINGUES, F. C. *Ilustração e catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.
- FERNANDES, R. *O pensamento pedagógico em Portugal*. 2.ed. Lisboa: ICLP, 1992.
- FERREIRA, G. O. A ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal (1764-1788). In: ARAÚJO, A. C.; FONSECA, F. T. da (Coord.). *A universidade pombalina : ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 139-190.
- FIGUEIREDO, F. J. B.; LEAL-DUARTE, A. A reforma pombalina da Universidade de Coimbra e a institucionalização das ciências matemáticas e astronômicas em Portugal. In: ARAÚJO, A. C.; FONSECA, F. T. da (Coord.). *A universidade pombalina : ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 191-244.
- FONSECA, T. N. L. Circulação e apropriação de concepções educativas no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). In: SANTOS, A. C. de A. (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas culturais e educativas*. Ponta Grossa (PR): Estúdio Texto, 2016, p. 131-145.

- FONSECA, T. N. L. O método pedagógico dos jesuítas. O “Ratio Studiorum”; introdução e tradução de Leonel Franca. In: XAVIER, M. do C. (Org.). *Clássicos da educação brasileira, Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p. 81-99.
- LEITÃO, A. O significado da expulsão dos jesuítas na educação brasileira. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, p. 225-237, 2009.
- LEITÃO, H. *A ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão, 1590-1759*. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do Nascimento de São Francisco Xavier, 2007.
- LOPES, A. ; RALHA, M. E.; RODRIGUES, A. Os primeiros anos do curso matemático na Universidade de Coimbra: história pessoal de como o Morgado de Mateus se formou em matemáticas. *Actas/Anais do 7º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática* (2014), Lisboa, v. II, p. 387-404, 2018.
- MARTINS, D. R. As ciências físico-matemáticas em Portugal e a reforma pombalina. In: ARAÚJO, A. C. (Coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 193-262.
- MOTA, B. O debate sobre o estatuto da Matemática em Santo Antão a partir de 1590. In: *Sphaera mundi: a ciência na aula da esfera : manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*. Lisboa: BNP, 2008a, p. 45-70.
- MOTA, B. M. *O estatuto da Matemática em Portugal nos séculos XVI e XVII*. 2008. 545 p. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2008b.
- NEVES, G. P. Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 22-25, 1987.
- NUNES, M. F. Instituições científicas em trânsito: Portugal-Brasil (1808-1821). In: CARDOSO, J. L.; MONTEIRO, N. G. ; SERRÃO, J. V. (Orgs.). *Portugal, Brasil e a Europa napoleónica*. Lisboa: ICS, 2010, p. 273-295.
- PEREIRA, M. R. M.; RIBAS, A. A. *Francisco José de Lacerda e Almeida: um astrônomo paulista no sertão africano*. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

PRATA, M. A. C. A Universidade e a sociedade portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In: ARAÚJO, A. C. (Coord.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 291-315.

RALHA, E. João Ângelo Brunelli (1722-1804). Episódios históricos marcados por um matemático bolonhês contratado por D. João V. *RiMe – Rivista dell’Istituto di Storia dell’Europa Mediterranea*, Cagliari, n. 8, v. 3, p. 199-238, 2021.

RAMOS, L. A. O. Para a história do ensino em Portugal: Frei Francisco de S. Luís, professor de matemática. *Cale – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, n. 1, p. 325-342, 1966.

RAMOS, R. (Coord.); SOUZA, B. V.; MONTEIRO, N. G. *História de Portugal*. 7.ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RODRIGUES, E. *Os caminhos da institucionalização da Física Experimental em Portugal na segunda metade do século XVIII*. 2007. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ROSA, T. M. R. F. A matriz pedagógica jesuíta e a sistemática escolar moderna. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 21-37, 2017.

RUSSO, M. O ensino linguístico dos jesuítas e a oposição no século das Luzes. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, p. 209-224, 2009.

SÁ, I. G. As crianças e as idades da vida. In: *História da vida privada em Portugal – a Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 72-95.

SANTOS, A. C. A. “As ciências não podem florescer sem que o Estado se aperfeiçoe”: reformas do ensino no setecentos português. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 60, p. 39-63, jan.-jun. 2014.

SILVA, A. R. C. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (orgs.). *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 413-452.

SILVA, G. M. *Astrônomos e apóstolos: um estudo da cultura científica jesuítica entre os séculos XVII e XVIII*. 2016. 128 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2016.

SILVA, M. B. N. D. *João V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

VILLALTA, L. C.; MORAIS, Christianni C.; MARTINS, J. P. As reformas pombalinas e a instrução (1759-1777). In: FALCON, F.; RODRIGUES, C. (orgs.). *A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 453-498.

5

MÁS ALLÁ DE MILLICAY: AFROAMERICANOS Y CULTURA ESCRITA

*María Cristina Linares*¹

Este artículo pretende describir y analizar de manera sintética las relaciones de la población afroamericana con la cultura escrita y los accesos y las exclusiones de la misma al sistema de escritura, observando las articulaciones y los usos de lo escrito en términos de organización de las relaciones sociales como así también sus resistencias.

Por “cultura escrita” entendemos a las prácticas sociales relacionadas con los procesos de lectura, escritura o ambos y representaciones, en variedad de contextos y la manera particular en que esa cultura escrita se relaciona con contextos históricos determinados. Por ser una práctica social, involucra relaciones de poder entre sujetos, grupos, instituciones, en cuanto a las maneras de transmisión y apropiación de esa cultura, lo que incluye a las formas orales presentes en esas prácticas. Relaciones de poder que a su vez están enmarcadas en principios epistemológicos e ideológicos contruidos socialmente. También involucra a los soportes de lo escrito, en cuanto a su producción, circulación y mecanismos de legitimación de los discursos.

Al tomar al grupo subalterno que nominaremos “afrodescendientes o afroamericanos” tratamos de responder al planteo

¹ Universidad Nacional de Luján (Buenos Aires, Argentina).

que hiciera Rubén Cucuzza (2012) sobre la necesidad de un “análisis de las complejas formas de adopción, resistencias, simbiosis, sincretismos, etc., con que los sectores subalternos se apropiaron de la cultura letrada y la resignificaron” contemplando el “pasaje hacia formas institucionalizadas escolares” (p.13).

La gran mayoría de los trabajos que analizan el período colonial o independentista desde la historia de la educación se enfocan en la escuela (sea cual fuere su modelo o pertenencia) como centro de los aprendizajes en la lectura y la escritura. Una “historia de la escuela” como único y exclusivo modo de transmisión de saberes” (CUCUZZA, 1996, p.186). Por otro lado, la mayoría de los autores no toman en cuenta a la comunidad afroamericana y algunos pocos solo nombran de manera marginal la situación, salvo Probst (1940) que le dedica el Capítulo II a “La educación de las castas” dedicándoles media página a los “negros y sus mezclas” y Cháneton (1942) que en el último capítulo de su libro “los indios y las castas” le dedica dos páginas a la situación de los “negros y sus descendientes”.

El ejemplo más citado en los textos sobre la historia de la educación es el que afirmara Juan P. Ramos:

En uno de los Libros Capitulares del antiguo Cabildo catamarqueño, consta que Ambrosio Millicay, mulato del maestro de campo Nieva y Castillo, fue penado con 25 azotes, que le fueron dados en la plaza pública, por haberse descubierto que sabía leer y escribir, pena aplicada para escarmiento de indios y mulatos tinterillos, metidos a españoles.” (RAMOS, 1910, p.497).²

² Ramos cita el texto “Catamarca” por el señor Juan A. Retamal, de donde suponemos extrajo la cita. Retamal fue vicepresidente del Consejo General de Educación de la Provincia de Catamarca (1886)

De esta manera se ha esquematizado los accesos y exclusiones a la cultura escrita de este grupo subalterno.

SOBRE LAS PERSONAS ESCLAVIZADAS

La esclavitud indiana tomó como modelo normativo la del castellano medieval sobre servidumbre, el Derecho servil del Fuero Juzgo y las Partidas de Alfonso X, pero adquiriendo características propias ya que agrega la normativa dictada para América tratando los problemas a medida que se iban presentando (CRESPI, 2010) y abarcando prácticamente todas las ramas del derecho, el administrativo, penal, social, procesal, civil, comercial, etc. (ROSAL 1996). También hay que tener en cuenta que en las Partidas la relación señor/siervo parte del ejercicio del derecho por propiedad de la tierra mientras que en la del amo/siervo es una relación de sujeción entre dos personas (CRESPI, 2010). Otra diferencia es que la esclavitud americana se integró en una gradación de clasificación social propio de la matriz colonial, sumando conductas racistas que ontologizan en la piel las diferencias sociales.

La trata de personas provenientes de África subsahariana para ser esclavizadas fue un comercio cuya finalidad era el intercambio de seres humanos, los negros, y ello no presentaba ninguna traba moral ya que eran considerados inferiores³. Paradójicamente se los consideraba con una superioridad física para el trabajo por lo que convenía explotarlos. En la normativa se vislumbra la ambivalencia de tratarlos como personas y como mercaderías. Mientras que se instan a ser adoctrinados

3 Para una profundización sobre el tema de los argumentos esclavistas y los abolitionistas: Andrés-Gallego, José, *Los argumentos esclavistas y los argumentos abolitionistas: reconsideración necesaria*. Revista del CESLA [en línea] 2005.

se los trata como “piezas” para una venta/compra: “Yesto fecha los distribuirá por los vecinos de la ciudad el dicho alcalde hordinario sin que se le de a ninguno arriba de dos piessas” (1661)⁴. Así es que se conformó una relación de dominación económica de unos sobre otros ya que eran considerados como un objeto más en el intercambio comercial.

Estas personas fueron arrancadas de sus comunidades originarias, no solo transformándolos en una mercancía sino también eliminando sus identidades: “Juzgándolos con pautas eurocéntricas, consideraban que los negros eran salvajes, animales, brutales, obscenos, desvergonzados, y extendían estas características a sus religiones, ceremonias, bailes, actitudes” (GOLDBERG, 2000, p.69). El negro fue un otro diferente que, por el color de la piel, los rasgos, los gestos, los movimientos, era considerado *error de la naturaleza* y su cultura, *una culpa que expiar*.

Hay que tener en cuenta que, a partir del siglo XVI, “(...) el comercio de esclavos a través del Atlántico fue una actividad en continua expansión que alcanzó su pico durante el siglo XVIII (GARRIDO, 2010, p.1), y que la esclavitud se mantuvo en Buenos Aires hasta 1861.

Ya para la fundación de Buenos Aires la Corona le otorgó a Don Pedro de Mendoza licencia para introducir cien esclavos africanos (GOLDBERG y MALLO, 2005). Los africanos que vinieron con los conquistadores eran conocidos como *negros ladinos* porque hablaban el castellano o *negros dóciles* porque estaban bautizados y conocían la cultura de los conquistadores.

4 Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, Tomo XI, 4 de abril de 1661, (p.228).

Se distinguen cuatro momentos en la introducción de esclavos por el Río de la Plata. Un primer momento en el que se produjo una introducción esporádica hasta fines del siglo XVII en el que los comerciantes dedicados al tráfico negrero adquieren licencias en subasta pública en recompensa por servicios prestados; un segundo momento a través de las primeras capitulaciones hasta la finalización del asiento inglés en 1740; un tercero de licencias y asientos de 1741 a 1791 y el período de libertad de tráfico durante el Virreinato del Río de la Plata (1792) hasta 1812 (GUZMÁN, 2010).

El contrabando estuvo presente hasta 1775 en donde participaban funcionarios y comerciantes. Llegaba un cargamento de africanos a altas horas de la noche y los dejaban “(...) en lugares cercanos a la costa y pocas horas después (se denunciaba) la presencia de “negros descamisados” (GOLDBERG y MALLO, 2005, p.7), para luego *legalizarlos* mediante la subasta pública después de haber sido tasados, marcados a fuego y pagados los impuestos correspondientes. Durante los dos primeros siglos, el mayor número de personas esclavizadas era enviado a los mercados del interior, Chile y Potosí.

Gran parte de los esclavos eran oriundos del Reino de Angola, algunos otros del Congo y Gineya y gran parte de Brasil (ROSAL, 2016).

Se estima que entre 1740 y 1810 inmigraron de manera forzosa a Buenos Aires 45.000 africanos; respecto del total de habitantes la proporción creció de 16.9 % en 1744 a 28.4% en 1778, baja ligeramente en 1810 a un 27.7%, y, en 1822 a un 26%.

Otras estimaciones sostienen que para finales del período colonial en el Río de la Plata el 33% de la población eran esclavos (43.000 en Buenos Aires y 11.000 en Montevideo) pero estas cifras no contemplan las personas esclavizadas introducidas por contrabando (BORUCKI,

2011). En 1778 sobre un total de 40.963 personas están esclavizados el 26%, siendo Buenos Aires en donde existe la mayor proporción, 8 esclavos por negro libre, mientras que en la campaña los blancos representaban el 75%, los naturales 12% y los negros y mulatos el 13%. Se piensa que la proporción era mayor ya que muchos mestizos y mulatos claros eran considerados blancos en los censos.

En el resto del territorio la proporción era aún mayor. En el censo de 1778, los negros, mulatos, pardos y zambos representaban el 45% de la población del Tucumán: 64% en Tucumán, 54% en Santiago, 52% en Catamarca y 46% en Salta. Córdoba tenía la proporción más alta de esclavos y Tucumán la de negros libres. En la región de Cuyo representan el 24 % (GUZMÁN, 2006).

De acuerdo a la composición estamental de la sociedad colonial ésta en los primeros tiempos estaba conformada por “(...) los “españoles” (supuestamente “blancos”, peninsulares, criollos y mestizos legitimados) “indios” (considerados súbditos de la Corona; a sus caciques se les asignaba el rango de hidalgos) y africanos, generalmente esclavos, que recibieron el nombre de negros desde su arribo al continente y a quienes les asignaron un estatus especial” (GUZMÁN, 2013, p.59).

Las mezclas de estos pobladores, dio pie a fines del siglo XVII, a un complejo armado denominado *sistema de castas*, diferenciando jurídica y socialmente a la población. Las castas designaban a los sujetos mezclados: mestizo, mulato, pardo, zambo, cholo, moreno y en algunos casos incluía a los negros esclavizados y a los libres. Estas categorizaciones estaban relacionadas con el fenotipo, color de la piel, el linaje, ocupación, lenguaje, la vestimenta, el lugar de residencia y la

religión. Cuando nacía una persona se la relacionaba con algunas de las categorías inscribiéndolas en los registros eclesiásticos.

A las categorías de *mulato* y *negro* se le sumaban el estigma de la esclavitud, la ilegitimidad y/o la impureza de sangre, “(...) tener “sangre impura” no solo era un impedimento para ingresar en ciertos oficios y estudios, sino que también vedaba el uso de determinadas joyas y vestidos” (GOLDBER, 2000, p.73). Sumado a ello, las prácticas y creencias religiosas de origen africano eran prohibidas por considerarse paganas, supersticiosas, satánicas y hasta infantiles (PÉREZ GUARNIERI, 2010).

Sin embargo, estas clasificaciones no eran estáticas, en algunas ocasiones ya sea por recursos propios o a través del estado colonial se podía producir un *blanqueamiento social* por ejemplo a través de la compra de *Cédulas de gracias al sacar*. Los pasajes de una categoría a otra tenían que ver tanto por las vías formales (normativas) como informales (costumbres y prácticas sociales).

En el período tardo-colonial, hubo mayores esfuerzos de la elite criolla y peninsular por defender los privilegios en contra del ascenso social de los africanos o sus descendientes, así que estas categorizaciones se sostuvieron con mayor firmeza.

Más allá de las complejidades que presentaba esta minuciosa división de fracciones de clase, la sociedad en general se dividía en *gente decente* compuesta por peninsulares, criollos y buena parte de mestizos (denominados españoles en las fuentes) y los de *baja esfera* o *gente de servicio* que designaba a los negros, mulatos e indios. Por ejemplo, en el ámbito eclesiástico a partir de la segunda mitad del siglo XVIII los registros parroquiales (diócesis de Tucumán, en Catamarca y la Rioja) se anotan en libros separados, en uno los considerados españoles y mestizos y en otro los naturales y castas (GUZMÁN, 2013).

En Buenos Aires los esclavizados formaban una parte importante de la fuerza laboral en muchas ocupaciones, pero también, ninguna familia que se considerara de alta condición social prescindía del trabajo doméstico realizado por esclavos. No generaban ningún ingreso visible por lo que les hacían trabajar como artesanos, para 1770 la mayoría de los artesanos eran negros o mulatos. Cuando Buenos Aires se convierte en capital del virreinato con apertura del comercio, los nuevos inmigrantes europeos trataron de eliminar a los afrodescendientes de los oficios limitando que llegasen al rango de maestros e impidiendo que votaran en las elecciones gremiales. Estaban concentrados en las profesiones menos lucrativas como sastrería y zapatería, pero el lucro de comprar esclavos y destinarlos a las artesanías, hizo que fracasara el intento de eliminarlos de los oficios (Andrews, 1996). Estas ocupaciones dieron la posibilidad a muchas personas esclavizadas de ahorrar dinero para lograr su manumisión.

IMPOSICIÓN/INCORPORACIÓN A LA FE CRISTIANA

En principio debemos tener en cuenta que, en la sociedad colonial, por lo menos jurídicamente, todos sus miembros debían profesar la misma fe y que la legislación eclesiástica formaba parte del corpus de leyes indianas (DI STEFANO, ZANATTA, 2009).

El poder real reconoce que la “cristianización” / “evangelización” es una acción educativa:

Todo poseedor de esclavos, de cualquier clase y condición que sea, deberá instruirlos en los principios de la Religión Católica, y en las verdades necesarias para que puedan ser bautizados dentro del año de su residencia en mis dominios, cuidando que se les explique la Doctrina Cristiana todos

los días de fiestas de precepto, en que no se les obligará, ni permitirá trabajar para sí, ni para sus dueños, excepto en los tiempos de la recolección de frutos, en que se acostumbra conceder licencia para trabajar en los días festivos. En éstos y en los demás en que obliga el precepto de oír Misa, deberán los dueños de haciendas costear sacerdote que en unos y en otros les diga Misa, y en los primeros les explique la Doctrina Cristiana, y administre los Santos Sacramentos, así en tiempo del cumplimiento de la Iglesia, como en los demás que los pidan o necesiten; cuidando así mismo de que todos los días de la semana, después de concluido el trabajo, recen el Rosario a su presencia, o la de su mayordomo, con la mayor compostura y devoción. (1789)

La idea de “conversión” a la fe de los europeos incluyó a negros como mulatos, esclavizados o libres, quienes debían, según la ley, asistir a misa y educarse en la fe cristiana. Ello supuso la imposición/incorporación de este grupo social a una cultura escrita y a formar parte de ella mediante sus representaciones. La religión católica le otorga a la escritura el poder de lo canonizado. Esto es común a la visión judeo-cristiana. Los textos sagrados de Israel constituyen el fundamento del recuerdo cultural de la sociedad, la escritura representa un mundo eterno, invariablemente inmovilizado. La fijación por escrito de la ley, la “instrucción” (torah) es el texto que había sido entregado al pueblo por dios para ser mantenido y acatado y la lectura y la escucha de lo escrito se presenta con el mandato de la obediencia (ASSMANN, 2011). El cristianismo, heredero de la cultura hebrea y nutrido también de la tradición greco-romana, estandariza los textos sagrados y continúa la tradición de la escrituración de la palabra de dios.

En América el catolicismo utilizó variadas formas para el control de la subjetividad, la cultura y la producción de conocimiento basado en la hegemonía occidental y teniendo como objetivos la sumisión, la

obediencia y la resignación en función de obtener una recompensa en el “más allá”.

La tarea evangelizadora de imposición cultural fue llevada a cabo tanto por las órdenes religiosas regulares presentes en el actual territorio argentino (La Compañía de Jesús, la orden de la Merced, la de Santo Domingo, la de San Francisco, los Betlemitas y los Hermanos de San Juan de Dios) como por el clero secular (párrocos, obispos).

Los monarcas ejercían el patronato respecto de la Iglesia en América, concebido como una cesión o donación de la Santa Sede, estableciendo una jerarquía de vínculos entre el rey, el papa y dios. El patronato regio les permitía gobernarla casi completamente habilitando a intervenir en una amplia variedad de tareas como la recaudación del diezmo, a cubrir cargos eclesiásticos previa presentación de los candidatos ante las autoridades religiosas, creando parroquias, capillas o misiones (BARRAL, 2016). Respecto del clero secular los “virreyes o gobernadores intervenían en los nombramientos eclesiásticos porque eran los vicepatronos, es decir, quienes ejercían el derecho de patronato (BARRAL, 2016, p.38).

A partir de mediados de siglo XVIII, ya con la dinastía borbónica y en particular desde el reinado de Carlos III, aumenta el poder de los soberanos y comienza a ser pensado como un derecho de los reyes para el ejercicio de su soberanía en lugar de una cesión. Las doctrinas “regalistas” planteaban la ampliación de las facultadas de la Corona en materia eclesiástica, buscando subordinar y vigilar de cerca a la Iglesia. Los clérigos fueron perdiendo fueros y competencias desde entonces (BARRAL, 2016).

En el caso de las parroquias éstas se encontraban bajo la jurisdicción de un cura párroco que tenían la obligación pastoral de

convertir a los feligreses de la campaña, reuniéndolos bajo cruz y campana, garantizando la asistencia religiosa a través de los sacramentos, celebrando misa y cuidando el templo y el orden social. Aunque para las leyes coloniales el rey debía dotar a las iglesias de lo necesario para su funcionamiento, las parroquias contaron con la participación de laicos que aportaban donaciones, bienes o trabajo. Manteniendo las diferencias sociales, los costes de las prácticas religiosas variaban, por ejemplo, en el caso de los entierros. Un entierro mayor con cura y sacristán, cruz alta, oficio cantado y con capa era de 30 pesos; un entierro menor con cura y sacristán, pero con cruz baja, misa rezada y sin capa 18 pesos y para un negro o indio sin obligación de misa, de dos pesos. Los párrocos también ejercían la justicia eclesiástica en el “fuero externo” por delegación del Obispo (el fuero interno es el confesionario) para intervenir ante “delitos públicos y escandalosos” (BARRAL, 2005, p.73) en dupla con las autoridades civiles. Además, intervenían en los matrimonios en los que alguno de los contrayentes no perteneciera a los “naturales”, establecían la libertad conyugal de los novios o actuaban en disposiciones testamentarias; todos dispositivos de disciplinamiento social.

Aunque los negros estaban ubicados en el escalón más bajo de la sociedad, hubo casos en los que participaban activamente en la vida parroquial: “(...) la venta absurda de un negro sacristán muy adecuado para el ministerio (se refiere a sacristán) y sin vicio alguno (...)” (BARRAL, 2016, p.42).

Con respecto a las distintas órdenes religiosas en las colonias americanas, éstas eran propietarias de esclavos comprados o recibidos por donación, según sus posibilidades económicas. Por ejemplo, para 1767 más de 3500 esclavos afroamericanos estaban en las estancias de

los Colegios y residencias de los jesuitas en el actual territorio argentino, habitando en las “rancherías” (TROISI MELEAN, 2004). Los esclavos, además de proveer a la economía de la orden, trabajaban las tierras para procurar su alimento y hasta podían llegar a obtener sus propias chacras, siempre bajo un estricto control por medio de visitas frecuentes e inesperadas por parte de los religiosos o por el uso de informantes. Las estancias de las órdenes religiosas tenían capillas para los oficios religiosos y los esclavos debían asistir a la iglesia dos días a la semana además del domingo para que se les enseñe la doctrina cristiana, confesarse o concurrir al rosario. Igualados en la idea de “salvación” con otros pobladores, pero diferenciándolos en su rol dentro de la economía colonial, no solo como mercancía sino también como herramienta de trabajo.

LAS COFRADÍAS DE NEGROS: ASIMILACIÓN/CONTROL/RESISTENCIA

En América existía una amplia variedad de cofradías, algunas solo para los blancos, otras que podían incorporar mestizos, otras para negros esclavos y libertos, etc. Eran creadas bajo la autorización de la autoridad del prelado eclesiástico y la Corona.

Estos ámbitos relacionados con la iglesia, en donde se realizaban actividades devocionales a algún santo, también lo fueron de ayuda mutua y lugares de conflictos.

En principio veamos quiénes podía llegar a acceder a alguna Cofradía. En algunos casos se exigía limpieza de sangre, siendo español o criollo. Otras admitían a personas de cualquier condición social y étnica, pero no jurídica (indios, mestizos, pobres, morenos libres).

También había algunas que permitían el ingreso de personas esclavizadas, siempre y cuando tuvieran el permiso de sus dueños.

Estas organizaciones tenían dos objetivos fundamentales: religiosos y de ayuda mutua. En cuanto a los religiosos, eran que sus hermanos reciban los sacramentos, que asistan a misa, a fiestas religiosas, a la doctrina y a las procesiones, mantener el altar de su santo Patrono en adorno y condiciones; como también enterrar a los muertos y rezar por las ánimas.

La jerarquización interna de sus organizaciones reproducía la sociedad estamental en la que vivían. Vale como ejemplo el de la Constitución de la Cofradía de Ánimas de morenos libres de 1783 que, aunque establecen la obligación de enterrar a los Hermanos acompañándolos a la sepultura, sean pobres o ricos, con misa a cuerpo presente y 5 misas más; más adelante se aclara que si es pobre, tiene el derecho al entierro, pero no a la misa. También existían conflictos entre organizaciones que representaban distintos grupos con igualdades étnicas, los negros de San Baltasar se quejan de que los negros de la cofradía de San Benito están cargados de alhajas.

El otro objetivo al que hacíamos referencia tiene que ver con la ayuda mutua, que en un principio de dirigía a los temas de funerales, entierro o enfermedad.

Estos objetivos llevan consigo otros que no están explícitos. La idea de nombrar patronos de las cofradías a Santos negros puede ser vista como un mecanismo para cooptar solidaridades o lograr la asimilación de la población africana o sus descendientes. En la Constitución de la Hermandad establecida en el Convento de San Francisco se escogió para tutelar la Cofradía del Cordón a San Benito de Palermo llamado comúnmente el Santo negro porque en realidad lo fue, “(...) consuelo de

todas las Naciones de quien tubo (sic) su origen”. En la iglesia de la Piedad se escogió a San Baltasar.

Otro ejemplo del objetivo de asimilación que podemos encontrar se encuentra en los reclamos por parte de los cófrades esclavos. Éstos piden que las misas de los difuntos hermanos se realicen en días de fiesta, ya que por su condición deben trabajar al servicio de sus amos. También cuando piden que los horarios de las misas no sean de mañana (ya que deben trabajar) o cuando piden que el toque de la campana pase de las 3 de la tarde a las 4 porque les quita el sueño (1779).

Para Tardieu (2005) “Uno de los recursos usados por los jesuitas para facilitar la progresión de los negros en la práctica religiosa era, hemos dicho, su integración en cofradías ubicadas en los colegios que permitían una mejor vigilancia” (p. 155).

El control era ejercido tanto por el gobierno eclesiástico como por el civil ya que para obtener sus respectivas licencias y poder funcionar debían obtener la aprobación de ambos, y en cuanto a la organización interna recordemos que el director de las Cofradías debía de ser un religioso de la parroquia o de la congregación.

También podemos pensar que el manejo de la escritura por parte de los grupos dominantes representó un grado de control hacia estos grupos. Las Cofradías se organizaban mediante permisos, licencias, otorgadas por el gobierno eclesiástico y el civil mediante la presentación de solicitudes, Constituciones, todos documentos por escrito. En esta tarea participaban escribanos, notarios y eclesiásticos que manejaban la escritura representando a un grupo social que, aunque con excepciones, no disponían de esta técnica. Por ejemplo, las constituciones de la Cofradía de la parroquia de la Piedad la presentan

Domingo Decena, moreno libre con otro de su mismo estado, pero firma Miguel Fernández “a ruego de los suplicantes por no saber firmar”.

En la organización interna de las cofradías la escritura también estaba presente para el manejo de los asuntos económicos y de gobierno, haciendo listas de cófrades, etc. Vale como ejemplo la Cofradía de Ánimas de la Piedad que respecto del Secretario y su Segundo debían elegirse cada tres años si “hubiese quien sepa escribir y contar” (Constituciones, punto III, AGN, Justicia. Leg. 13. Exp: 306).

Más allá de los ejemplos que nombramos sobre asimilación o control entendemos que aunque las representaciones se sustentan siempre en los intereses de los grupos que las forjan (CHARTIER, 1996) también existen espacios de resistencia que pueden llegar a contradecir los intereses de esos grupos.

Además de los casos de fuga como prácticas de resistencia, hubo otras acciones llevadas a cabo por los afroamericanos, quizá un poco más sutiles que las primeras.

Las Cofradías al ser un vehículo para desarrollar la conciencia de grupo y sostenimiento de identidades, como afirma Andrews (1989), comportaron espacios de resistencia en la sociedad colonial. Éstas “(...) cultivan la comunicación y la transmisión del saber identitario (...)” (ASSMANN, 2011, p. 56)

Entre las varias prácticas que podemos nombrar se encuentra el caso de la música y los bailes entendidos como diálogos o canales de comunicación no verbal. Los bailes realizados en reuniones periódicas reforzaban los vínculos identitarios (ANDREWS, 1989, GELER, 2010) de este grupo social; “(...) organizar fiestas y ceremonias que, además, bajo una apariencia festiva ocultaban una función cültica (...) pese a las estrictas prohibiciones y prejuicios que pesaban sobre toda

manifestación cultural y religiosa africana (...)” (GOLDBER, 2006, pp.229-230). Windus, (2002-2003) sostiene que “(...) una de las motivaciones principales para la fundación de tales sociedades fue la perspectiva de conseguir el permiso oficial para la realización de bailes.” (p.19). Se refiere a la fundación de Cofradías.

Como ejemplo encontramos el conflicto que se desarrolló (1779-1785) entre el párroco de la iglesia de la Piedad que acusaba a los cófrades de San Baltasar de realizar bailes obscenos y los cófrades que acusaban al párroco de tratos despóticos. Las protestas presentadas ante la Justicia por parte de los cófrades, aunque hayan tenido la intermediación de un escribano o síndico, muestran signos de resistencia frente a las situaciones vividas: “Pero creer, que hemos de estar perpetuamente sugetos (sic) al arbitrio del Cura, que no nos mira con aquella compassion (sic) que exige nuestro estado, y constitución (...)” (Justicia, leg 17 Exp: 436. Año 1785)

La iglesia católica era consciente de que a través de ellos los negros y mulatos mantenían sus universos religiosos y daban lugar a una socialización interna. Pero también las autoridades civiles eran conscientes de ello:

Se bio y leyó una representación del Señor Síndico Procurador General cuyo objeto es el que se priven los bailes de los Negros por los perjuicios que causan al público, al estado y a la Religión [...] estos bailes no son otra cosa que unos Conventículos en que se renuevan en mucha parte los Ritos de la Gentilidad [...] incitan eficazmente a la lujuria y con necesidad ddeven hazer impresión á la juventud siempre dispuesta á lo peor [...] y aun se perverte la Esclavatura porque dedicados a estas diversiones ridículas en que se renuevan las extravagancias de su País, es imposible reducirles a la racionalidad y al ejercicio de la devoción [...] entre esta clase de gentes si cultura y de genio obstinado en sus empresas [...] que importa tener á esta

clase de gentes con sumission y una subordinación que les haga comprender lo justo de ella [...] pues de esta suerte se logrará el que vivan con mas subordinación manteniendo a todos el respeto debido (Cabildo de Buenos Aires,1788)

En esta última cita podemos observar que, de alguna manera, las prácticas de los afroporteños representan ejemplos de “contraconducta” o resistencia frente al adoctrinamiento. Siguiendo a Foucault, la doctrina como dispositivo de control discursivo no se ejerce solo sobre la forma y el contenido de los enunciados, pone también en juego los sujetos en relación unos con otros. Persigue formas de pensar y actuar mediante mecanismos de exclusión o prohibición, control de los discursos y la circulación de los mismos. Ahora bien, si tomamos a los bailes como expresión corporal y entendiendo al cuerpo/sujeto como un terreno de la carne en el cual el significado es inscripto, construido y reconstituido en donde “(...) el cuerpo es concebido como la interfase del individuo y la sociedad, como un sitio de incorporación o subjetividad “encarnada” que al mismo tiempo refleja las sedimentaciones ideológicas de las estructuras sociales inscriptas en él” (Mc LAREN,1995, p.276) podemos entenderlos como espacios de resistencia a la doctrina.

En la cita precedente también podemos observar el llamado a la “racionalidad” y “devoción” como imposición de un sistema de conocimiento occidental que margina y descalifica otro tipo de conocimientos (ACHINTE, 2005) y que entienden como justa y natural la situación de subordinación de este grupo social.

Paralelamente son los propios representantes de la comunidad, organizados en Naciones o en Cofradías que reclaman por la defensa de

estos espacios de resistencia utilizando el sistema de escritura como medio:

Se abrió un pliego del Exmo Sr. Virrey dirigido a este Cabildo, el cual haviendose leído contuvo un memorial presentado a E.E. por los Negros Agustina Borja y Sebastian Pellizar por sí y a nombre de los demás Naturales de la Nación Cabunda por el que le solicitan que no se les prohíba sus bailes públicos que las tardes de los días de fiesta tienen en un sitio despoblado junto a la Iglesia de Na Sra de Monserrat [...] (Cabildo de Buenos Aires, 1789).

El cabildo objetaba los bailes como se puede observar en la cita del síndico procurador general Francisco Ignacio Ugarte “en estos bailes olvidan los sentimientos de la Santa Religión Católica” y “renuevan los ritos de su gentilidad” al efectuar “ciertas ceremonias y declaraciones que hacen en su idioma” (ROSAL, 2008, p. 625).

Las Cofradías de negros son consideradas por algunos autores como espacios de “sociabilidad”, espacios de “inculturación”, espacios de “conservación de identidad étnica”, espacios de “control social y cultural”, espacios de “resistencia cultural silenciosa”, “espacios de segregación”, espacios de “integración”. Pensamos que también hay que considerarlas como espacios educativos cuyos integrantes pertenecientes a la clase subalterna, mantienen una relación dialéctica entre aceptación, incorporación, rechazo, sumisión y resistencia hacia la cultura de las clases dominantes.

Por otro lado, entendemos que toda imposición/asimilación nunca es completa y que el propio proceso de pérdida de parte del habitus original, da cabida a espacios de autonomía relativa con procesos de resistencia. Sin embargo, esa relación no puede transformarse en un

dualismo en donde desaparece o diluye la dependencia y la subordinación de la subalternidad.

A SON DE CAJA

Las ciudades en el período colonial eran centros político-administrativos que proyectaban su dominio a un territorio más vasto. Cuando se fundaba una ciudad se creaba el Cabildo integrado por vecinos o ciudadanos de pleno derecho, o sea aquellos que tenían propiedades y figuraban en el registro del vecindario, ya sean españoles o criollos.

Las funciones del cabildo eran la distribución de tierras, imposiciones tributarias, la policía local, reclutamiento de la milicia urbana, otorgamiento de permisos para edificación, conservación de cárceles y caminos, etc.

A pesar de que eran unidades administrativas menores, tuvieron gran importancia para la vida diaria de las comunidades. Sus actos de gobierno y las disposiciones reales quedaban asentados por el escribano en los libros de Acuerdos o Actas. Pero estas actas debían ser comunicadas a la población y para ello se utilizaba la práctica de la lectura del “bando”.

Los autos o bandos de “buen gobierno”, eran los medios de comunicar las disposiciones de los Cabildos o las leyes indianas, en el sentido de que estas normativas “no obliguen sino siendo conocidas” (ARRAZOLA, 1852, p.610). El “bando” significaba tanto la disposición superior, como el acto solemne de ponerla en conocimiento del público.

En América hispánica rara vez se utilizaron en el siglo XVI, pero aumentó su presencia en el siglo XVII y primera mitad del XVIII, para

ser luego el medio ordinario de comunicación con la población (ESCOBEDO MANSILLA, 1995). Se considera que este tipo de escritos fueron accesibles por su extensión reducida, la sencillez del vocabulario, su relación con la vida cotidiana y por “(...) la tipología y el formato específico de los documentos, ya fuera por los papeles de gran formato, el mayor tamaño del módulo de las letras respecto a otros escritos burocráticos, o la disposiciones del texto a línea tirada, que resultan elementos fundamentales para la necesaria lectura de forma grupal y a cierta distancia por los viandantes” (PETRUCCI, 1996, p. VI en CASTRO ROJAS, 2016, p.26)

Estos bandos eran leídos a son de caja (redoble del tambor para congrega a la comunidad) y voz del pregonero que los publicaba mediante la lectura a viva voz en la plaza y las principales esquinas de la ciudad o villa. El acto de pregonar le daba validez al contenido que se transmitía, interpretado como garantía de la recepción.

Por lo general el pregonero era una persona de rango inferior, negro, mulato o indio (CASTRO ROJAS, 2016). Aunque en algunos casos no necesariamente debía saber leer sino solo memorizar (CASTRO ROJAS, 2016); entendemos que la lectura de bandos con algún grado de extensión debía ser leída por el pregonero.

Pregonar el bando implicaba saber leer o memorizar un texto para que el que lo escuchaba se relacione con una cultura en donde la palabra escrita, en este caso las actas de gobierno, regulaba las relaciones político-económicas y culturales de la sociedad.

Hemos encontrado ejemplos de pregoneros negros, mulatos, libres o esclavos en los Cabildos de Buenos Aires y de San Luis, en el período colonial.

Parte de la población afroamericana en su relación con la cultura escrita participó como mediador entre la palabra escrita de la burocracia y la población. Lo que daba validez a un contrato eran las promesas orales y los símbolos que acompañaban esas promesas (LYONS, 2012) y el rol de los pregoneros era llevar adelante estas prácticas relacionando el mundo de la escritura con el de la oralidad.

ACCESO A LAS ESCUELAS DE PRIMERAS LETRAS DE MUJERES AFRODESCENDIENTES

Para observar el acceso a la escritura y la lectura a través de una escuela tomamos los casos del Colegio de Niñas Huérfanas de Buenos Aires y la Casa de Huérfanas Nobles de Córdoba.

COLEGIO DE NIÑAS HUÉRFANAS DE BUENOS AIRES

El Colegio de “Niñas Huérfanas Nuestra Señora de los Remedios”, de Buenos Aires, fundado en 1755 surgió a instancias de una Cofradía, la Hermandad de la Santa Caridad del Niño Jesús, creada en 1727, “sostenida por integrantes del sector más dinámico y poderoso de la ciudad —el de los mercaderes—, [...] como respuesta a una epidemia”, (TRUJILLO, 2014, pp. 54-55).

Ante la solicitud de Francisco Álvarez de Campana, Hermano Mayor de la Cofradía, el Colegio obtiene licencia eclesiástica y del poder civil, por parte del Gobernador de Buenos Aires, José de Andonaegui quien aclara que su licencia es “sin perjuicio del Real Patronato”. “Para noviembre, con unas 12 niñas a cargo de la matrona Doña Teresa Bazán, quedó inaugurado el Colegio (Quesada, s.f.).” (TRUJILLO, 2014, p.59)

La Casa de Huérfanas continuó bajo la dirección de la Hermandad de la Santa Caridad hasta 1822 cuando el gobierno de Martín Rodríguez dispuso su pase a la administración gubernamental. Al año siguiente se decidió que la Sociedad de Beneficencia se hiciera cargo de ella.

La institución tenía un régimen de vida "conventual" para las huérfanas y un colegio para externas. También oficiaba en algunos casos como agencia matrimonial. Pero, además, las huérfanas eran una mano de obra apreciable ya que la calidad del trabajo que realizaban en la fabricación de hilados, los hacía fácilmente comercializable.

En cuanto al tipo de educación que recibían, las colegialas podían acceder al aprendizaje de las primeras letras:

[...] por un costo de cuatro reales mensuales unas y otras de limosna y tener interiormente otra pieza donde se reciben Colegialas hijas de personas decentes, acomodadas, y de las más distinguidas de esta Ciudad, a quienes se les enseñe con mayor esmero primeras letras, costuras y demás ejercicios mujeriles por una equitativa contribución [...]⁵.

Ahora bien, ¿quiénes eran las que asistían a esta institución?

En el año de 1762 había en el colegio 52 niñas entre españolas e indias y 15 mulatas (ARIAS DIVITO, 2006), para 1778 la cantidad de mujeres era de 58 españolas y 23 mestizas, mulatas e indias (FUSTER, 2009).

Trujillo señala que entre las niñas "había tres "categorías": Las huérfanas propiamente dichas, que contribuían al sostenimiento de la institución con su trabajo; niñas de primeras letras y costuras por cuatro reales mensuales, quienes estaban en una escuela; y las colegialas de familia distinguida, quienes recibían por separado una

5 AGN Sala IX 6-8-1 Hermandad de la Santa Caridad (1791-1792), foja 2.

educación más esmerada que incluía primeras letras, costura “y demás ejercicios mujeriles.” (TRUJILLO, 2014, p.63).

Entre los documentos de la Hermandad se encuentra una lista con el nombre y número de huérfanas y colegiales (entre otros datos) que la Rectora Francisca González - rectora desde 1785 - envía al Hermano Mayor Martín José de Altolaguirre el 16 de febrero de 1792.⁶ En dicha lista figuran la cantidad de 107 huérfanas nombradas como “Hermanas”. En cuanto a las Colegiales, en un total de 23, nombra a 3 Doñas, 18 Niñas y dos sin título: Bartola Espinosa y Juaquina Campana.

Los términos que anteceden al nombre y apellido que aparecen en la lista redactada por la rectora marcan diferenciaciones sociales: “hermana”, “doña”, “niña”, o no tener algún vocablo que antecede al nombre de la persona.

En el caso de las “hermanas”, propiamente las huérfanas, está relacionado con el régimen de vida conventual que llevaban. Respecto del vocablo de Doña, tal como figura en la lista, podemos referenciarlo como un tratamiento preferencial que expresaba respeto, cortesía o distinción social hacia una persona adulta. En cuanto al término de “niña”⁷, es un apelativo que distingue a ciertas jóvenes de otras por su origen o lugar social que ocupan. El no tener apelativo alguno, como en el caso de las dos colegiales que figuran en la lista, estarían ubicadas dentro de los grupos subalternos.

Continuando con la lista, en la misma figuran bajo el título de *Criadas y Criados*, 11 personas en total, los nombres son acompañados

6 AGN Sala IX 6-8-1 Hermandad de la Santa Caridad (1791-1792)

7 El término “niña” refiere en su definición a la “Abertura pequeña en las túnicas del ojo [...] por donde pasan los rayos de la luz y haciendo retracción en el humor cristalino, forman o pintan la imagen del objeto [...] relacionado con “Niñas de los ojos”, como “lo más estimado, delicado y digno del mayor cuidado en cualquier línea” Diccionario de Autoridades - Tomo IV (1734)

por los términos Negra, Negro, Negra vieja de la otra banda, Parda, Vieja Parda, sirvienta libre, negra esclava sirvienta, ubicándolos en el lugar más bajo de la sociedad.

En cuanto al posible acceso de afroamericanos a instituciones escolares, existe coincidencia en que a la Casa de Niñas Huérfanas asistían niñas de la sociedad y mujeres adultas, a veces con sus sirvientes o criadas que concurrían a aprender (ZURETTI, 1984).

En algunos casos estos estudios equiparan la educación recibida por mujeres afrodescendientes con el resto:

[...] cuya enseñanza estaba en manos de maestras laicas y con la singular característica, - notable en una sociedad tan estamentada como la colonial - que admitía en su interior indistintamente a "chinas", "negras", "mulatas" y señoritas de la más alta sociedad. De tal manera que damas y criadas podían acceder a la educación elemental, lo que implicaba aprender a leer, escribir y hacer cuentas. (FUSTER, 2009, p. 5). Negras y chinas tuvieron acceso a la educación (FUSTER, 2009, p. 97).

En otros casos se nombra el acceso señalando una diferenciación. Arias Divito (2006) observa que servía de escuela pública de niñas en número de 70 y había "(...) cinco divisiones con destino a las habitaciones de las huérfanas y colegialas mulatas, separadas de las españolas." (p.12).

En todos los casos, nos deja abierta la posibilidad de que alguna persona afrodescendiente haya podido acceder a la herramienta de la lectura o la escritura o ambas y disponer de un acercamiento a la cultura escrita diferenciado de una persona analfabeta.

CASA DE HUÉRFANAS NOBLES O COLEGIO DE NIÑAS NOBLES HUÉRFANAS DE CÓRDOBA

El 21 de abril de 1782 se funda en la ciudad de Córdoba la Casa de Huérfanas Nobles o Colegio de Niñas, en el lugar que había sido residencia de los estudiantes del Monserrat a instancias del Obispo de Córdoba del Tucumán, José Antonio de San Alberto.

Una Córdoba en la que, en ese momento, según el censo de 1778, la población perteneciente a las castas representaba el 63.7%; 29.5% de esclavos, 32.9% de pardos libres y sólo 1.3% de indios (GHIRARDI, M., 2004).

Como el caso de la Gobernación Intendencia del marqués de Sobremonte (1784-1797), en época de reformas borbónicas, muchos autores ubican al Obispo de San Alberto como portavoz de las ideas ilustradas católicas:

Según sus palabras, (Obispo de San Alberto), con la escuela pública se conseguiría desterrar la ignorancia. En ese tipo de escuelas las niñas serían instruidas en “las verdades de la religión, en las obligaciones del vasallaje, en los deberes de la sociedad, y en todo lo que el hombre debe a Dios, al Rey, a la Patria y a su Estado y a sí mismo (AAC, Libro de diligencias..., f.92, en LIONETTI, 2014, p.104).

El Obispo sostenía que todo el bien o todo el mal del Estado depende de la buena o mala educación del pueblo (SALVADORES, 1941).

Evaristo Iglesias (1946) critica la posición de Cháneton, Salvadores y Furlong respecto a la lectura que hacen del Obispo de San Alberto ubicándolo como “prócer” y precursor de la escuela elemental, como así también representante del movimiento iluminista. Sostiene que, de índole reciamente conservadora, no tenía entusiasmo por las escuelas

de primeras letras sino por colegios o seminarios, “(...) San Alberto resulta un reaccionario definido.” (p.34)

En las Constituciones para la fundación del Colegio, aprobadas el 15 de marzo de 1785 por el rey, se explicitaban, entre otras normativas, las condiciones de admisión y los contenidos que se iban a tener en cuenta.

Sobre las condiciones de admisión, según Cháneton en el artículo 3° constaba que la alumna debía “Ser hija de padres conocidos y honrados. Condición de una generosidad inusitada, en aquel tiempo. Los institutos similares de la época y de muchos años después, no se conformaban con tan poco y exigían una formal información para acreditar “limpieza de sangre”.” (CHÁNETON, 1942, p.80). Igual dato figura en el trabajo de Sanguinetti: “Además de las huérfanas internadas en el Colegio donde recibían asilo y educación, concurrían alumnas externas en un número considerable, a poco de ser fundado. Tenía también aulas para la enseñanza de las “pardas”, aulas que con el tiempo se fusionaron con las otras, formando una sola escuela sin distingos sociales.” (SANGUINETTI, 1940, p.513) Al no ubicar sus afirmaciones en el tiempo histórico del cual está hablando, pensamos que se refiere al momento posterior a la Revolución de Mayo. En el mismo sentido se expresa Salvadores (1950) “(...) se admitían seis u ocho mulatas, quienes recibían la misma educación a cambio de su servicio.” (p.35)

Sin embargo, existen otras investigaciones que afirman que se exigía la “limpieza de sangre” para la admisión:

Eran exigencias previstas para el ingreso además, en todos los casos, la legitimidad de nacimiento, la limpieza de sangre y carecer de defectos físicos o enfermedades. El requisito de legitimidad estaba asociado a la importancia social asignada a la sangre libre de mezclas (de allí la

denominación de Casa de niñas nobles huérfanas), y se vinculaba a la asociación del nacimiento fuera del matrimonio con el mestizaje, si bien hoy sabemos que también nacían niños de padres que no estaban casados en parejas de españoles (GHIRARDI, CELTON, COLANTONIO, 2008, p.149)

También Lionetti (2014) sostiene que:

La primera condición para recibirlas era que fueran huérfanas de padre y madre, que lo fueran de madre, de padre, o que aun teniendo a sus progenitores vivos, éstos no pudieran solventar sus cuidados y educación. La segunda condición, que fueran pobres y si no lo eran, que los parientes o tutores optaran por poner algunas en esa Casa para su mejor crianza, pagando los alimentos. Tercera, que fueran hijas de *padres conocidos y honrados* y solo se permitían seis u ocho niñas mulatas para el servicio de las demás niñas, a las cuales se sustentaba, criaba y educaba del mismo modo que a las *niñas "decentes"*. Como última condición, se pautó que esas niñas no superaran los quince años de edad, ni tuvieran menos de cinco y que no presentaran un "enorme defecto natural, accidente habitual o contagioso (AAC, Libro de diligencias..., f. 66) (p.106). Según se reglamentó, debían tener limpieza de sangre acorde al concepto de honor imperante (p.113) (Resaltado nuestro).

Los términos que resaltamos para afirmar que se pedía “limpieza de sangre” para la admisión es el de “padres conocidos y honrados” y “niñas decentes”. Ya hemos hablado del epíteto “niñas”, por otro lado, en las sociedades del Antiguo Régimen se caracterizaba el concepto de honor estamental, pertenencia a un grupo social determinado según su lugar en la sociedad.

Pero era sin duda el nacimiento, el valor fundamental para la determinación de la categoría social. En la tradición hispánica, la “limpieza de sangre” en su acepción peninsular –individuo sin mezcla de sangre moro o judío en sus venas– a la que se le agregó el ingrediente racial que

caracterizó ese concepto en toda el área colonial, constituyó un valor primordial en la asignación del status de blanco o “español” americano o europeo, el cual justificó privilegios y tratamientos especiales (GHIRARDI, 2004, pp. 60-61).

Hemos observado dos interpretaciones de la letra de las Constituciones. Cháneton no toma en cuenta lo que significaba en ese momento ser hija de “padres conocidos y honrados” y ser “niñas decentes”, por lo que valoriza positivamente la posición del Obispo de San Alberto como una “Condición de una generosidad inusitada, en aquel tiempo.”

Sin embargo, todos los autores citados coinciden en que se admitían seis u ocho niñas huérfanas mulatas: “(...) “se admitirán seis u ocho niñas huérfanas, mulatas”. Y si bien es cierto que estaban obligadas a servir a las demás, no lo es menos que ordenaba “sustentarlas, criarlas y educarlas del mismo modo que a todas.” (CHÁNETON, 1942, p.80). “Sin embargo, junto a estas alumnas selectas, se educaban también sus criadas pobres” (GALLO 2002, p.75). “En ese sentido, estaba previsto en las constituciones se admitieran entre seis u ocho niñas huérfanas mulatas para el servicio de las demás, a las cuales la reglamentación mandaba se sustentase, criase y educase del mismo modo que a todas, artículo seguramente de difícil aplicación en la práctica.” (GHIRARDI, CELTON y COLANTONIO, 2008, p.150).

No sabemos el alcance que haya tenido tal artículo ya que la separación por sangre fue muy fuerte en ese momento y que cuando se abren clases externas para niñas pardas en 1811 se pedía su separación de las de sangre española (GHIRARDI, CELTON y COLANTONIO, 2008).

No obstante, podemos pensar que algunas de ellas se hayan apropiado de algunos saberes que estaban vedados en otros espacios.

Los contenidos que preveían las Constituciones para sus alumnas eran leer, escribir, labores femeninas y formación cristiana.

PALABRAS FINALES

Hemos observado dos situaciones que nos parecen fundamentales respecto de la relación afroamericanos – cultura escrita.

Por un lado, la imposición de la cultura escrita a través de la “cristianización” tarea que llevó a cabo la Iglesia con el apoyo del patronato regio y la participación civil. Hay que destacar que “(...) es significativo que todas las religiones de conversión, las religiones excluyentes, estén basadas en el libro” (GOODY, 1996, p.12) y que además debilitan los lazos de parentesco primarios, ya que al poner por escrito los preceptos sagrados tienen como fin congelar la tradición (GOODY, 1996).

Con este fin se pusieron en juego distintos mecanismos de control de las subjetividades, las culturas y la producción - transmisión de conocimientos, para mantener las desigualdades sociales. Mediante la represión (prohibiciones, controles y expurgo) o mediante cooptación (utilización de lenguas nativas, buenos tratos, sostenimiento de organizaciones –cofradías-) se pretendía hegemonizar el campo cultural y tener el control de las clases subalternas.

Por otro lado, la otra situación que hemos observado se refiere al acceso a los sistemas de escritura/lectura a través de medios, posiblemente accionales (por fuera de una institución) o institucionales (escuelas).

Respecto de los primeros (accionales), vimos el caso de algunos pregoneros que, siendo negros o mulatos, esclavos o libres, pudieron

acceder de una manera diferenciada a la cultura escrita desde la posibilidad de leer. Una relación con un tipo de escritura efímera (ya que no van a quedar registros materiales de los pregones). Pero, además, en el caso que pregonaran sin saber leer a sabiendo, fueron ellos, los pregoneros, los mediadores entre la palabra escrita de la burocracia y la población.

Respecto de las formas institucionales del acceso a escritura/lectura tomamos los casos del Colegio de Niñas Huérfanas de Buenos Aires, la Casa de Huérfanas Nobles de Córdoba. En los dos casos estudiados queda abierta la posibilidad de que algunas mujeres afrodescendientes hayan accedido a la lectura y/o escritura teniendo un acercamiento a la cultura escrita diferenciado de una persona analfabeta. Podemos pensar que algunas de ellas se hayan apropiado de algunos saberes que estaban vedados en otros espacios. Los contenidos que preveían las Constituciones para sus alumnas eran leer, escribir, labores femeninas y formación cristiana.

En el interjuego entre la imposición o el acceso a la escritura/lectura hubo casos de asimilación y otros de resistencia.

En el proceso para hegemonizar el campo cultural y el control de las clases subalternas, vimos el caso de las Cofradías como medios de asimilación ya que eran fomentadas y toleradas por los poderes y a su vez representaban un mecanismo de supervivencia de los grupos subalternos.

Así como los letrados (religiosos, administradores, educadores) organizaban la realidad y componían el anillo protector del poder y el ejecutor de sus órdenes (RAMA, 1996) el choque de las tradiciones orales de los distintos pueblos africanos y la tradición escriturada, dio pie a distintas maneras de desarrollar una cultura de la resistencia.

El mismo caso de las Cofradías sirve para observar que también representaron un vehículo para desarrollar la conciencia de grupo ya que favorecían la comunicación y la transmisión de identidades. Hemos mencionado los casos de la música y los bailes.

El objetivo de este trabajo fue analizar las distintas formas en que los sectores subalternos (en este caso los afrodescendientes) se apropiaron, asimilaron o les fue impuesta la cultura escrita y matizar la afirmación que suele sostenerse en la historia de la educación tomando como único ejemplo al mulato *Ambrosio Millicay*.

FUENTES

Actas Capitulares de San Luis. Tomo I. Años 1700 a 1750. En Academia Nacional de la Historia (1981)

Actas Capitulares de San Luis. Tomo II. Años 1751 a 1797. En Academia Nacional de la Historia (1981)

Actas de la Sociedad de Beneficencia (1823-1834) AGN

Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, (1600-1818) AGN

Arrazola, Lorenzo (1852) “Enciclopedia española de derecho y administración o Nuevo teatro universal de la legislación de España e Indias”. Tip. de Antonio Rius y Rossell,

Casamayor de Luca (1823) Manual para las escuelas elementales de niñas o resumen de Enseñanza Mutua aplicada a la lectura, escritura cálculo y costura por Madame Quignon. Imprenta de los Expositos.

Lucena Salmoral, Manuel (1996) Regulación de la esclavitud negra en las colonias de América Española (1503 – 1886) Universidad de Alcalá, Universidad de Murcia.

Page, Carlos A. (2004) El Colegio Máximo de Córdoba (Argentina) según las Cartas Anuas de la Compañía de Jesús, compilación de documentos. Córdoba, Impreso en BR COPIAS.

Real Provisión de su Magestad, y señores del Consejo, en que se prescriben los requisitos, que han de concurrir en las personas que se dediquen al magisterio de las primeras letras, y los que han de preceder para su examen, con lo demas que contiene [GE-F 241] Disponible en: <http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=12317>

Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias (1680) Disponible en: <http://www.gabrielbernat.es/espana/leyes/rldi/rldi.html>

BIBLIOGRAFÍA

ACHINTE, A. A. “El desencanto o la modernidad hecha trizas. Una mirada a las racionalidades en tensión”. In: WALSH, Catherine, *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones latinoamericanas*. Ecuador: Universidad Andina Simón Bolívar, 2005. p.39-70

ANDREWS, G. R. *Los afroargentinos de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

ARIAS DIVITO, J. C. *Aspectos pocos conocidos de una institución benéfica*. Buenos Aires: Dunken, 2006.

ASSMANN, J. *Historia y mito en el mundo antiguo. Los orígenes de la cultura en Egipto, Israel y Grecia*. Madrid: Gredos, 2011.

BARRAL, M. E. *Curas con los pies en la tierra. Una historia de la Iglesia en la Argentina contada desde abajo*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

BORUCKI, A. “The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-imperial Networks and Atlantic Warfare”, en *Colonial Latin American Review*, v. 20, n° 1, abril, 2011. p. 81-107.

CASTRO ROJAS, I. “Ordenar el universo de los signos. Bandos, pregones y espacio urbano en España y América durante la Edad Moderna”, en *Labor Histórico*, 2 (1) Río de Janeiro, 2016. p. 16 – 29.

CHÁNETON, A. *La instrucción primaria en la Época Colonial*. Buenos Aires: Biblioteca de la Sociedad de Historia Argentina, 1942.

CHARTIER, R. *El mundo como representación. Historia cultural: entre práctica y representación*. Barcelona: Gedisa, 1996.

CRESPI, L. "Ni esclavo ni libre. El estatus de liberto en el Río de la Plata desde el período indiano al republicano". In: MALLO, S. y TELESKA, I. *Negros de la patria: los afrodescendientes en las luchas por la independencia en el antiguo virreinato del Río de la Plata*. Buenos Aires: Editorial SB, 2010. p.15-37.

CUCUZZA, H. R. "Hacia una redefinición del objeto de estudio de la Historia Social de la Educación". In: CUCUZZA, Héctor Rubén (comp.) *Historia de la Educación en debate*, Bs. As: Miño y Dávila, 1996. p.124-146.

CUCUZZA, H. R.; SPREGELBURD, R. P. *Historia de la Lectura en Argentina. Del catecismo colonial a las netbooks estatales*. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012.

DI STEFANO, R.; ZANATTA, L. *Historia de la Iglesia argentina: desde la conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

ESCOBEDO MANSILLA, R. "El Bando de buen gobierno, instrumento de la Ilustración". *Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*, 1995. p.473-475.

Disponibile en:<http://biblio.juridicas.unam.mx/libros/2/820/26.pdf>

FUSTER M. T. "La Casa de Niñas Huérfanas de San Miguel. Beneficencia, prestigio y poder. Las disputas por su control (1755-1810)" Tesis de Licenciatura en Historia, Facultad de Filosofía y Letras, UBA. 2009. Disponible en: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/1170>

GALLO, E. *Historia de la Beneficencia en el Buenos Aires colonial*. Buenos Aires: Corregidor, 2002.

GARRIDO, S. et al. *Trata y abolición. Análisis socio-técnico de las transformaciones en la navegación marítima y el comercio esclavista (Siglo XIX)* (mimeo). 2010.

GELER, L. *Andares negros, caminos blancos. Afroporteños, Estado y Nación. Argentina a fines del siglo XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones / TEIAA (Universidad de Barcelona), 2010.

GELER, L.; Guzmán F. (edit). *Cartografías afrolatinoamericanas. Perspectivas situadas para análisis transfronterizos*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

- GHIRARDI, M. *Matrimonios y familias en Córdoba. Prácticas y representaciones*. Córdoba: Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2004.
- GHIRARDI, M. “Población y sociedad en tiempos de lucha por la emancipación. Córdoba, Argentina, en 1813”. In: COLANTONIO, S. E. (ed). *Las edades de la vida. Niños y ancianos de Córdoba a comienzos del siglo XIX*. Córdoba: Centro de Estudios de Cultura y Sociedad (CIECS) (CONICET-UNC), cap. 5, 2012. p. 341-457.
- GOLDBERG, M. B. “Las afroargentinas 1750 – 1880”. In: GIL LOZANO, V. ; PITA, S. ; INI, M. (dir.). *Historia de las mujeres en la Argentina*. vol.1. Buenos Aires: Taurus, 2000. p.67-85.
- GOLDBERG y MALLO. “Trabajo y vida cotidiana de los africanos en Buenos Aires 1750-1850”. In: *La vida cotidiana de los negros en Hispano América*. Tomo 13, edición electrónica, Proyectos Históricos Tavera, ed. F. De Larramendi. Madrid, España: 2005.
- GOODY, J. (comp.) *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- GUZMAN, F. “African People in Argentina. An unprepared reflection”. *Andes* [online]. 2006, n.17 pp.197-238. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-80902006000100005&lng=es&nrm=iso>.
- GUZMÁN, F. *Los claroscuros del mestizaje: Negros, indios y castas en la Catamarca Colonial*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2010.
- GUZMAN, F. *Cartografías Afrolatinoamericanas. Perspectivas situadas para análisis transfronterizos*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.
- IGLESIAS E. *La escuela pública bonaerense hasta la caída de Rosas*. Bs. As: Librería El Ateneo, 1946.
- LIONETTI, L. “Instruir a las niñas para salvarlas de la indigencia que aflige su cuerpo y la ignorancia que llena su espíritu”. La experiencia de la Casa de Niñas Huérfanas Nobles. Córdoba en el siglo XVIII”. In: *Anuario de Historia de la Educación*. vol.15 no.1 Ciudad Autónoma de Buenos Aires: 2014. p.99-117.
- LYONS, M. *Historia de la Lectura y de la Escritura en el mundo occidental*, Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012.

McLAREN, P. “La posmodernidad y la muerte de la política: un indulto brasileño”. In: ALBA, A.(comp.) *Posmodernidad y educación*. México: UNAM, 1995. p.103-128.

PÉREZ GUARNIERI, A. “La prohibición de los tambores en las escuelas: Una herencia colonial que debemos revisar”. Ponencia presentada en la Bienal Internacional de Composición y Educación Musical. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

PROBST, J. *La instrucción primaria durante la dominación española en el territorio que forma actualmente la República Argentina*. Instituto de didáctica, Facultad de Filosofía de la UBA, 1940.

RAMOS, J. P. *Historia de la Instrucción primaria en la República Argentina* Tomo II. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1910.

ROSAL M. Á. “Diversos aspectos relacionados con la esclavitud en el Río de la Plata a través del estudio de testamentos de afroporteños, 1750-1810”. *Revista de Indias*, LVI/206, (enero/abril 1996), p. 219-235.

ROSAL, M. Á. “La religiosidad católica de los afrodescendientes de Buenos Aires (siglos XVIII-XIX)”. *Hispania Sacra*, LX 122. 2008. p.597-633.

ROSAL M. Á. *Africanos y afro-descendientes en Buenos Aires (siglos XVI-XVII). Esbozo de un estudio sobre fuentes inéditas y publicadas del Archivo General de la Nación*. Editorial Académica Española, 2016.

SALVADORES, A. “La enseñanza primaria y universitaria hasta 1830”. In: Academia Nacional de la Historia; Levene, R. (director general). *Historia de la Nación Argentina (desde los orígenes hasta la organización definitiva en 1862)*. Vol. VII, Primera Sección. Buenos Aires: Librería El Ateneo Editorial, 1962.

SANGUINETTI, L. B. de. *La instrucción primaria durante la dominación española en el Territorio que forma actualmente la República Argentina*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1940.

TARDIEU, J.P. “Los inicios del “ministerio de negros” en la provincia jesuítica del Paraguay”. *Anuario de Estudios Americanos*, 62, 1, Sevilla (España), enero-junio 2005, p. 141-160

TROISI MELEAN, J. “Los esclavos de los jesuitas en los memoriales de la Provincia del Paraguay, siglo XVIII”. *Anuario del CEH*, n°4, año 4. 2004. p.95-106.

TRUJILLO, O. J. “El suave olor de las virtudes: La Hermandad de la Caridad de Buenos Aires y su Colegio de Niñas Huérfanas”. *Revista electrónica del Departamento de Ciencias Sociales*, vol.5, no.2, UNLu, 2014. p.53-69.

ZURETTI, J. C. *La enseñanza y el Cabildo de Buenos Aires*. Buenos Aires: FECIC, 1984.

6

LITERATURA DE VIAGEM NOS CATÁLOGOS DE BIBLIOTECAS LUSO-BRASILEIRAS DO FINAL DO SÉCULO XVIII

*Cláudio DeNipoti*¹

O trabalho com os catálogos das bibliotecas mantidas por indivíduos e/ou instituições luso-brasileiras ao longo das décadas finais do século XVIII e as iniciais do século XIX revela, entre outras coisas, uma presença significativa de obras que podem ser enquadradas como “relatos de viagem”, que são, a rigor, um conjunto heterogêneo de obras escritas sobre o deslocamento humano por qualquer espaço geográfico (JUNQUEIRA, 2015, p. 101). Esses relatos, em seu conjunto, compõem uma história da mobilidade humana e sua cultura e “orienta práticas, representações, imagens sociais” (ROCHE, 2003, p. 10), bem como orienta tanto um ideal de conhecimento pelo deslocamento e cria “uma arte de se deslocar e sua pedagogia, um método e uma leitura do mundo” (ROCHE, 2003, p. 19).

Existentes em forma oficial, literária ou fantástica, esses relatos marcaram a cultura ocidental, mas ganharam uma forma mais expressiva a partir do século XV e um ápice no final do século XVIII e início do XIX, com os relatos de “descobertas” de partes do mundo desconhecidas pelos europeus, em um processo de construção de identidades mútua, não só da visão europeia sobre o outro mundo, mas

¹ Universidade Estadual de Londrina (Londrina, Paraná).

também das imagens que a Europa fez de si própria nesse período (PRATT, 1999; SALVATORE, 2007).

O objetivo principal deste estudo é compreender as dinâmicas do comércio e circulação de livros no período, tendo como pano de fundo o gosto contemporâneo pelos relatos de viagens publicados particularmente na segunda metade do século XVIII, e como essas preferências editoriais ficaram registradas nos catálogos. Paralelamente, as fontes tornam possível explorar as preocupações dos leitores luso-brasileiros com os espaços de descobertas geográficas e narrativas dos espaços exóticos antes desconhecidos dos europeus. Uma das formas de localizar vestígios do impacto dessas obras no passado são, em um raciocínio circular, os catálogos de bibliotecas que desapareceram:

Voltaire, nos 3867 títulos de sua biblioteca, [possuía] 133 títulos, entre os quais 19 coleções; ele tinha todas as grandes viagens, e devemos adicionar as revistas e os dicionários. O Barão d'Holbach possuía 2004 livros, incluindo mais de uma centena de histórias de viagens na América (26), no Oriente, em todo o mundo (31) e no resto na Europa (ROCHE, 2003, p. 103).

Como material de coleção, esses relatos foram importantes por indicar “uma sensibilidade mais geral de leitores atentos a todos os aspectos sensíveis e materiais do livro - raridade, estado, ilustração” (ROCHE, 2003, p. 103).

CORPUS DOCUMENTAL

Levando em conta, portanto, a relevância da literatura de viagem para o mercado editorial e para os leitores do final do século XVIII e início do século XIX, buscamos, neste capítulo, verificar a presença de

tais relatos, em seu sentido amplo descrito acima, em catálogos luso-brasileiros de livros manuscritos e impressos, começando em 1772, com os catálogos de livros à venda da Impressão Régia e do livreiro João Batista Reycend e, em 1776, o *Índice* dos livros do mosteiro de São Bento até o catálogo dos livros que “se vendem na Loja de João Henriques em 1831”. Embora existam diversas variações tipológicas nesses documentos, optamos trabalhar duas séries fundamentais: os catálogos impressos de livreiros, listando o conjunto das obras colocadas à disposição do público leitor em momentos distintos do período analisado e os catálogos, geralmente manuscritos, de bibliotecas particulares ou institucionais, incluindo aí ordens religiosas, academias militares e listas de doações.

Na primeira categoria - catálogo impressos por livreiros - além do catálogo de Reycend citado acima, foram estudados; o *Catalogo de livros que se vendem por justos preços na loge Impressão Regia sita na praça do Commercio* nas edições de 1772 e 1777, o *Catalogo geral dos livros portugueses, hespanhoes, franceses, latinos, gregos e italianos que vende Francisco Rolland* de 1776 e seu *Suplemento...* de 1777 (bem como a versão latina de 1772), o *Catalogo Dos Livros Portuguezes , e Hespanhoes , que se achao em caja de Paulo Martin , Mercador de Livros defronte do chafariz do Loreto em Lisboa*, de 1791 e o de João Henriques, já citado, entre outros.

Na segunda categoria - catálogos de bibliotecas - foram analisados catálogos de instituições religiosas - do mosteiro de São Bento, por exemplo - e militares - a Academia dos Guardas Marinha, bem como listas de doações a bibliotecas públicas ou eclesiásticas, terminando o período com o catálogo da biblioteca pública da Bahia, de 1818. Estão incluídos nesta categoria os catálogos de bibliotecas pessoais, como o catálogo da “livraria” de Marino Miguel Franzini, do fim do século XVIII

e aquele da biblioteca do Conde da Barca, anotado em 1818. Ainda que com diferentes origens e propósitos, essas listas de livros têm em comum oferecem recortes do universo dos livros disponíveis aos leitores do final do período, não se restringindo somente aos livros permitidos, como o fazem os catálogos de venda de livros ou os de bibliotecas monásticas, mas incluindo obras defesas nos catálogos (DENIPOTI, 2022, 17-27; p. 22). A tabela 1 lista os catálogos consultados para esta pesquisa:

Tabela 1: Catálogos consultados (1772-1831)

Ano	Título	Tipo
1772	Catalogo de livros que se vendem por justos preços na loge Impressão Regia sita na praça do Commercio em abril de 1772.	Impresso/livreiro
1772	Catalogus Livrorum Juridicorum, Qui proftant ULYSSIPONE Apud JOAN. BAPT. REYCEND. & SOC. No largo do Calhariz, na esquina da Bica.	Impresso/livreiro
1772	Catalogo Librorum Miscellaneorum Ulyssipone Apud Joan Bapt Reycend, & Soc.	Impresso/livreiro
[1772]	Catalogus Librorum Omnium Facultatum apud Francisco Rolland	Impresso/livreiro
1773	Supplementum ad catalogum librorum... apud Francisco Rolland	Impresso/livreiro
1774	Catalogo de varios livros ... se vendem na logea de Borel, Marin, e Companhia	Impresso/livreiro
1774	Supplementum ad catalogum librorum... apud Francisco Rolland	Impresso/livreiro
1775	Supplementum ad catalogum librorum... apud Francisco Rolland	Impresso/livreiro

1775	Catalogue des livres de Belles Letres ... chez George Rey...	Impresso/livreiro
1775	Catalogo de los libros españoles que se venden na loge de George Rey	Impresso/livreiro
1776	Indice que mandou fazer O M. R. P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abbade deste Mosteiro de S. Bento da Saude	Manuscrito / Biblioteca
1776	Catalogo geral dos livros francezes, latinos, portuguezes, hespanhoes, e italianos que vende Francisco Rolland, mercador de livros em Lisboa.. 1776.	Impresso/livreiro
1777	Catalogo de livros que se vendem na loge da Impressão Régia [em] 1777.	Impresso/livreiro
1777	Supplemento ao catalogo geral dos livros portuguezes, hespanhoes, franceses, latinos, gregos e italianos que vende Francisco Rolland, mercador de livros em Lisboa e morador na rua direita do Loreto. 1777	Impresso/ livreiro
1780 (depois de)	Catálogo dos livros que há no convento das carmelitas descalças	Manuscrito / Biblioteca
1782	Rol Dos Livros que contem a Livraria do Ill.mo e R.mo Snr. D.or João Iustiniano Farinha	Manuscrito / Biblioteca pessoal
1784	Catalogo de alguns livros ... Pedro Joseph Rey	Impresso/ livreiro
1786	Catalogo de alguns livros impressos á custa de Borel, Borel e companhia...	Impresso/ livreiro
1791	<i>Catalogo Dos Livros Portuguezes , e Hespanhoes , que se achao em caja de Paulo Martin , Mercador de Livros defronte do chafariz do Loreto em Lisboa, de</i>	Impresso/ livreiro
1797	Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas,	Manuscrito / Biblioteca

	bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797	
1797-1820	Papéis que pertenceram a Marino Miguel Franzini	Manuscrito / Biblioteca Pessoal
[18 - -]	Catálogo dos livros que se vendem na Loja da Gazeta à Praça do Comércio	Impresso/ livreiro
1801	Catálogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente	Manuscrito / Biblioteca
1804	Catalogo de alguns livros impressos á custa de Borel, Borel e Companhia	Impresso/ livreiro
1812	Catalogo systematico da Bibliotheca da Companhia dos G.M [dos Guardas Marinha] 1812	Manuscrito / Biblioteca
1813	Catálogo dos livros que foram do Conde da Ega	Manuscrito / Biblioteca pessoal
1815	Catálogo dos livros do senhor doutor Francisco de Melo Franco	Manuscrito / Biblioteca pessoal
1818	Catalogo dos livros da Bibliotheca do Conde da Barca em 1818.	Manuscrito / Biblioteca pessoal
1818	Catalogo dos livros que se acham na livraria pública da cidade da Bahia em maio de 1818.	Manuscrito / Biblioteca
1831	Catalogo dos livros que se vendem na Loja de João Henriques em 1831.	Impresso/livreiro

Acrescentaremos ainda as obras encontradas no *Catálogo da livraria que foi de Sua Majestade a Senhora Dona Carlota Joaquina de Bourbon*, conforme transcrito por Moizeis Sobreira de Sousa (2019).

O trabalho de leitura/transcrição dos catálogos foi feito visando apreender os diversos tipos de obras que podem ser classificadas como

“de viagem”² no *corpus* documental arrolado acima, chegando a cerca de 250 títulos distintos abrangendo relatos sobre viagens a diversas partes do planeta, realizadas desde a antiguidade, mas com enorme ênfase nos relatos publicados entre os séculos XVI e XVIII. O objetivo foi mapear o universo da literatura de viagem disponível ao “leitor comum” luso brasileiro no período final do século XVIII até as primeiras décadas do século seguinte.

LITERATURA DE VIAGEM NOS CATÁLOGOS

Os catálogos apresentam quantidades variadas de obras, em consonância tanto com o tipo de documento, os interesses dos redatores desses documentos e com a posse de livros. É impossível, retrospectivamente, saber exatamente porque as bibliotecas e livrarias estudadas aqui continham obras de viagem, nem é possível afirmar que estas eram as obras de maior visibilidade nessas mesmas bibliotecas, mas podemos aventar algumas respostas, a partir deste recorte específico, sobre as possíveis razões para a posse e potencial leitura dessas obras no século XVIII, que procuraremos explorar adiante.

Assim, podemos sair de um marco quantitativo inicial, notando que o catálogo da biblioteca do Conde da Barca, por exemplo, listava 101 títulos de livros sob o cabeçalho “Viagens em geral”, ocupando dez páginas manuscritas (a partir da página 133) com dois outros títulos anotados mais ao fim do catálogo sob outros cabeçalhos. Marino Miguel Franzini, por sua vez, anotou obras de viagens em quatro documentos

2 Um agradecimento particular a Daniel Almeida da Silva Junior e Lais Neves de Souza que desenvolveram projetos de iniciação científica direcionados ao trabalho de leitura e transcrição da literatura de viagem em alguns dos catálogos citados, e aos alunos da disciplina optativa que se empenharam na busca pelos livros de viagem e transcrição dos catálogos.

distintos. No seu *Catálogo da livraria de Marino Miguel Franzini* foram listadas 39 obras sob o cabeçalho “Viagens”, divididas em viagens terrestres e viagens marítimas. O *Catalogue des livres etc...* listava 22 títulos sob “Voyages”, ao passo que o *Ról dos livros que comecei a comprar em 1798* trouxe 15 títulos de viagens ao longo do texto, que foi organizado por ano e local de compra. Um último catálogo sem título listava ainda 11 títulos sob o cabeçalho “Geografia e viagens”. Mesmo levando em consideração que há várias repetições entre os quatro documentos, o tema era bastante relevante nas preocupações de Franzini com relação a seus livros e, possivelmente, suas leituras.

O *Catálogo sistemático da biblioteca da Companhia dos CGM [dos Guardas-Marinhas]*, anotado pelo matemático José Maria Dantas Pereira em 1812, continha trinta e oito obras, organizadas na “classe” “Viagem”, na forma peculiar daquele documento, em que os livros e manuscritos foram anotados em ordem cronológica de escrita ou edição para que, segundo o redator, se pudesse “subministrar pronta ideia do que há, e do que se carece, em cada subdivisão”, levando o leitor (o estudante) “ao pronto conhecimento seja do progresso, ou marcha do espírito humano em a mesma subdivisão seja das obras, que mais lhe convirá consultar, para colher os produtos” (DENIPOTI, 2022, 135-151; p. 147). Já o *Catálogo dos livros que se acham na livraria pública da cidade da Bahia em maio de 1818*, anotado em ordem alfabética de uma mistura de títulos e/ou autores, listava vinte e duas obras de viagem. Os demais catálogos seguem um padrão de listarem quantidades menores de livros de viagens e, se pensarmos a documentação de Franzini como uma grande unidade, as maiores quantidades são aquelas contidas nesses quatro catálogos.

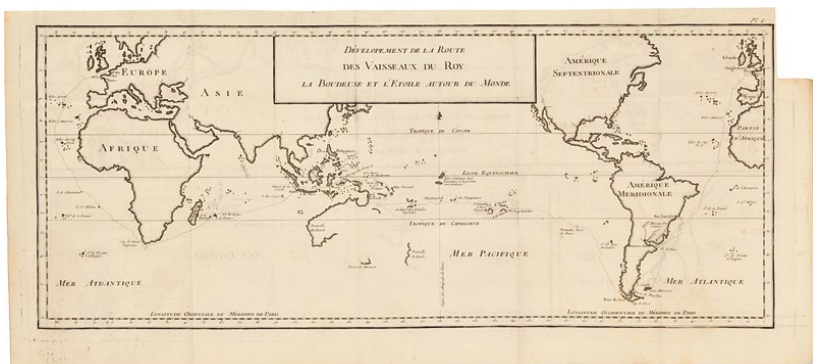
Um primeiro ponto de interesse sobre os livros em foco aqui vem do fato de que essas obras raramente apareceram em mais de um dos catálogos consultados. De fato, apenas trinta e cinco obras estão listadas em dois catálogos diferentes, doze aparecem em três catálogos e duas obras são mencionadas em quatro catálogos distintos (nomeadamente, a *Voyages et découvertes faites par les Russes* tradução francesa da obra de Gerhard Friederich Muller, publicada em Amsterdam em 1766 e a *Histoire générale des voyages* do Abade Prevost, sobre a qual falar-se-á adiante) e outra, em seis catálogos (*Voyage autour du Monde par la Frégate du Roi La Boudeuse et la Flûte L'Etoile*, de Louis Antoine de Bougainville, publicada em Paris em 1771). Isto nos dá uma ideia da diversidade e da abundância editorial do tema, pois deixa cerca de 200 obras encontradas nos catálogos como citações únicas.

A obra de Bougainville teve uma segunda edição em 1772, e três edições contrafactuais pela *Société Typographique de Neuchâtel*, em 1772, 73 e 75 (DARNTON, 2021, p. 198). Novas edições só surgiriam em meados do século seguinte. Na edição parisiense de 1772, ela foi acompanhada pelo *Supplément au Voyage de M. de Bougainville*, escrito por Joseph Banks e Daniel Charles Solander.³ Este segundo relato - uma tradução dos relatos dos dois naturalistas acompanhando o Capitão Cook em sua primeira viagem ao Taiti, patrocinada pela *Royal Society* - foi publicado em francês (sempre em 1772) tanto como um suplemento ao relato de Bougainville, quanto com o título *Journal d'un voyage autour du monde* pelos mesmos editores (Saillant & Nyon de Paris) da *Voyage*. Esta, por sua vez, foi listada no *Catalogo de livros que se vendem por justos preços na loge Impressão Regia ... de 1772*, pouco tempo depois da publicação

3 Outro *Supplément* foi escrito por Diderot e publicado em 1796, mas não foi encontrado nos catálogos consultados (DIDEROT, 1796).

original, o que demonstra um certo grau de atualização do comércio livreiro lisboeta. A obra reapareceu na edição de 1777 do mesmo catálogo e nos catálogos de Francisco Rolland de 1775 e 76.

Marino Miguel Franzini listou a *Voyage* em duas entradas distintas do seu *Catálogo da Livraria de Marino Miguel Franzini*, anotado a partir dos últimos anos do século XVIII, sob o cabeçalho “viagens marítimas” do manuscrito (DENIPOTI, 2022, 27-42; p. 29) na edição de 1772, sem informações sobre o local de publicação (Paris ou Neuchâtel). Há ainda anotações adicionais em outros manuscritos de Franzini sobre a mesma obra, porém imaginamos tratar-se do mesmo exemplar com anotações redundantes. O livro de Bougainville também foi listado no *Catálogo dos livros da Bibliotheca do Conde da Barca*, anotado em 1818 listando tanto a primeira edição de 1771 quanto a edição parisiense de 1772. Apareceu ainda no *Catálogo dos livros que se acham na livraria pública da cidade da Bahia*, também de 1818, listado somente como *Voyage au tour du Monde* de “Bougain Ville” e também estava a venda na loja George Rey em 1775 e na de Francisco Rolland, em 1773 e 1776.



Fonte: BOUNGAINVILLE, 1771.

O *Supplément* de Banks e Solander apareceu nas anotações de Franzini, e foi listado na edição de 1777 do catálogo da Impressão Régia bem como no catálogo de George Rey. Ele também foi anotado no *Catalogo systematico da Bibliotheca da Companhia [dos Guardas Marinha]* de 1812, por Dantas Pereira, na forma combinatória peculiar àquele documento (DENIPOTI, 2022, 135-151; p. 147).

O livro de Gerhard Friederich Muller não teve uma história editorial tão rica, ficando restrito à edição de 1766, que foi a tradução francesa da obra “*Nachrichten von Scoreisen, und zur See gemachten Entdeckungen, die von Ruszland aus laengst den Kuesten des Eiszmeeres und auf dem oestlichen Weltmeere gegen Japon und Amerika geschehen sind*” publicado em quatro volumes pela Academia de Ciências de São Petersburgo em 1758. A obra aparece listada nos papéis de Franzini, em ambos os catálogos de venda da Impressão Régia e no catálogo da biblioteca dos Guardas Marinha.

Dentre as outras obras com alguma recorrência (neste caso, que aparecem em ao menos três catálogos distintos) podemos rascunhar uma tipologia bibliográfica do gênero de viagens. Um primeiro exemplo, retirado da experiência colonial portuguesa no extremo oriente, foi a obra *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador, e Capitao General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar á dita Cidade no anno de 1718* (GUERREIRO, 1732), sobre a viagem deste fidalgo pelo continente indiano, de Goa a Madras (atual Chennai) e, por águas malaias e chinesas, até Macau (BOXER, 1946; DISNEY, 2009, p. 345).

A primeira edição desta obra, com 185 páginas, embora não trouxesse um data de edição, foi provavelmente impressa na China, usando blocos de madeira de página inteira, “no período entre a chegada de Albuquerque em Macau, como governador, em fins de maio de 1718,

e sua partida para Goa em janeiro de 1720” (BOXER, 1946, P. 399). A edição que consta nos catálogos analisados é a reimpressão feita em Lisboa, “com uma floreada dedicatória [do impressor catalão] ao Duque de Cadaval” (BOXER, 1946, p. 401).

Tomemos, a seguir, o caso da obra *Voyage de La Pérouse autour du monde*, que aparece nos papéis de Marino Franzini, no catálogo do conde da Barca e no catálogo da biblioteca pública da Bahia, bem como no *Catálogo da livraria que foi de Sua Majestade a Senhora Dona Carlota Joaquina de Bourbon* (SOUZA, 2019, p.48). O livro é sintomático do tipo de literatura de viagem do final do século XVIII, pois relata a expedição de circunavegação de Jean-François Galaup de La Pérouse, patrocinada pela monarquia francesa, entre 1785, ano de sua partida com duas fragatas - *La Boussole* e *L'Astrolabe* - e 1788, ano em que ambos navios desapareceram depois de partirem de *Botany Bay* (atual Sidney, Australia).

O livro, publicado em 1797, resultou dos relatos parciais enviados por La Pérouse ao longo dos três anos da viagem em vários portos de escala, junto com amostras de sementes e plantas, pois tratava-se, fundamentalmente, de uma “viagem filosófica”, típica do período (ver PATACA, 2011; WILLIAMS, 2013, p.51-52). A obra, redigida por Louis-Antoine Milet-Mureau, já no contexto revolucionário, repercutiu o impacto do desaparecimento dos dois navios e de seu capitão - veterano militar das guerras na América. O primeiro volume foi publicado em 1797 (ano V) pela *L'imprimerie de la République*, acompanhado por um *Atlas du voyage de La Pérouse* com 69 páginas de mapas e desenhos (cuja autoria é atribuída a Jacques Julien Houtou de La Billardiére na edição de 1799).

Em 1798 foi publicado o segundo volume, também em Paris, “*Chez Plassan*”. Há ainda a publicação de um livreto de 55 páginas intitulado *Fragmens du dernier voyage de La Pérouse* em dois volumes, também em

1797 (CAMBRY & TENCH, an V), além de uma edição resumida, publicada em Leipzig em 1799 (PÉROUSE & VILLERS, 1799), ambas inexistentes nos catálogos estudados. Finalmente, a viagem gerou o relato de Jean-Baptiste-Barthélémy de Lesseps, o intérprete russo que abandonou a viagem de La Pérouse na península de Kamchatka, na Rússia e retornou à França (WILLIANS, 2013, p. 84-90; 224), publicando seu *Journal historique du voyage de M. de Lesseps* em 1790, título encontrado nas listagens de Marino Miguel Franzini.

O destino desconhecido da viagem original teve uma forte repercussão e provocou uma série de tentativas de descobrir o que acontecera com os navios de La Pérouse. Essas tentativas, por sua vez, também foram acompanhadas por relatos de viagens publicados na França, mesmo no contexto dos eventos revolucionários, e conhecidos em toda a Europa (WILLIANS, 2013, p. 15). Uma iniciativa oficial de conhecer o destino dos navios e seus tripulantes foi feita em 1791 sob o comando de Joseph Antoine Bruni d'Entrecasteaux, e gerou dois relatos: um pelo próprio comandante, publicado somente em 1808 (do qual não há referência nos catálogos) e o diário do botânico e suposto autor do *Atlas*, La Billardière, designado pela Academia de ciências para acompanhar a viagem (WILLIANS, 2013, p. 112) publicado em 1799 e citado (em português, com a data de 1800) no catálogo da biblioteca dos Guardas-Marinha e no catálogo da biblioteca de Carlota Joaquina (SOUZA, 2019, p. 57). A expedição seguinte, feita por iniciativa privada, também gerou relatos parciais e menos famosos (pois nunca chegou ao Pacífico Sul), não citados nos catálogos.

Finalmente, temos o exemplo da obra de Antoine François Prevost (D'EXILES, 1746) (mais conhecido por sua obra literária, em especial pela *Histoire du Chevalier des Grieux et de Manon Lescaut*), a *Histoire générale*

des voyages, uma coletânea dos relatos de viagens mais famosos, “por mar e por terra, que até agora foram publicados nas diferentes línguas de todas as nações conhecidas”.⁴ Embora o título e o subtítulo não o especifiquem, o primeiro volume da coleção é uma tradução de *A New General Collection of Voyages and Travels* publicado por John Green um ano antes (ALBERTAN-COPPOLA, 1999, p. 491). Porém, a coleção continuou sendo publicada até 1789 pelo editor parisiense Didot-Rozet, sendo seguida de perto por uma edição contrafactual (iniciada em 1747) feita em Haia por Pieter de Hondt. Embora tivesse iniciado como uma tradução, a obra de Prevost buscou incorporar o espírito da *Encyclopedie* e “visa[va] introduzir mais cientificidade e racionalidade” na obra de Green (ALBERTAN-COPPOLA, 1999, p.496).



Fonte: <https://www.collection-laperouse.fr/>, consultado em 06/05/2022

4 *L'art de la navigation a fait les plus étonnants progrès, et la connaissance du globe est encore très imparfaite. Une partie considérable de l'hémisphère austral est demeurée inconnue. Cette vaste plage renferme-t-elle dans son sein un continent immense, où n'est-elle occupée que par l'Océan? C'est ce qu'on ne sait pas: on ignore même l'étendue, la figure & la position des terres reconnues par les anciens Navigateurs.*

Essa obra surge em quatro dos catálogos: no *Catalogo systematico da Bibliotheca da Companhia dos G.M [dos Guardas Marinha]* Dantas Pereira listou o título em português e uma edição de 1785. Embora outras obras de Prevost tenham sido traduzidas para o português nesta época (em especial *A arte de agradar na conversação* e *Elementos da civilidade e da decencia para instrucção da mocidade de ambos os sexos* traduzidos por José Vicente Rodrigues e publicados em 1783 e 1788, respectivamente) não localizamos uma tradução sistemática da *Histoire générale*. A data indicada por Pereira deve referir-se a um volume específico da obra original, publicado naquele ano. No *Catalogo dos livros da Bibliotheca do Conde da Barca em 1818* o livro surgiu em sua edição original parisiense de 1746, além de ter sido ofertado à venda no *Catalogus Librorum* de João Batista Reycend, em uma edição de 1752. Finalmente, no *Catálogo dos livros que foram do Conde da Ega* uma das entradas refere-se a uma *História das viagens em Francês*, com treze volumes e o valor de 10\$000, que é, provavelmente, a obra de Prevost.

Complementarmente, outro livro de viagens traduzido por Prevost em 1744, as *Voyages du capitaine Robert Lade en différentes parties de l'Afrique, de l'Asie et de l'Amérique* foi oferecido no catálogo de vendas da Impressão Regia de 1777, porém não encontramos nenhuma referência ao resumo da obra de Prevost publicado por Jean François de La Harpe a partir de 1780 intitulado *Abrégé de l'Histoire générale des voyages [de A.-F. Prévost, A. Deleyre, A.-G. Meusnier de Querlon et Rousselet de Surgy]*.

Obras gerais, como a do Abade Prevost, eram bastante comuns à época e surgem com frequência nos catálogos, como as *Relations de divers voyages curieux* de Melchisédech Thévenot, publicadas entre 1663 e 1672 em quatro volumes heterogêneos “incluindo manuscritos de viagens, traduções de persa, árabe, e outros” e traduções de edições de

diários de viagem estrangeiros, a maioria deles das coleções impressas dos ingleses Richard Hakluyt e Samuel Purchas” (MORINET, 2020, p. 4). O livro, que consta somente no catálogo dos livros que foram apreendidos ao conde da Ega em 1813, foi fruto do colecionismo típico das luzes e “[...] ao reunir manuscritos dispersos e recolhidos sobre viagens, torna-se então um espaço de agrupamento de novos conhecimentos experimentais destinado a facilitar viagens futuras e a avançar o conhecimento humano” (MORINET, 2020, p. 16). Outra obra semelhante é a anônima *A New Collection of Voyages, Discoveries and Travels Containing Whatever is Worthy of Notice, in Europe, Asia, Africa and America* publicada na Inglaterra em 1767 e listada para venda no *Catalogo de livros que se vendem na loge da Impressão Régia [em] 1777*. Podemos incluir a *Collection Of Authentic, Useful, and Entertaining Voyages and Discoveries* de John Barrow, publicada em 1765 e presente no catálogo da Impressão Régia de 1772 (na edição original) e listada no catálogo da mesma Impressão Régia de 1777 e na lista de livros apreendidos ao Conde da Ega, em uma edição francesa de 1766. Por último, mas não menos importante, podemos citar o *Viajante Universal*, de Joseph Laporte, publicado originalmente como *Le voyageur françois, ou La connoissance de l'ancien et du nouveau monde* em 42 volumes (1765-1795). O livro aparece à venda no catálogo de George Rey de 1775, no de Pedro Joseph Rey de 1784 e a tradução portuguesa, levada a cabo por Francisco Rolland entre 1798 e 1815 (DENIPOTI, 2022, 87-113; p. 96) estava presente na biblioteca pública da Bahia e na biblioteca do Conde da Ega.

Os manuais sobre como viajar também fazem parte deste *corpus*, pois cada leitor é também um viajante em potencial que recorre aos guias (ROCHE, 2003, p. 110). Este é o caso das *Reflexions du Voyageur* de

1763, do abade Coninck, à venda no catálogo de José Jorge Rey de 1775 e do *Essai d'une methode generale propre a etendre les connoissances des voyageurs* de Etienne Munier, publicado em 1779 e listado nos papéis de Marino Miguel Franzini.

Embora deva ser inscrito mais no universo das instruções de viagens naturalistas, o *Compendio de observaçoens, que fôrmão o plano da viagem politica, e filosofica, que se deve fazer dentro da patria* de José Antonio de Sá (1783), encontrado no catálogo de vendas da Loja de João Henriques, no catálogo da loja de Paulo Martin e no catálogo da biblioteca pública da Bahia (1931, 1791 e 1818, respectivamente) pode ser considerado um desses manuais, pois era parte dos estudos dos naturalistas viajantes portugueses e, particularmente, luso-brasileiros que estudaram em Coimbra (MOSCATO, 2017, p. 81; PEREIRA & CRUZ, 2012),

Além dos relatos de Bougainville, Banks e La Perouse, outras viagens de circum-navegação foram descritas em livros e constavam dos catálogos portugueses em foco, a começar pela *Voyage autour du monde fait dans les années [1740,1 e 2]* do almirante inglês Georges Anson (publicada na Holanda, em 1749), cuja viagem pode ser considerada “com a última das grandes travessias do Pacífico inauguradas por Magalhães em 1519-1522, e como precursora das grandes expedições [do período] 1766-1778” (HUETZ DE LEMPS, 1992, p. 92; RAJ, 2000, p. 83) e que aparece na biblioteca do Conde da Barca e nos catálogos de venda da Impressão Régia. Este é também o caso do “não autorizado, anônimo *Voyage Round the World in His Majesty's Ship the Dolphin*, supostamente escrito por um dos oficiais” do comodoro John Byron sobre sua viagem feita entre 1764 e 1766 (NESVET, 2014), que constava no catálogo da Academia dos Guardas-Marinha. Como últimos exemplos, citamos os relatos de

viagem de François-César Le Tellier de Courtanvaux (publicado em 1768 e constante na biblioteca do conde da Barca) e dos capitães ingleses Georges Dixon e Nathaniel Portlock, do qual Marino Franzini listou uma cópia da tradução francesa, e o Conde da barca possuía uma edição original inglesa (ambas publicadas em 1789).

A AMPLIAÇÃO DO MUNDO CONHECIDO PELOS EUROPEUS

É possível ver, para além de obras individuais mais recorrentes, interesses geográficos que caracterizam o corpo de livros de viagem do século XVIII contidos nos catálogos analisados. Os relatos de viagem à América, incluindo aqueles ao Brasil - do *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil* de Jean de Léry (1880), publicado em 1578, até o *Travels in Brazil* de Henry Koster, publicado em 1816 - aparecem repetidamente em todos os catálogos estudados. Mesmo que não se repitam muitas vezes entre os diversos documentos, as diferentes viagens à América são descritas em cerca de trinta relatos distintos. Do mesmo modo, viagens dentro da Europa também compõem um grande número das obras encontradas (cerca de cinquenta títulos diversos). Estes relatos, parte da mística do *grand tour* iniciada no período barroco, também expõem o gosto e a curiosidade pelo exótico interno, em geral usando medidas de civilidade estabelecidas nas origens geográficas dos viajantes, o que fica particularmente evidente ao analisarmos os relatos de viajantes do norte da Europa sobre Portugal e Espanha (DENIPOTI, 2022, p. 252-277).

Porém, o sul do Oceano Pacífico foi provavelmente o espaço que atraiu mais interesse dos leitores e influenciou o próprio gênero literário e editorial das viagens (KOMMERS, 1988, p. 480-1). Motivados

pela falta de conhecimento concreto sobre o Pacífico Sul no fim do século XVII, as potências ocidentais do século XVIII incentivaram (exceto talvez quando guerrearam entre si) as expedições para a região, uma vez que o pensamento geográfico europeu considerava-a um “mistério do globo” (KOMMERS, 1988, p. 485). Nas palavras iniciais do seu prefácio ao *Histoire des nouvelles découvertes faites dans la mer du Sud* (à venda no catálogo da Impressão Régia de 1777) Anne François Joachim Fréville, tradutor das obras de Banks e Solander e de Dalrymple, anunciava os motivos desta atração:

A arte da navegação fez o progresso mais surpreendente, e o conhecimento do globo ainda é muito imperfeito. Uma parte considerável do hemisfério sul permaneceu desconhecida. Esta vasta praia contém em seu interior um imenso continente ou é ocupada apenas pelo oceano? Isto é o que não sabemos: nem sequer sabemos a devida extensão, a forma e a posição das terras reconhecidas pelos antigos navegadores (FRÉVILLE, 1744, p. v).⁵

Não surpreende, portanto, que uma grande quantidade de obras relativas às viagens aos mares do sul existissem nas bibliotecas e livrarias portuguesas do final do século XVIII, como a síntese de todas as viagens conhecidas até então à região austral, feita por Charles de Brosses (1756), usada como referência para as viagens do Capitão Cook e que, provavelmente, convenceu Bougainville a tornar-se um navegador viajante, constante no catálogo da Academia dos Guardas Marinha e no catálogo de venda da Impressão Régia de 1777.

Há um destaque especial para os relatos dos empreendimentos ingleses, viajantes tardios no cenário global, dominado pelos países Ibéricos e pela Holanda nos séculos anteriores. Curiosamente, o relato

⁵ Navegador escocês, funcionário da British East India Company.

do que foi provavelmente a última tentativa de estabelecer a dominação espanhola sobre o Pacífico - a expedição Malaspina, de 1789 (CUTTER, 2001, p. 74-76) - não surgiu em nenhum dos catálogos estudados.

Temos, então, como primeiro exemplo desta categoria de livros ingleses de sucesso no século XVIII, o *Voyage a la mer du Sud, fait par quelques officiers commandants le vaisseau le Wager*, tradução francesa (de 1756) da obra original (de 1743) escrita pelo artilheiro e pelo carpinteiro da viagem comandada por Georges Anson, mencionada acima (BULKELEY, 1743), contida na biblioteca da Academia dos Guardas Marinha e colocada à venda pela Impressão Régia em ambos catálogos (de 1771 e de 1777).

Outro exemplo - só listado à venda neste último catálogo (na tradução francesa de Fréville, de 1772) - foi a síntese de Alexander Dalrymple, geógrafo que foi o principal proponente da existência de um continente desconhecido no sul do Oceano Pacífico, a *Terra Australis Incognita* (DALRYMPLE, 2021). Dalrymple também foi considerado para comandar a expedição que acabou sendo de James Cook, e seu livro influenciou a Royal Society a organizar aquela viagem (WILLIAMS, 2001, p.7), bem como estabeleceu a agenda de explorações dada pelo almirantado nas instruções a Cook de julho de 1768 (WILLIAMS, 2001, p. 16).

Da mesma forma que as viagens de Bougainville e La Pérouse - que transitaram pelo Pacífico Sul em suas circum-navegações, as viagens do Capitão James Cook foram objeto de intensa atividade editorial, com cerca de uma dúzia de títulos publicados na Inglaterra entre 1771 e 1788. Atendo-nos somente aos que aparecem nos catálogos portugueses, destaca-se inicialmente o primeiro relato oficial da primeira viagem, com o pomposo título *Um relato das viagens empreendidas pela ordem de*

sua atual Majestade para fazer Descobertas no Hemisfério Sul, E sucessivamente realizadas pelo comodoro Byron, Capitão Wallis, Capitão Carteret e Capitão Cook, no Dolphin, no Swallow e no Endeavour: desenhado dos Diários que foram mantidos pelos vários Comandantes, E dos Papéis de Joseph Banks⁶ elaborado por John Hawkesworth em 1773, que continha a narrativa da viagem de Cook no segundo e no terceiro volumes (HAWKESWORTH, 1774; Ver: BALLANTYNE, 2018). Nos catálogos portugueses, o livro foi mencionado somente na tradução francesa do ano seguinte, tanto à venda na Impressão Regia em 1777, quanto na biblioteca da Academia dos Guardas Marinha. Temos a seguir a referência à coletânea francesa em cinco volumes intitulada *Voyage dans l'hémisphere austral, et autour du monde ... écrit par Jacques Cook* publicada em 1778 e presente no catálogo de Pedro Joseph Rey de 1784.



Fonte: COOK, 1785a.

6 Naturalista e explorador francês.



Fonte: Royal Museums Greenwich. Disponível em <https://www.rmg.co.uk/> acesso em 12/05/2022

A seguir, surgiu o primeiro relato (não oficial) da terceira viagem, um ano após o retorno dos navios e dois anos após a morte de Cook, intitulado *Journal of Captain Cook's last Voyage to the Pacific Ocean, on Discovery; performed in the Years 1776, 1777, 1778, 1779, illustrated with Cuts, and a Chart, shewing the Tracts of the Ships employed in this Expedition. Faithfully Narrated from the original MS*, publicado anonimamente, mas escrito por John Richman (1781). Marino Miguel Franzini listou um exemplar desse livro em seu “Catálogo da Livraria...”.

O primeiro relato oficial desta viagem foi publicado somente em 1784, a partir dos diários de bordo de Cook (1785a) editados por John Douglas. O catálogo da biblioteca dos Guardas Marinha citou um exemplar da edição do ano seguinte mas, como sempre neste catálogo, o título apareceu em português, sem que uma tradução tenha sido feita, o que pode indicar também uma tradução francesa da obra, feita provavelmente pelo enciclopedista Jean-Nicolas Dêmeunier (COOK, 1785b). Finalmente, temos o livro de David Samwell (1786) (listado por

Marino Miguel Franzini em sua biblioteca) *Détails nouveaux et circonstanciés sur la mort du capitaine Cook*, tradução de *A Narrative of the Death of Captain James Cook* publicado no mesmo ano, indicando, como no caso anterior, a agilidade do mercado editorial em torno das viagens ao Pacífico Sul em geral, e as de Cook, em particular.

Ainda sobre viagens ao Pacífico sul, encontramos:

- a) no catálogo da biblioteca do Conde da Barca, o livro *Voyage à la Nouvelle Guinée* de Pierre Sonnerat⁷ (1776), cujas obras ilustradas forneceram as primeiras descrições de plantas e animais da Ásia tropical;
- b) a edição francesa (presentes tanto na biblioteca do Conde da Barca quanto na de Marino Miguel Franzini) do relato de Thomas Forrest⁸ (1780) de sua viagem às ilhas Molucas e à nova Guiné, também publicada no mesmo ano que a obra original inglesa;
- c) a *Relation d'une expédition à la Baye Botanique* de Waltkin Tench⁹ (1789), tradução da obra britânica publicada no mesmo ano, listada nos papéis de Franzini;
- d) o *Journal of a Voyage to New South Wales* do médico irlandês John White (1790), que fazia parte da biblioteca do Conde da Barca em sua edição original, e do qual Marino Franzini listou um exemplar da tradução francesa de 1795;
- e) o livro de Willian Bligh (1790) sobre o motim no navio Bounty, ocorrido no processo de exploração britânica do Pacífico Sul e que tanto inspirou a filmografia do século XX, na tradução francesa de Daniel Lescallier¹⁰ coincidente com o ano da publicação original na Inglaterra, presente nas anotações de Franzini;

7 Tenente General da marinha britânica.

8 Administrador e navegador francês.

9 Oficial britânico que participou da segunda viagem de Cook.

10 Para reforçar o exemplo, o inventário dos livros do Bispo de Pernambuco, D. Thomaz da Encarnação Costa e Lima, não lista tampouco nenhum livro de viagem (VERRI, 2006, v. 2, p.140-155)

- f) a *Voyage du gouverneur Phillip à Botany-Bay*, constante também em ambos os catálogos de Franzini e do Conde da Barca (PHILLIP, 1791), tradução francesa da obra de 1791;
- g) o livro de James Colnett¹¹ (1798) intitulado *A voyage to the South Atlantic and round Cape Horn into the Pacific Ocean*, relatando a viagem que este oficial comandou à Antártica em 1793, presente no catálogo da Biblioteca Pública da Bahia.

Temos, finalmente, um exemplo literário na obra *Viagens de Henrique Wanton às terras incognitas australes*, tradução lisboeta do fim do século XVIII da obra do italiano Zaccaria Seriman (1749), no estilo das viagens imaginárias escritas por Daniel Defoe e Jonathan Swift. A obra de Seriman estava à venda “na Loja de João Henriques” em 1831, mas também foi encontrada na biblioteca da Rainha Carlota Joaquina (SOUZA, 2019, p. 100).

Em conjunção com a ampliação do conhecimento geográfico, científico e literário proporcionado pelas viagens de circum-navegação e as de descobertas no Pacífico, o conjunto de obras contidos nos catálogos portugueses parece apontar também para outro espaço desconhecido na Eurásia – particularmente o Império Russo, a Sibéria e as terras russas próximas ao Japão. Essa região passou, aos olhos do Ocidente europeu, de espaço oriental (pois servia como rota de acesso terrestre à Pérsia e China) ao status de parte da Europa, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

A abundância de literatura de viagem para esses espaços reflete isso, a começar por uma das obras responsáveis por construir a imagem

11 *An Account of the Voyages undertaken by the order of his present Majesty for making Discoveries in the Southern Hemisphere, And successively performed by commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret, and Captain Cook, in the Dolphin, the Swallow, and the Endeavour: drawn up from the Journals which were kept by the several Commanders, And from the Papers of Joseph Banks*

da Rússia aos olhos do ocidente ao fim do século XVII - a *Relation du voyage d'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie et Perse*, do bibliotecário a serviço do duque Frederico III de Schleswig-Holstein, que viajou para a região entre 1633 e 1634 e, novamente, em 1643 (CHABIN, 1996, p. 44). Publicada originalmente em alemão em 1647, a obra conheceu um amplo sucesso editorial, com traduções em diversas línguas. As traduções francesas começam a surgir em 1656 (KOLLMANN, 2015, p. 137) continuando pelo século seguinte. Os catálogos estudados listam a obra em uma edição de 1659 na biblioteca dos Guardas Marinha e outra edição, feita em Amsterdã em 1727, na biblioteca do conde da Barca (OLEARIUS, 1659; 1727).

A Impressão Régia ofereceu para a venda, em 1772, o livro *Travels from San Petersburg in Russia to Diverse Parts of Asia* de John Bell (1763) que serviu em duas embaixadas russas à China e à Pérsia entre 1715 e 1718, e voltou a Moscou em 1722, contribuindo com seu livro para a construção de um “outro imperial” inglês nas comparações com o reino do Tsar (BINNEY, 2017, p. 386). Concomitantemente, vimos acima o impacto editorial da obra de Gerhard Friederich Muller (1766) e sua presença nos diversos catálogos em foco. Também compõem esse *corpus* a *Voyage en Sibérie* de Johann Georg Gmelin (1767), botânico alemão que assumiu, em 1731, a cátedra de química e história natural na recém criada Academia de Ciências de São Petersburgo (que encontramos tanto nos papéis de Marino Miguel Franzini quanto na biblioteca dos Guarda Marinha), e a *Histoire de Kamtschatka* do naturalista russo Stephan Petrovich Krascheninnikov (1767), à venda na Impressão Régia em 1777.

Um grande sucesso editorial foi o livro do abade Chappe d'Auteroche (1768), *Voyage en Sibérie fait par ordre du roi en 1761*, recebido

com alarde pela nascente imprensa iluminista, e que ampliou a “ilusão russa”, pois o livro surgiu no momento em que os *philosophes* eram bastante russófilos, ao passo que o Abade construiu uma narrativa que criticava, ao longo de todo o texto, o “despotismo” e a escravidão russos (MERVAUD, 1998, p. 838). A obra, presente nos catálogos de venda da Imprensa Régia e na biblioteca do conde da Barca, suscitou uma resposta “oficial” em forma do livro *Antidote ou examen du mauvais livre superbement imprimé intitulé “Voyage en Sibérie fait par ordre du Roi en 1761”* (contido na biblioteca do conde da Barca) que, embora às vezes atribuído a Catarina II, foi provavelmente escrito pela princesa Dashkova (1770), figura proeminente do iluminismo russo, que buscou rebater as críticas da obra original, gerando igualmente um debate bastante público nos meios iluministas franceses (MERVAUD, 1998, p. 841).

Continuando a sequência de obras referentes às viagens à Rússia, são encontradas duas traduções francesas de livros do pastor Willian Coxe: a *Nouvelles decouvertes des russes entre l' Asie et l'Amerique* (COXE, 1781), citada por Marino Miguel Franzini em seu catálogo, e *Voyage en Pologne, Russie, Suède, Dannemarc* (COXE, 1786) que aparece na biblioteca do conde da Barca. Também publicada em 1781, há a *Histoire des Découvertes faites par divers savans voyageurs, dans plusieurs contrées de la Russie & de la Perse*, que aparece no catálogo de Marino Franzini. O livro é uma coleção dos relatos de Peter Pallas, Samuel Gotlieb Gmelin e outros - sendo provavelmente obra pirata feita pela *Nouvelle Société Typographique* - uma “confederação de piratas” suíços do período criada com o intuito de fazer edições de grande aceitação entre o público leitor europeu (DARNTON, 2021, p. 155). Incluída nesta coletânea, a narrativa de Peter Simon Pallas, zoólogo e botânico prussiano que trabalhou na

Rússia entre 1797 e 1810 também foi encontrada nas bibliotecas do Conde da Barca e na Biblioteca Pública da Bahia. As *Voyages de m. P. S. Pallas, en différentes provinces de l'empire de Russie, et dans l'Asie septentrionale*, publicadas entre 1788 e 1793, somavam-se às *Observations faites dans un voyage entrepris dans les gouvernements méridionaux de l'empire de Russie*, de 1801 (este último somente presente na biblioteca do Conde da Barca).



Fonte: CHAPPE D'AUTEROCHÉ (1768).

A série tem ainda a obra de Nathaniel Wraxall (1777) *Voyage au nord de l'Europe* (no catálogo de Franzini), tradução francesa de *Cursory Remarks made in a Tour through some of the Northern Parts of Europe*

originalmente publicada em 1775 (Binney, 2017, p. 397) e, na biblioteca da Academia dos Guardas-Marinha, o relato de viagem à “Inglaterra, Rússia e Suécia” de Daniel Lescallier (1800), tradutor francês do livro sobre o motim no navio *Bounty*, citado acima.

CONCLUSÕES (POSSÍVEIS)

O trabalho com catálogos permite abordagens à história do livro que não são comumente adotadas pois frequentemente não lidam com os livros em si, mas com um tipo de epitexto, lidando com formas de organização e de construção de hierarquias do conhecimento (ver DENIPOTI, 2022, 17-27; p. 18; FERRAZ, 2017, p.39). Embora muitas das bibliotecas e livrarias não tenham tido continuidade física - os livros raramente sobrevivendo aos catálogos - a ideia da biblioteca materializa-se nesses documentos.

No âmbito da análise proposta - livros de viagem contidos nos catálogos portugueses e brasileiros da virada do século XVIII para o XIX - destacam-se, além das ofertas para venda, as bibliotecas de figuras e instituições proeminentes no desenvolvimento e difusão de conhecimento “científico” ou, ao menos, inspirado em uma certa ideia de ciência - Marino Miguel Franzini, José Maria Dantas Pereira e a biblioteca da Academia dos Guardas Marinha, António de Araújo e Azevedo (o 10 conde da Barca) e a biblioteca pública da cidade da Bahia. Esses catálogos, redigidos majoritariamente no começo do século XIX, demonstram diversas características comuns às bibliotecas do período, principalmente as formas de construção de catálogo, inspiradas nos desenvolvimentos “filosóficos” do século XVIII (FERRAZ, 2017, p.42-48), e as preferências bibliográficas dos responsáveis pelas coleções.

Vale notar que os catálogos “religiosos” - ou seja, de instituições ou indivíduos marcadamente comprometidos com a igreja católica, como Frei Cenáculo, quase não listam obras de viagem, e as que listam são do século XVII ou muito cedo no século XVIII. O *Catálogo dos livros da Livraria do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora* contém apenas três livros de viagens em 300 páginas do catálogo manuscrito: a *Viage de la ... Reyna Doña Maria Ana de Austria ...hasta la real corte de Madrid* de Don Hieronymo Mascarenãs, publicado em 1650; o relato da viagem de Maximilien Mission à Itália publicado em Paris em 1741 e a coleção de *Voyages Historiques de L'Europe* de Claude Jordan de Colombier, publicada em oito volumes em 1698. O *Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1797* listou apenas o *Jornal da Viagem de Antonio de Brito Freires na Náo N.Snr^a do Monte Alegre em 1752* sobre o qual não conseguimos mais informações. No *Indice que mandou fazer O M. R. P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abbade deste Mosteiro de S. Bento da Saude* também há apenas uns poucos volumes de viagens do século XVII ao passo que o *Catálogo dos livros que há no convento das carmelitas descalças* não listou nenhuma obra que se encaixasse nos critérios deste estudo.¹²

Nota-se assim que o contraste estereotípico de luzes X religião encontra uns poucos ecos nesse tipo de documentação (sem jamais querer incluir Frei Cenáculo somente em um campo religioso anti-iluminista, o que seria um *reductio ad absurdum* da complexa biografia deste personagem e sua relação com os livros e bibliotecas (ver: BRIGOLA, 2014; VAZ, 2005; PILLATI, 2015). Não obstante, perceber que

12 “Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues de toutes les nations connues”.

as bibliotecas de Franzini, Araújo e Azevedo e a organizada por Dantas Pereira possuem a maior parte das obras da literatura de viagem, serve também para situar essa literatura com seus “leitores ideais”, como indivíduos comprometidos com o avanço do conhecimento sobre o espaço em seu próprio tempo.

O estudo reforça também a importância do mercado editorial em língua francesa em Portugal, enfatizando a dominância do Francês como língua franca (sem trocadilhos) do período, particularmente no que tange ao espectro editorial relacionado, de alguma forma, com as luzes (DENIPOTI, 2022, 27-42; p. 36). Neste universo editorial, ficou também evidente a dinâmica das traduções dos relatos de viagens - quase simultâneas ou com um ou dois anos de diferença, como comprovam diversos exemplos citados ao longo do texto - em geral da língua original para o francês nas obras listadas nos catálogos estudados. É um dado que revela o apelo comercial deste tipo de literatura, além de enfatizar o interesse dos leitores em geral pelo tema.

Os proprietários ou responsáveis pelas bibliotecas cujos catálogos forneceram o maior número de obras são classificáveis na República das Letras luso-brasileira, tanto por seus trabalhos no campo da ciência (NUNES, 1988, p. 17. DENIPOTI, 2022, 113-134; p. 114; e p. 135; FERRAZ, 2017) quanto por suas atuações administrativas e políticas nos diversos polos de confronto do período. Em função disso, é tentador buscar ver alguma espécie de relação entre o interesse por essa literatura e as dimensões e interesses imperiais de Portugal no período, para além das trocas culturais estabelecidas pelo comércio de livros (SCARATO, 2018, p. 166). Mas isso é matéria para outros estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTAN-COPPOLA, S. Les voyages portugais dans l'Histoire générale des voyages de l'abbé Prévost. *Dix-huitième siècle*, v. 31, n. 1, p. 491-506, 1999.
- BELL, J. *Travels from San Petersburg in Russia to Diverse Parts of Asia*. Glasgow: Folliis, 1763.
- BINNEY, M. Empire, Spectacle and the Patriot King: British Responses to Eighteenth-Century Russian Empire. *Quaestio Rossica*. 2017. T. 5. Nº 2, v. 5, n. 2, p. 385-405, 2017.
- BRIGOLA, J. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814): o colecionador compósito. *Revista Artis*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 2, 2014, pp. 32-37.
- CAMBRY, J.; TENCH, W. *Fragmens du dernier voyage de La Pérouse*: Quimper : P.M. Barazer, an V.
- COLNETT, J. *A voyage to the South Atlantic and round Cape Horn into the Pacific Ocean*, London: 1798.
- BALLANTYNE, T. (Ed.). *Science, empire and the European exploration of the Pacific*. London: Routledge, 2018.
- BANKS, J.; SOLANDER, D. C.; FRÉVILLE, A. F. *Supplément au Voyage de M. de Bougainville: ou, Journal d'un voyage autour du monde*. Paris: Saillant et Nyon, 1772.
- BANKS, J.; SOLANDER, D. C.; FRÉVILLE, A. F. *Journal d'un voyage autour du monde en 1768, 1769, 1770, 1771*. Paris: Saillant et Nyon, 1772.
- BILLARDIÈRE, J. J. H. de la. *Atlas du voyage de La Pérouse* [Document cartographique] [Paris] : [Imprimerie de la République], [1797] .
- BILLARDIÈRE, J. J. H. de la: *Relation du voyage à la recherche de La Pérouse, fait par ordre de l'Assemblée constituante pendant les années 1791, 1792 et pendant la 1re et la 2e année de la République françoise* par le cen Labillardière,... : Paris : G. H. J. Jansen, an VIII [1799].
- BLIGH, W. *Relation de l'enlèvement du navire "Le Bounty"*. Paris: Didot 1790.
- DE BOUGAINVILLE, L. A. *Voyage autour du monde par la frégate la Boudese et la flûte l'Étoile*: en 1766, 1767 & 1769. Paris: chez Saillant & Nyon, libraires, 1771.

- BOXER, C. R. A Fidalgo in the Far East, 1708–1726: Antonio de Albuquerque Coelho in Macao. *The Journal of Asian Studies*, v. 5, n. 4, p. 387–410, 1946.
- DE BROSSES, C. *Histoire des navigations aux terres Australes*. Paris: chez Durand, 1756.
- BULKELEY, J. A voyage to the South Seas, in the years 1740–1: Containing a faithful narrative of the loss of His Majesty's Ship the [sic] Wager on a desolate island in the latitude 47 south, longitude 81: 40 west... Interspersed with many entertaining and curious. 1743.
- CHABIN, M.-A. Moscovie ou Russie ? Regard de Joseph-Nicolas Delisle et des savants français sur les États de Pierre le Grand. In: *Dix-huitième Siècle*, n°28, 1996. L'Orient. pp. 43–56
- DAŠKOVA, E. R. *Antidote ou examen du mauvais livre superbement imprimé intitulé " Voyage en Sibérie fait par ordre du Roi en 1761 contenant les moeurs [...]. S./l; s./ed., 1770.*
- D'AUTEROCHE, J. C. *Voyage en Sibirie, fait par ordre du roi en 1761*. Paris: Debure pere, 1768.
- COOK, J. A voyage to the pacific Ocean undertaken by the command of his Majesty for making discoveries in the Northern hemisphere to determine the position and extent of the West Side of North America. London: H. Hughs 1785a.
- COOK, J. *Troisième voyage de Cook, ou voyage à l'océan Pacifique, ordonné par le roi d'Angleterre pour faire des découvertes dans l'hémisphère Nord, pour déterminer la position et l'étendue de la Côte Ouest de l'Amérique septentrionale...*, traduit de l'anglais par [M. Demeunier]. Paris: Hôtel de Thou, 1785b.
- COURTANVAUX, F.-C. Le T. *Journal de voyage de M. le marquis de Courtanvaux, sur la frégate l'Aurore, pour essayer par ordre de l'Académie, plusieurs instrumens relatifs à la longitude*. Mis en ordre par M. Pingré. Paris: de l'Imprimerie royale, 1768.
- CUTTER, D. C. Malaspina and the shrinking Spanish lake. In: LINCOLN, M. (Ed.). *Science and exploration in the Pacific: European voyages to the southern oceans in the eighteenth century*. Boydell & Brewer, 2001, p. 73–80.
- DALRYMPLE, A. *Voyages dans la mer du Sud: par les Espagnols et les Hollandois*. Paris: Saillant & Nyon, 1772.

DALRYMPLE, A. (1737–1808), *Australian Dictionary of Biography*, National Centre of Biography, Australian National University, <https://adb.anu.edu.au/biography/dalrymple-alexander-1949/text2341>, published first in hardcopy 1966, accessed online 31 March 2022.

DARNTON, R. *Pirating and Publishing; The Book Trade in the Age of Enlightenment*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

DENIPOTI, C. *Um livro sobre livros; Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

D'EXILES, A. F. P. *Voyages Du Capitaine Robert Lade En Differentes Parties De L'Afrique, De L'Asie Et De L'Amerique: Contenant L'Histoire de sa fortune, & ses Observations sur les Colonies & le Commerce des Espagnols, des Anglois, des Hollandois, &c. Ouvrage traduit de l'Anglois*. Paris: Didot, 1744.

D'EXILES, A. F. P. *Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre*. Paris: Didot-Rozet, 1746.

DIDEROT, D. Supplément au voyage de Bougainville. In: BOURLET DE VAUXCELLES, Simon-Jérôme. *Opuscules philosophiques et littéraires, la plupart posthumes ou inédites*. Paris: Impr. nationale, 1796.

DISNEY, A. R. *A history of Portugal and the Portuguese empire: Volume 2: The Portuguese Empire: From beginnings to 1807*. Cambridge University Press, 2009.

DIXON, G.; PORTLOCK, N. *Voyage autour du monde et principalement à la côte nord-ouest de l'Amérique, fait en 1785, 1786, 1787 et 1788, à bord du King-George et de la Queen-Charlotte, par les capitaines Portlock et Dixon*. Traduit de l'Anglois, par M. Lebas. Paris, 1789.

DIXON, G.; PORTLOCK, N. *A Voyage round the World, but more particularly to the North-West Coast of America...* in 1785-1788. London: John Stockdale and George Goulding, 1789.

FERRAZ, M. H. M. A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca. *Circumscribere*, v. 19, p. 34-49, 2017.

FRÉVILLE, A. F. J. *Histoire des nouvelles découvertes faites dans la mer du Sud en 1767, 1768, 1769 & 1770*. Paris: De Hansy, le jeune, 1774.

GMELIN, J.-G. I. *Voyage en Sibérie*. Paris: Desaint, 1767.

GUERREIRO, J. T. de V. et al. *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador, e Capitao General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar á dita Cidade no anno de 1718: dividida em duas partes/escrita pelo Capitao Joao Tavares de Vellez Guerreiro*. Lisboa Occidental, na Officina da Música, 1732.

LA HARPE, J.-F. de et al. *Abrégé de l'Histoire générale des voyages* [de A.-F. Prévost, A. Deleyre, A.-G. Meusnier de Querlon et Rousselet de Surgy]: contenant ce qu'il ya de plus remarquable, de plus utile & de mieux avéré dans les pays ou les voyageurs ont pénétré: Paris: Hôtel de Thou, 1780.

HAWKESWORTH, J. *Relation des voyages entrepris... pour faire des decouvertes dans l'hemisphere meridional et successivement executes par le Commodore Byron, le Capitaine Carteret, le Capitaine Wallis et le Capitaine Cook (etc.)*. Paris: Saillant et Nyon, 1774.

HUETZ DE LEMPS, C.; BUCHET, C. *Le tour du monde de l'Amiral Anson (1740-1744)*. «Le père de la Royal Navy», 1992. In: *Cahiers d'outre-mer*. N° 177 - 45e année, Janvier-mars 1992. pp. 92-93.

JUNQUEIRA, M. A. *Velas ao mar: US Exploring Expedition (1838-1842)*. A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos. Intermeios Casa de Artes e Livros, 2015.

KOLLMANN, N. S. *Tracking the Travels of Adam Olearius* In: DI SALVO, M.; KAISER, . H.; KIVELSON, V. A. *Word and Image in Russian History: Essays in Honor of Gary Marker*. Academic Studies Press, 2015.

KOMMERS, J. "The significance of 18th-century literature about the Pacific for the development of travel literature." *Bijdragen Tot de Taal-, Land- En Volkenkunde*, vol. 144, no. 4, [Brill, KITLV, Royal Netherlands Institute of Southeast Asian and Caribbean Studies], 1988, pp. 478-93, <http://www.jstor.org/stable/27863980>.

KOSTER, H. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816.

KRAŠENINNIKOV, S. P. *Histoire de Kamtschatka, des isles Kurilski, et des contrées voisines*. Lyon: chez Benoit Duplain, 1767.

LAPORTE, J. de. *O viajante universal, ou Noticia do mundo antigo e moderno*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1798.

LESCALLIER, D. *Voyage en Angleterre, en Russie et en Suède, fait en 1775*. Paris: Chez Firmin Didot, libraire, 1800.

LERY, J. de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Paris : Alphonse Lemerre, Éditeur, 1880.

LESSEPS, J.-B.-B. de. *Journal historique du voyage de M. de Lesseps, [...] dans l'expédition de M. le comte de La Pérouse, en qualité d'interprète du Roi ; depuis l'instant où il a quitté les frégates françaises au port Saint-Pierre & Saint-Paul du Kamtschatka, a Paris, L'imprimerie de la République, 1790.*

MERVAUD, M. L'envers du « mirage russe » : Deleyre et Chappe d'Auteroche. In: *Revue des études slaves*, tome 70, fascicule 4, 1998. pp. 837-850.

MORINET, M. «Publier les curieuses découvertes»: l'entreprise éditoriale de Melchisédech Thévenot dans ses Relations de divers voyages curieux (1663-1672). *Pratiques et formes littéraires* 16-18, 2020.

MOSCATO, D. C. *O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX*. Curitiba: Tese, Doutorado em História, UFPR, 2017.

MÜLLER, G. F. *Voyages et Découvertes faites par les Russes le long des côtes de la mer glaciale & sur l'Océan Oriental, tant vers le Japon que vers l'Amérique. On y a joint l'Histoire du Fleuve Amur et des pays adjacens*. Amsterdam: Marc Michel Rey, 1766.

NESVET, R. Patagonian Giants, Frankenstein's Creature, and Contact Zone Catastrophe. *Essays in Romanticism*, v. 21, n. 1, p. 53, 2014.

NUNES, M. de F. *O liberalismo português: ideário e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Centro de Historia da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

OLEARIUS, A. *Relation du voyage d'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie et Perse*, Paris, J. Du Puis, 1659.

OLEARIUS, A. *Relation du voyage d'Adam Olearius en Moscovie, Tartarie et Perse*, Amsterdam, Chez Michel Charles Le Céne, 1727.

- PATACA, E. M. Coletar, preparar, remeter, transportar práticas de história natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 4, n. 2, p. 125-138, 2011.
- PEREIRA, M. R. de M.; CRUZ A L. *Instructio Peregrinatoris*. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. In: KURY, L.; GESTEIRA, H. (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- PÉROUSE (DE LA), J.-F. de G. et al. *Voyage de La Pérouse autour du monde*, publié conformément au décret du 22 avril 1791, et rédigé par M^{le} Milet-Mureau,.. L'imprimerie de la République, 1797.
- PÉROUSE (DE LA), J.-F. de G.; VILLERS, C. de. *Relation abrégée du voyage de La Pérouse pendant les années 1785, 1786, 1787 et 1788: pour faire suite à l'Abrégé de l'histoire générale des voyages*, par Laharpe, avec portrait, figures et carte. A Leipsick [ie Leipzig], 1799.
- PILLATI, J. J. *À real bibliotheca publica de Lisboa pelo seu inspirado estabelecimento em utilidade e credito nacional dos seus livros: o universo do conhecimento e dos livros nas cartas do frei Manuel do Cenáculo*. UEPG, mestrado em História, 2015.
- PRATT, M. L. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RAJ, K. 18th-century Pacific voyages of discovery, “big science”, and the shaping of an European scientific and technological culture. *History and Technology, an International Journal*, v. 17, n. 2, p. 79-98, 2000.
- RICKMAN, J. *Journal of Captain Cook's Last Voyage to the Pacific Ocean: On Discovery; Performed in the Years 1776, 1777, 1778, 1779, Illustrated with Cuts, and a Chart, shewing the Tracts of the Ships employed in this Expedition*. London: E. Newberry, 1781.
- ROCHE, D. *Humeurs vagabondes: de la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.
- SÁ, J. A. de. *Compendio de observaçoens: que fôrmaõ o plano da viagem politica, e filosofica, que se deve fazer dentro da patria*. Lisboa: Na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

SALVATORE, R. *Los lugares del saber. Contextos locales y redes trasnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo editora, 2007.

SAMWELL, D. *Détails nouveaux et circonstanciés sur la mort du capitaine Cook*. Paris: Chez Nee de la Rochelle, 1786.

SCARATO, L. Booksellers' Catalogues and Readership in the Luso-Brazilian World. In: BAUTZ, A.; GREGORY, J. (eds). *Libraries, Books, and Collectors of Texts, 1600–1900*. London: Routledge, 2018. p. 155–171.

SERIMAN, Z. *Viaggi di Enrico Wanton alle terre incognite australi ed ai regni delle Scimmie e dei Cinocefali*. Venezia, 1749. [SERIMAN, Zaccaria. *Viagens de Henrique Wanton às terras incognitas australes*, Lisboa: na Typographia Regia Silviana, 1799.]

SONNERAT, P. *Voyage a la Nouvelle Guinée*. Paris: Ruault, 1776.

SOUZA, M. S. de. Catálogo da biblioteca da rainha D. Carlota Joaquina. *História (São Paulo)*, v. 38, 2019.

TENCH, W. *Relation d'une expédition à la baye Botanique*. Paris: Chez Knapen Fils, 1789.

THÉVENOT, M. *Relations de divers voyages curieux: qui n'ont point été publiées ou qui ont été traduites d'Hacluyt, de Purchas et d'autres voyageurs anglois, hollandois, portugais, allemands, espagnols, et de quelques persans, arabes, & autres auteurs orientaux*. Paris: Chez André Cramoisy, 1664.

VAZ, F. A. L. Jansenismo e regalismo no pensamento e na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo. *Eborentia*, v. 35, p. 61–81, 2005.

VERRI, G. M. W. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

WILLIAMS, G. The Endeavour voyage: a coincidence of motives. In: LINCOLN, M. (Ed.). *Science and exploration in the Pacific: European voyages to the southern oceans in the eighteenth century*. Boydell & Brewer, 2001, p. 3–18.

WILLIAMS, R. L. *French botany in the enlightenment: the ill-fated voyages of La Pérouse and his rescuers*. Springer Science & Business Media, 2013.

WHITE, J. *Journal of a voyage to New South Wales*. London: Debrett, 1790.

WRAXALL, N. W. *Voyage au nord de l'Europe particulièrement à Copenhague, Stockholm, et Petersbourg*: trad. de l'anglois d'après la 2. éd.; contenu dans une suite de lettres. Rotterdam: Bronkhorst, 1777.

EL PROCESO DE ESCOLARIZACIÓN EN LAS ESCUELAS DE PRIMERAS LETRAS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 1770-1820¹

*Juan Gerónimo Balduzzi*²

En este artículo analizo algunos aspectos del desarrollo de las escuelas de primeras letras, entre 1770 y 1820, en la ciudad de Buenos Aires, considerando específicamente la enseñanza de los varones. Estas escuelas eran, en aquel tiempo, las encargadas de la enseñanza de la doctrina cristiana, la lectura, la escritura y el cálculo.

En el período analizado las mismas sufrieron una transformación de importancia. Si al comienzo del mismo encontramos el típico conglomerado educativo característico del antiguo régimen, con distinto tipo de instituciones que brindaban esta enseñanza, sin mayor articulación entre sí ni coordinación por alguna instancia superior (CUCUZZA, 1996), hacia el final de mismo vemos que ha comenzado a constituirse una primera red de escuelas públicas, dependientes del Cabildo de la Ciudad, que han comenzado a homogeneizarse, con una dirección político educativa a cargo de la misma, reglamentos que rigen la vida de las escuelas y un embrionario mecanismo de supervisión administrativa. Estos cambios resultan significativos desde el punto de

¹ Este trabajo fue desarrollado en el marco de la investigación "Accesos y exclusiones a la cultura escrita desde mediados del siglo XVIII hasta mediados del siglo XIX en el espacio territorial bonaerense", dirigido por la Dra. María Cristina Linares, en el marco del Programa HISTELEA, que dirige la Mg. Paula Spregelburd, en la Universidad Nacional de Luján. Una versión del mismo fue presentada en el V Coloquio Cultura e Educação no mundo Ibérico realizado en la Universidad Estadual de Londrina, Brasil, entre los días 8 y 11 de noviembre de 2021.

² Universidad Nacional de Luján (Buenos Aires, Argentina).

vista del proceso de escolarización de la educación elemental. Una perspectiva que – con algunas excepciones – no ha sido suficientemente abordada.

Un segundo aspecto poco estudiado, que analizaré, es la influencia que las ideas educativas ilustradas tuvieron en estas escuelas en Buenos Aires, más allá de ciertas cuestiones generales ya establecidas. En general subsiste cierta idea de que si bien se produjeron ciertas realizaciones, los ideales ilustrados finalmente no se habrían concretado (RAMOS, 1910).

Las escuelas de primeras letras resultaron muy estudiadas en nuestro país durante la primera mitad del siglo XX. De esta primera etapa destacaré las obras de Ramos (1910), Probst (1940), Salvadores (1941), Cháneton (1942), Furlong (1944), y más recientemente Zuretti (1984), trabajos que configuraron – más allá matices y debates –, lo que puede denominarse una “imagen canónica” sobre las mismas.

Respecto a la producción contemporánea, hay pocos trabajos de orden general que realicen aportes actualizados referidos a las escuelas de la ciudad durante el período en cuestión. Si los encontramos referidos a un momento posterior, como los de Newland (1992), que analiza la educación elemental en la ciudad en el período 1820-1860, y Narodowski (1994), que se detiene en la experiencia lancasteriana en Buenos Aires en la década de 1820. Se han producido una mayor cantidad de trabajos para la campaña bonaerense, donde destacan diversos trabajos de Bustamante Vismara (2007), si bien se centra más en el siglo XIX, particularmente el período 1820-1860, así como los trabajos de Barral (2007) y Lionetti (2012). También hay producciones sobre temas más específicos, como la lectura y la cultura escrita en el período (CUCUZZA, 2012).

En definitiva, si bien existe una importante producción historiográfica sobre las escuelas de primeras letras, se hace necesaria una revisión, particularmente sobre las escuelas de la ciudad, pues tanto los criterios historiográficos utilizados para elaborarla como el conocimiento general sobre el período han sufrido importantes cambios.

Para analizar el proceso de escolarización he partido de las consideraciones que han realizado Cucuzza (1996) y Pineau (1996). Este proceso se manifiesta “a través del acotamiento progresivo de las acciones educativas”, que se expresa a través de distintos tipos de normativas educativas (CUCUZZA, 1996, p. 137-138).

Una cuestión que debemos tener presente -para evitar miradas anacrónicas- es que conceptos como “escuela” o “clase” han variado de acuerdo al tiempo y al lugar de uso, así como también las realidades a las que aludían se fueron modificando. Si consultamos la definición que nos brinda el *Diccionario de Autoridades* de la Real Academia Española (1732) durante la primera mitad del siglo XVIII sobre “escuela”, podemos leer que esta es “La casa o pórtico donde enseñan a leer y escribir a los niños”. Como vemos, el diccionario se refería al lugar donde se desenvolvía una tarea, un oficio, más que a algún tipo de institución, ni siquiera un espacio físico cerrado o claramente delimitado.³ Una conceptualización diversa es la que encontramos a comienzos del siglo XIX en las ideas que plantea Manuel Belgrano en una de sus notas sobre educación del *Correo de Comercio*, pues allí habla de “establecimientos”, es decir, piensa a las escuelas como una institución u organización. La diferencia entre uno y otro concepto no es sólo semántica, no solo alude

3 No es distinta a la definición que encontramos en el mismo diccionario para otros lugares donde se desarrollaban otros oficios. Una “carpintería” era el “Taller o tienda donde trabaja el carpintero”.

al significado sino que implica las prácticas que se llevaban adelante dentro de esas las escuelas. Lo expresado por Belgrano está mucho más cerca del significado actual⁴ e implica, sin duda, una mayor complejidad en su mirada desde la perspectiva institucional.

ANTECEDENTES

Durante el siglo XVIII, hasta el momento de su expulsión, los jesuitas atendieron la mayor parte de la demanda educativa con dos escuelas que tenían en la ciudad, en el Colegio de San Ignacio y en la Residencia de Belén, que al parecer contaban en total con ocho aulas para la enseñanza de las primeras letras, seis en el primero y dos en la segunda. Esto nos indica que la concurrencia posiblemente fuese numerosa, si bien debemos recordar que en este tiempo la enseñanza de la lectura y la escritura estaba diferenciada, se enseñaba en primer término a leer y posteriormente a escribir y contar, por lo que solían tener espacios diferenciados; al parecer este era el caso en estas escuelas. El Colegio de San Ignacio era el principal de la ciudad, en el que se impartían, además de primeras letras, estudios superiores (gramática latina, filosofía y teología) (FURLONG, 1944, p. 171-174 y 353).

Entre las otras órdenes religiosas, también los franciscanos tenían aulas de primeras letras en el convento de Buenos Aires (CHÁNETON, 1942, p. 210). Asimismo, también había enseñanza en algunas capillas, como la de Monserrat, donde el sacristán Matías Fernández de Baldimo había pedido “Lizencia” al Cabildo eclesiástico en 1762 para “Poner escuela” (PROBST, 1940, p. 18).

⁴ Las dos primeras entradas del diccionario nos plantean que una escuela es un “establecimiento público”, un “establecimiento” o una “institución”, “donde se da a los niños la instrucción primaria” o “se dan o se reciben ciertos tipos de instrucción” (*Diccionario de la lengua española*, 2014).

El Cabildo de Buenos Aires no tenía escuelas a su cargo – salvo durante la década de 1720 –, pero sí regulaba su funcionamiento en su jurisdicción y otorgaba autorización a los maestros particulares para establecerse. Dos maestros la habían solicitado en 1745 y 1748 (CHÁNETON, 1942, p. 165). Y probablemente hubiera maestros y maestras no registrados por el Cabildo.

En cuanto a las regulaciones, observamos que tradicionalmente era el Cabildo civil el que otorgaba las licencias a los maestros particulares laicos para ejercer en la ciudad y el obispo (o el Cabildo religioso) quien la daba a los religiosos (PROBST, 1940, p. 63-64), siguiendo el ordenamiento político, administrativo y legal propio de la época, aunque se daba a veces el caso que un religioso pidiera la autorización a la autoridad civil. Los Cabildos otorgaban la licencia a los maestros para enseñar, fijaban lo que podían cobrar, les concedían a veces local y en alguna ocasión los subvencionaron con sus *propios*, fijaban a la vez las condiciones básicas que estos debían cumplir: ser “Christianos viejos, y de buena vida y costumbres”, enseñar doctrina cristiana, a leer, escribir y contar; en algunos casos se les pedía que lo hicieran sin cobrar a los niños pobres (PROBST, 1940, p. 15-18; CHÁNETON, 1942, p. 122-124).⁵

Las órdenes religiosas – por su parte –, contaban con sus propias regulaciones, que generalmente indicaban la necesidad de que algún hermano se encargara de la enseñanza de las primeras letras. En el caso de los jesuitas, estos habían elaborado una sistematización de la organización de la enseñanza que brindaban en sus instituciones educativas en la *Ratio Studiorum*, por la cual se regían; por ello se ha

⁵ En España y también en México esta función asimismo la podían cumplir los gremios de maestros, que examinaban a los postulantes, tal lo que establecía una ordenanza de 1695, renovada en 1753 (CHÁNETON, 1942, p. 43).

señalado que constituían un sistema ecuménico (CUCUZZA, 1996). Si bien la enseñanza de las primeras letras no estaba comprendida dentro de este ordenamiento pedagógico, ya que en principio no era de su interés, en algunos casos – si había pedidos específicos –, se ocupaban de la misma (CHÁNETON, 1942, p. 24). En diversas ciudades coloniales del actual territorio argentino los jesuitas se hicieron cargo de esta enseñanza; si se dedicaban solo a ella, sus establecimientos se denominaban Residencias, si incluían la enseñanza superior pasaban a llamarse Colegios (DI STEFFANO y ZANATTA, 2009, p. 143).

Las escuelas de primeras letras de los jesuitas contaban con las reglamentaciones establecidas por el Padre Rada, Superior de la Orden de la Provincia del Paraguay, en 1666, donde se prescribía – en forma bastante genérica – la organización de sus actividades diarias, que incluían la participación de los niños en actividades religiosas, también se daban algunas indicaciones para la enseñanza de la escritura y sobre la utilización de los alumnos más hábiles como ayudantes:

2. Luego que se junten, dicha la oración Dios te salve, Hija de Dios Padre, etc. con un Padre Nuestro y Ave María, y al fin el Alabado, el Maestro les enseña a cortar las plumas a los escribanos, y enseña por si mismo a los que leen, valiéndose también de algunos Escribanos más hábiles para que los pasen [o dirijan], a los Escribanos que no tienen muestras les comience la Plana el Maestro escribiendo el primer renglón, y de cuando en cuando les vaya imponiendo a la buena forma, atendiendo a la buena postura de la mano, poniéndoles un palito entre los dedos para que se habituen bien.
3. Si los niños hubiesen de oír misa última, corrija las Planas y tome las lecciones de leer y escribir para el tiempo conveniente (apud FURLONG, 1944, 173).

LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS ENTRE 1770 Y 1800

En España la asunción de Carlos III, en 1760, supuso un fuerte impulso a la política modernizadora del reformismo ilustrado. En 1767 se produjo la expulsión de los jesuitas de América y España, que suele considerarse como un punto de inflexión en la historia de la educación del período. Si bien este acontecimiento puede verse como resultado del proceso de modernización, secularización y tendencia a la homogeneización del Estado impulsada por la política reformista borbónica, también desaparecía con esta medida un “baluarte del orden constituido” que ocupaba un lugar decisivo en el plano educativo, difícilmente reemplazable dada la organización de la enseñanza que tenían los jesuitas (WEINBERG, 1984, p. 79-80).

En Buenos Aires el impacto se hizo sentir sobre las escuelas de primeras letras, pues la orden atendía mayoritariamente su enseñanza, ante lo que se dieron distintas respuestas para ocupar el lugar que los jesuitas dejaron vacante en la ciudad. Aquellas órdenes religiosas que ya impartían la enseñanza de las primeras letras, como los franciscanos, ampliaron su oferta educativa; y los que no la tenían – dominicos y bethlemitas – la crearon (CHÁNETON, 1942, p. 166). También se producen en esos años varios pedidos de autorización al Cabildo de maestros particulares para establecer escuelas (PROBST, 1984, p. 68), en tanto que Cipriano Villota tuvo en esos años escuela pública “con licencia del Obispo” (GUTIÉRREZ, 1915 [1868], p. 58). Todo esto mostraba la necesidad que existía respecto a la enseñanza de primeras letras.⁶

6 Inflúan en ello diversos factores: el rápido crecimiento de la ciudad, que de 5.000 habitantes que tenía a comienzos de siglo había llegado a 25.000 en 1778, con un índice demográfico importante para la época; una incesante expansión comercial y la importancia político-administrativa ganada gracias a su nombramiento como capital del Virreynato del Río de la Plata en 1776. Concomitantemente, se producía

Pero estas iniciativas al parecer no fueron suficientes. La Junta de Temporalidades, encargada de la administración de los bienes de los jesuitas, señalaba en una de su reuniones que “las escuelas de primeras letras y gramática” eran “indispensables y absolutamente necesarias” (ZURETTI, 1984, p. 68) y “de acuerdo con las órdenes del monarca sobre la aplicación de las temporalidades al fomento de la instrucción pública”, decidió la puesta en funcionamiento de los “Reales Estudios”, utilizando las instalaciones del colegio de los jesuitas, nombrando un catedrático de Gramática y dos maestros (o preceptores, como también se los llamaba entonces) de primeras letras, uno a cargo de las clases de enseñar a leer y otro de escribir y contar, pues se consideraban aprendizajes diferenciados (PROBST, 1940, p. 68). De acuerdo al lenguaje de la época, se planteaba que estas eran dos “escuelas”, pues este término se utilizaba como sinónimo de lo que nosotros hoy entendemos como clase.⁷

Los Reales Estudios eran la única institución gratuita, con dependencia y financiamiento estatal. Posteriormente fue conocida como escuela de San Carlos, al crearse en 1783 el Real Colegio Convictorio Carolino, que, en tanto pensionado, si era pago.

Un relevamiento elaborado por el síndico del Cabildo, Manuel Basavilbaso – en 1773 – (apud GUTIÉRREZ, 1915 [1868], p. 290-291), permite trazar un panorama de las distintas instituciones educativas de la ciudad dedicadas a la enseñanza para varones, el tipo de estudios

una considerable expansión de la circulación de la cultura escrita, de lo que la instalación de la primera imprenta en 1780 era un signo.

7 En uno de los informes producidos durante una de las reuniones del Cabildo sobre el tema, el 28 de diciembre de 1771, se planteaba que “estando al común estilo, y método de en enseñarlas en todas las unibercidades, es conducente se establescan dos escuelas de primeras letras; una, en q.º unicamente aprendan a Leér, y en otra a escribir, y contar” (Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, AECBA, 1928, p. 363).

ofrecidos y la cantidad de estudiantes que concurrían. Si bien es conveniente tomar estas cifras con ciertos recaudos, considerándolas más como magnitudes que como ponderaciones exactas, nos muestran una imagen aproximativa de las instituciones existentes en aquel momento.

Había un total de diez escuelas de primeras letras, dependientes de diversas instituciones. Una en el Colegio de San Carlos, cuatro en conventos de distintas órdenes religiosas, cuatro en las parroquias y una escuela en un barrio, seguramente particular. Varias de estas instituciones no sólo brindaban enseñanza de primeras letras sino también superior.

En total había en la ciudad 1012 estudiantes, 775 concurrían a escuelas de primeras letras y 237 lo hacían a cursos superiores de gramática, filosofía y teología. Los primeros constituían una gran mayoría, un 77% sobre el total, poco más de tres de cada cuatro estudiantes. No era una población homogénea en términos etarios, pues quienes asistían a escuelas de primeras letras eran niños y los que lo hacían a los otros cursos preferentemente adolescentes o jóvenes. Considerando específicamente las escuelas de primeras letras, la mayor concurrencia se encontraba en los Reales Estudios, con 232 estudiantes, que concentraban un 22,9% del total. Luego tenemos a los Conventos; tomados individualmente su concurrencia era menor, oscilaba entre 120 y 80 alumnos; pero en conjunto asistían a estas instituciones 403 niños, un 39,8% del total. En tercer lugar tenemos a las Parroquias, escuelas más pequeñas, la que contaba con mayor número de alumnos tenía 50, la más pequeña 12 y en conjunto reunían 120 estudiantes, 11,9% del total. Finalmente, tenemos una escuela particular con 20 niños, un 2% del

total. El informe aclaraba que en casas particulares había estudiantes en “bastante número” (apud GUTIÉRREZ, 1915 [1868], p. 290-291).

Asimismo, puede señalarse que es visible que existía una diferencia entre lo que a priori podríamos denominar como “grandes” y “pequeñas” instituciones educativas. Considerando la cantidad de estudiantes, el Colegio de San Carlos y los Conventos estaban dentro de las primeras, las parroquias y escuelas de barrio entre las segundas. Pero la diferencia no solo se encontraba en el número de alumnos, sino también en el tipo de estudios que ofrecían, ya que mientras las “grandes” instituciones brindaban – en general – una preparación más “elevada”, las “pequeñas” solo se dedicaban a las primeras letras; es probable que los conocimientos impartidos no fueran equivalentes entre ellas.

Pero la escuela de San Carlos no tuvo el resultado esperado, sufriendo una progresiva decadencia, expresada en una reducción sistemática de estudiantes, que llevó finalmente a su cierre en 1803 (CHÁNETON, 1942). Uno de los motivos de esta situación fue, al parecer, de orden pedagógico. De acuerdo a un informe del síndico del Cabildo Navia, en 1797, particularmente la clase de escribir y contar se encontraba en una situación crítica debido a la incompetencia del maestro y a sus inasistencias, de resultas de lo cual “en el antecedente año apenas pasó un niño a la clase de latinidad, lo que indica que el maestro no llena sus obligaciones”. Agregaba que “debiendo ser esta escuela principal del pueblo, porque está dotada con fondos públicos”, debiera proporcionar a los padres “el alivio de instruir sin pensión a sus hijos”, y también ser la más numerosa de la ciudad, pero

[...] vemos lo contrario porque al paso que tocamos que las escuelas de los regulares y las de los particulares están pobladas de niños, en la del Colegio es muy corto su número y de los más infelices del pueblo, prueba nada equívoca de que los padres han experimentado de que allí no logran sus hijos la instrucción que se debe apetecer (apud GARRETÓN, 1939, p. 247-249).

El otro motivo que precipitó el decaimiento y cierre de la escuela fue económico: la crisis financiera de la Monarquía, debido a lo que se interrumpió su financiamiento. Los maestros hicieron una presentación ante el virrey y el Cabildo denunciando el “mal estado” de la escuela de San Carlos (ZURETTI, 1984, p. 127 y 142). Pero los cabildantes, viendo “el notorio atraso y sensible decadencia que han experimentado ambas escuelas”, pidieron al virrey que removiera “a estos Maestros de Aquellas escuelas para que el Público reciva aquellos beneficios de que ha carecido en tantos tiempos”,⁸ ante lo cual los maestros renunciaron. El virrey ordenó al Cabildo que tomara un examen a los nuevos postulantes, debiendo seleccionar una terna para elevarle.⁹ Se cierra así un primer ciclo de la vida de esta escuela.

Por otra parte, indicaba el informe del síndico Navia ya citado, que en ese momento se mantenía la importancia de la enseñanza ofrecida por los Conventos y al parecer había un mayor número de escuelas particulares. Respecto a las órdenes religiosas, en este tiempo se incorporó la enseñanza de las primeras letras en el convento de la Recoleta (CHÁNETON, 1942, p. 213); es muy posible que la enseñanza brindada por las órdenes religiosas continuara siendo la principal en cuanto a la cantidad de estudiantes hacia fines del siglo XVIII. En cuanto

8 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 30/3/1803 y 2/5/1803. AECBA, 1925, p. 229-230 y 238.

9 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 11/8/1803. AECBA, 1925, p. 268.

a los maestros particulares, puede inferirse esta mayor presencia a partir de la mayor cantidad de menciones a los mismos en la documentación.¹⁰ Encontramos un maestro y una maestra registrados en una matrícula de vecinos realizada en un barrio en 1794. Ese mismo año asimismo abrió una escuela Saturnino Peña (ZURETTI, 1984, p. 111-112) y cinco maestros más pidieron licencia al Cabildo para enseñar entre 1796 y 1798 (PROBST, 1940, p. 69-70).

A partir de lo expuesto podemos realizar algunas reflexiones. En general la historiografía educativa ha considerado que la etapa analizada, el último tercio del siglo, constituye un punto de inflexión en la historia de la educación, porque a partir de la expulsión de los jesuitas y de la aplicación de las políticas ilustradas comenzó a brindarse una enseñanza impartida por una institución estatal (los Reales Estudios). Muchos autores, siguiendo a Gutiérrez (1915 [1868]) han señalado por ello que este momento es el punto de inicio de la enseñanza pública. Pero si bien el juicio es acertado en ese aspecto, hay que recordar que, como hemos visto, la enseñanza que brindaban las órdenes religiosas y los miembros del clero secular continuó siendo preponderante en Buenos Aires al menos hasta fines de siglo. El pasaje de una enseñanza impartida sobre todo por instituciones dependientes de la Iglesia, principalmente órdenes religiosas, a otra en la que ésta irá pasando a la órbita estatal es un proceso complejo, en el que coexistirán ambos elementos (el religioso y el estatal), incluso amalgamados, lo que era en sí característico del antiguo régimen. Como ha señalado Chiaramonte (2007), este proceso se dio en el marco de cierta secularización y renovación en las prácticas y debates culturales, pero dentro de los

10 Aunque esto también podría deberse -en parte- a una mayor capacidad de control y registro de las autoridades.

límites planteados por la “ilustración católica”. El personal de esta institución estatal estará compuesto en buena medida por miembros de la iglesia, como el canónigo reformista Baltazar Maciel, primer cancelario del Colegio de San Carlos,¹¹ o algunos de los maestros de primeras letras, como el Pbro. José Antonio Díaz, a cargo de la clase de escribir entre 1783 y 1803 (PROBST, 1940, p. 69-70). Lo cual pone de manifiesto los límites y las características de la renovación emprendida.

En este sentido, tampoco parece que haya habido una mayor renovación pedagógica en el campo de las primeras letras durante este tiempo, lo cual es lógico en la medida en que los movimientos de renovación en la península comenzaron a producirse en la década de 1780 y sobre todo 1790 (BERRIO, 1986), por lo que antes de estas fechas no es posible que se diera tal influencia.

Con respecto a las regulaciones, en esta etapa hay -en términos generales-, una continuidad con lo que ocurría en el momento anterior, en el sentido de la no existencia de regulaciones generales para todas las escuelas, mas allá de la mayor presencia estatal en la enseñanza a través de los Reales Estudios. Se mantiene la configuración corporativa característica del antiguo régimen, con algunas modificaciones.

Con referencia a la habilitación para el ejercicio de los maestros y las condiciones que estos debían cumplir, esa prerrogativa continuó a cargo de las autoridades civiles y eclesiásticas, aunque se produjo un cambio ya que al convertirse Buenos Aires en capital del Virreynato, pasó a ser ahora el virrey quien realizaba los nombramientos,

11 Maziel, poeta y literato además de religioso, era un conocido adversario de los jesuitas. En torno al mismo circulaban las nuevas ideas de la llamada “ilustración católica”. En su casa se reunía una tertulia “famosa en la ciudad”, considerada por los miembros del Cabildo como “una academia de personas doctas” (CHIARAMONTE, 2007, p. 49).

participando ocasionalmente el Cabildo en este trámite (CHÁNETON, 1942, p. 58).

Asimismo, se puede ver cierta intención – no concretada –, de aplicar la Real Provisión de 1771, que establecía las condiciones para el acceso a los cargos y el examen que debía tomarse a los maestros en la metrópoli. Esta disposición era una muestra de los cambios que comenzaron a producirse bajo el impulso reformista de Carlos III, pues fue la primera "disposición de rango nacional" que fijaba en "España a ese nivel los requisitos y circunstancias que debían reunir los maestros de primeras letras" (BERRIO, 1988, p. 174). La Provisión, si bien no había sido girada a América, era conocida en Buenos Aires y las autoridades impulsaron su uso en algunas oportunidades,¹² si bien solo ocasionalmente se tomó examen a algún maestro.¹³

TRANSFORMACIONES EN LAS ESCUELAS DE PRIMERAS LETRAS 1800-1820

La política seguida por las autoridades hacia las escuelas de primeras letras sufrirá una transformación durante la última década virreinal, en parte debido a la crisis de la escuela de San Carlos. Allí el Cabildo, cumpliendo las indicaciones del virrey ya citadas, estableció un reglamento que debía utilizarse para el nombramiento de los nuevos maestros. En el mismo se señalaba – entre otras cuestiones –, que los postulantes

[...] hán de ser precisamente de buena vida y costumbres, han de poseer y hablar el idioma castellano con la propiedad debida sin barbarismos ni

12 Lo hizo el síndico Navia en su informe citado de 1797 y el síndico Chavarría el año anterior (Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 24/9/1796, AECBA, 1933, p. 136-138).

13 Como en el caso de Juan Varela en 1779, en este caso era el virrey quien había impulsado el procedimiento (ZURETTI, 1984, p. 89).

solecismos, Que el que haia de enseñar a escribir, há de estar instruido en este arte, y en las reglas de ortografía castellana y aritmetica, Que ambos han de sugetarse precisamente á examen de dos inteligentes que nombre este Cavildo á su presencia, ó la de dos Diputados que igualmente se nombraran, asi en la gramática castellana, pronunciacion del idioma, como en la aritmetica, ortografia, y escritura, presentando muestras de sus letras, y formando otras en el lugar que se designe [...].¹⁴

Este es el primer reglamento establecido en Buenos Aires para la elección de los maestros (CHÁNETON, 1942, p. 174). Es visible que para formularlo se tuvo en cuenta lo establecido por la Real Provisión de 1771, pues sus prescripciones son similares, si bien las del Cabildo son más sintéticas. Así, vemos que en el tercer punto de dicha provisión se establecía que: “Estando corrientes estos documentos, uno, o dos Comisarios del Ayuntamiento, con asistencia de dos Examinadores, ó Veedores le examinarán por ante Escribano, sobre la pericia del Arte de Leer, Escribir, y Contar, haciéndole escribir a su presencia muestras de las diferentes letras, y extender egemplares de las cinco Cuentas, como esta prevenido”.¹⁵

Luego de tomarse el examen y elegir al maestro, Elías Galván,¹⁶ los examinadores realizaron una serie de significativas propuestas, que serían tomadas por las autoridades. Según señalaban los representantes del Cabildo:

[...] habiendo conferenciado con los examinadores sobre el modo de proporcionar los maiores adelantamientos de estas escuelas, eran todos del sentir que solo reuniendose y corriendo a cargo de un solo Maestro, con

14 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 27/9/03, AECBA, 1925, p. 278.

15 *Real provisión* ... , 11 de julio de 1771.

16 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 16/11/1803 y 26/11/1803, AECBA, 1925, p. 301 y 304.

obligacion de poner ayudantes a su satisfaccion, y de responder de las faltas de estos, podran progresar las escuelas; que de otro modo era sino imposible (...) que ademas de esta reunion era preciso formar un plan sobre el regimen y gobierno de las escuelas, orden y metodo en la enseñanza de los niños, por el qual deberia precisamente gobernarse el Maestro que se hiciese cargo de dichas escuelas [...].¹⁷

Recordemos que al hablar de escuelas en realidad se están refiriendo a las clases de leer por una parte y a la de escribir y contar, por otra. Es decir que, en primer lugar se solicitaba al virrey una modificación en la organización escolar de la escuela de San Carlos, donde se pasaría de tener dos clases, cada una con un maestro a cargo, a un solo maestro con ayudantes; y en segundo lugar se planteaba la necesidad de “formar un plan sobre el régimen y gobierno de las escuelas, orden y método en la enseñanza de los niños”. Las sugerencias serían aceptadas y a partir de las mismas se realizarán posteriormente los primeros intentos de reglar de todas las instituciones escolares.¹⁸

Otra cuestión sustantiva que impulsó el Cabildo, en 1804, que constituía un aspecto crucial para la subsistencia de las escuelas en aquella época, fue dotar a la de San Carlos con fondos propios, que provenían de puestos municipales de venta de pan que la corporación municipal había instalado, en reemplazo de los que había tenido de las Temporalidades. Y como encontraron que los puestos producían más fondos de los esperados, solicitaron al virrey que se crearan tres escuelas más. Le decía el cuerpo al mismo

17 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 26/11/1803, AECBA, 1925, p. 304.

18 Uno de los examinadores era un prestigioso maestro de primeras letras, Francisco de Argerich, que tenía su escuela particular en el centro de Buenos Aires, adonde concurrían numerosos niños hijos de las familias de la elite y la “gente decente” de la ciudad (CUTOLO, 1968, p. 219).

Que atendiendo a la necesidad que hay de escuelas de primeras letras en esta ciudad para todos y especialmente para los pobres que no pueden satisfacer o pagar Maestros para sus hijos; es sumamente interesante el que se restablezca la escuela de primeras letras que antes havia en el Real Colegio de San Carlos [...]. Que siendo mas interesante el que se repartan en toda la Ciudad algunas otras para instruccion y aprovechamiento de la Juventud, havia acordado se erigiesen tres escuelas mas en las inmediaciones de las parroquias que están á los extremos de la Ciudad [...] suplicándole á S. E. se sirva aprobar esta resolucion [...].¹⁹

En 1805 el virrey aprobó las propuestas del Cabildo, unificó las dos clases de la escuela de San Carlos, nombró maestro a Galván, fijó su fecha de apertura para que concurrieran los niños acompañados de los padres a “matricularse sin extipendio alguno” y creó las tres escuelas, en los barrios de Concepción, Piedad y Socorro, con lo que la dotación de escuelas dependientes del Cabildo ascendía ahora a cuatro. Planteó además que el Cabildo debería disponer “que se forme y remita a esta superioridad el plan de arreglo que ofrece para el régimen y gobierno de las escuelas, que deberá ser comprensivo de todas ellas, para que en ninguna falte el orden que es tan indispensable [...]”.²⁰ La idea original de reglar a la escuela de San Carlos se extiende a todas ellas.

En conjunto, estas medidas representan un hito en el proceso de institucionalización, como lo reconoció Salvadores (1941, p. 47) hace ya tiempo, quien decía por ello que “el proceso de organización de la instrucción primaria pública” se iniciaba justamente en 1805, fecha “en que se fundan las escuelas municipales y se establecen las bases de la organización escolar”. Lineamientos que inauguran otra etapa, que

19 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 15/10/1804, AECBA, 1925, p. 505.

20 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 13/5/1805, AECBA, 1926, p. 79.

tendrá continuidad en la década siguiente. Quien retomaría estas ideas poco antes de producirse la Revolución de Mayo fue Manuel Belgrano, en los artículos que publicó en el *Correo de Comercio* sobre educación, donde expresaba sus preocupaciones sobre el estado de las escuelas de primeras letras, “el fundamento más sólido” de la “felicidad pública”, a las que señalaba se había dejado libradas a su suerte, planteando que resultaba necesarias dotarlas de “unas constituciones formales” – es decir, de reglas – y de “una inspección del gobierno”.²¹

MODIFICACIONES PRODUCIDAS A PARTIR DE LA REVOLUCIÓN DE MAYO

Luego de la Revolución de Mayo, en 1810, se siguió ampliando la red de escuelas públicas dependientes del Cabildo, se crearon en los siguientes años 3 escuelas más en la ciudad, totalizando 7, a la par que en la campaña se crearon durante el transcurso de esa década 4 o 5 escuelas que comenzaron a funcionar con bastante regularidad (BUSTAMANTE VISMARA, 2007, p. 56).

En octubre de 1810 el cuerpo capitular tomó una serie de determinaciones para el “arreglo” de las escuelas que dependían del cuerpo, como también de las que se encontraban en los Conventos. Me centraré en las primeras. Hay que señalar que en los años siguientes las escuelas de los Conventos fueron perdiendo el importante lugar que habían ocupado hasta este momento.

El Cabildo estableció que dos de sus miembros llevaran adelante una inspección de las escuelas,²² elaborando posteriormente un informe

²¹ Educación. *Correo de Comercio*, 17 de marzo de 1810.

²² Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 26/10/1810, AECBA, 1927, p. 258.

con una serie de iniciativas que elevaron a la Junta de Gobierno, que ésta aprobó. Allí se señalaba

[...] la conveniencia de uniformar la educación, y organizar un método sistemático, que generalmente se adopte y siga en todas las escuelas; y dando principio á tan útil modificación han presentado el pequeño libro que se acompaña, a fin que se impetre de V. E, el permiso necesario para su reimpresión, quedado este Cabildo encargado de repartirlo por una vez á los niños pobres de todas las escuelas, y obligar á los hijos de padres pudientes, á que lo compren en la Imprenta.²³

La definición de “uniformar la educación, y organizar un método sistemático” que “se adopte y siga en todas las escuelas” retoma las recomendaciones realizadas por los examinadores en 1803, así como el envío de los diputados a las escuelas, la propuesta de Belgrano de realizar “una inspección del gobierno” sobre las mismas. Con respecto al texto mencionado, se supone que era *El Tratado de las Obligaciones del Hombre*.²⁴ La propuesta de utilizar un solo texto para uniformar la enseñanza recuerda una iniciativa similar impulsada en la península ibérica por el movimiento pedagógico de San Ildefonso (BERRIO, 1986, p. 16).

Otra iniciativa propuesta por el Cabildo era la realización de exámenes públicos, “sobre todos los ramos, que comprenda el método de enseñanza, que se les ha de prescribir, y que han de distribuirse premios á los que mas se distinguen entre los que se eligieren para este

23 *La Gaceta de Buenos Ayres*, 6 de noviembre de 1810, p. 9-11.

24 Un análisis de este texto en Cucuzza (2012). Roberto Bottarini ha profundizado sobre el mismo en su investigación “Cultura escrita y cultura política: subjetividades, textos y contextos”, realizada en el marco de la investigación de nuestro equipo (cf. nota 1).

acto”,²⁵ donde se anticipa que se pensaba prescribir un método de enseñanza.

Unos años más adelante, hacia 1816/1817, comenzaron a implementarse otras medidas tendientes a supervisar las escuelas. En efecto, empezaron a pedirse informes a los maestros sobre la cantidad de alumnos de sus escuelas, su adelanto y el “método” de enseñanza utilizado.²⁶ En uno de estos informes,²⁷ correspondiente a la escuela de la Piedad, el maestro, Mariano Canavery, presentaba un listado de los alumnos con nombres y apellidos, ubicados en columnas de acuerdo al adelanto que tenían en su aprendizaje, considerando “las reglas de primeras letras en q. actualm^{te} sehallan”, según señalaba. Seguidamente el maestro distinguía las categorías referidas a la enseñanza de la lectura y a la escritura, indicando la cantidades de estudiantes en cada una. Lectores: “De Cartilla” [28] – “De Catón” [17]²⁸ – “De libros y proceso” (17). Escribientes: “De trazos y 12” (21); “De 16 y 20” (22); “De 30 y 40” (14); “De 50 una regla y suelto” (11). E indicaba al final el número total de alumnos: 130.

Luego describía el “método de enseñanza”:

en la mañana se emplean tres horas en oír misa; en cortar las plumas a los que escriben y destinar algunos discípulos a enseñar las lecciones a los lectores; en continuar estos leyendo y poner á aquellos a escribir las planas y sacar cuentas; ultimamente en revisar estas y tomar las lecciones correspondientes = En la tarde se emplean otras tres horas : en enseñar y

²⁵ *La Gaceta de Buenos Ayres*, 6 de noviembre de 1810, p. 602-604.

²⁶ También los maestros elevaban “planas” de sus estudiantes, los ejercicios caligráficos que realizaban. Pueden verse en Vismara (2005).

²⁷ Los informes elevados por otros maestros no presentan categorías totalmente homogéneas, aunque la estructura general es similar.

²⁸ En el informe se indica la cantidad de alumnos de ambas categorías sumadas, 45, los número entre corchetes los he consignado contabilizando el total de cada columna.

tomar las lecciones respectivas, y de tabla en general: en enseñarles puntos de doctrina y el ayudar a misa, concluyendo con rezar el Rosario a N^{ra} S^a M^a Sant^{ma}.²⁹

Se puede ver que cuando se hablaba de “método” se aludía a la organización de la enseñanza, a los horarios y las actividades correspondientes. Desde una perspectiva pedagógica actual, el método se refiere a la forma de enseñanza y no a la organización en cuanto a espacio, tiempo y contenidos.

Si en una primera aproximación pueden observarse importantes similitudes con la prescripción elaborada por el padre Rada en el siglo XVII – lo que nos indicaría una fuerte continuidad en cuanto a las formas de organizar la enseñanza –, por otra parte algunos elementos, como el pedido a los maestros que llevaran registro de los niños, de su asistencia y del avance de cada uno; la referencia a la “enseñanza por reglas”, así como la posible conformación de subgrupos para la enseñanza, podrían estar hablándonos sobre la influencia que las tendencias pedagógicas reformistas – que desde fines del siglo XVIII se habían desarrollado en España –, podrían tener en aquel momento en Buenos Aires.³⁰

En España, el movimiento reformista de San Ildefonso proponía algunas novedades en la organización de la enseñanza: la división de los niños en grupos, la utilización de ayudantes alumnos (“zeladores”); nuevos métodos para enseñar a leer y a escribir, comenzando por el silabeo y no por el deletreo, proponía la utilización de carteles y que todos los estudiantes tuvieran un mismo libro para uniformar la

29 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (AGN), Sala X, 6-1-1, [Doc. 77].

30 Joseph de Anduaga (1795, p. 66-72) proponía como método para la enseñanza de la escritura la utilización de “reglas” y no por la copia de “muestras”, como era costumbre hasta entonces.

enseñanza. Asimismo, pedía a los maestros que llevaran varios registros de los niños, de sus conocimientos a través de exámenes quincenales, de asistencia y otras observaciones (BERRIO, 1986).

En Buenos Aires al parecer al menos algunos maestros agrupaban a los alumnos en subgrupos, de acuerdo al testimonio de Rufino Sánchez, preceptor de la escuela de San Carlos, quien señalaba las dificultades que encontraba para organizar la enseñanza, al “no poder entablar método de enseñanza, ni distribución de horas, porque para esto se requiere que cada discípulo tenga asiento determinado”, cosa que no podía hacer de manera adecuada por falta de mobiliario y de espacio (SANCHEZ, 1811, apud ZURETTI, 1984, p. 210-211).

Se visualiza entonces que la administración se encontraba en un momento inicial de la elaboración de este tipo de documentación y de las primeras prescripciones sobre la enseñanza, buscando la homogeneización del “método”, intentado el contralor de la marcha de la escuela y comenzar a cuantificar y controlar la asistencia escolar.

Este proceso tuvo un punto de cierre con la creación del cargo de Director de Escuelas en 1817 y la elaboración por el mismo de dos reglamentos, uno para las escuelas de la campaña y otro para las de la ciudad (1818). Previamente ya se habían formulado dos reglamentos para las escuelas de la campaña en 1816.³¹

La creación del cargo de Director de Escuelas implicaba comenzar a dotar al aparato estatal en formación de un área específica de política dedicada a lo educativo, especificidad de la que hasta ese momento había carecido. Fue el crecimiento de las responsabilidades derivado de

31 Los reglamentos, uno para las escuelas y otro sobre las Juntas Protectoras de las mismas, formaban parte de la política de poblamiento de la campaña. El reglamento de escuelas, escrito por los maestros Argerich y Sánchez, contenía una cantidad de prescripciones pedagógicas.

la progresiva expansión de las escuelas en la ciudad y en la campaña lo que llevó a su creación. El Cabildo planteó que “por mucho celo que anime a los D.D. [diputados] encargados de este ramo³² nunca podrán llenar debidamente sus obligaciones por las diversas atenciones públicas como miembros de esta Corporación”, por lo que proponían que las escuelas se confiaran “a un ciudadano que teniendo celo por la causa pública y sin otras atenciones pudiese llenar el encargo”, nombrándose a Saturnino Segurola.³³

Segurola elaborará la reglamentación para el funcionamiento de las escuelas de primeras letras que dependían del Cabildo, para la ciudad y para la campaña, en tanto mantiene el reglamento de Juntas promotoras de la campaña de 1816.

En el encabezado del reglamento para las escuelas de la ciudad señalaba expresamente que por medio del mismo se daba cumplimiento a “la obligación que imponía el auto de Sobremonte” de fundación de escuelas de 1805, por consiguiente, “se dictaba con carácter provisorio”, de acuerdo con ese decreto, mientras que, “para formar el reglamento para las escuelas de la campaña, fue necesario solicitar autorización del Director Supremo” (SALVADORES, 1941, p. 78). Esto nos muestra la vinculación entre la resolución de Sobremonte de 1805 y el reglamento de Segurola, que daba cumplimiento al mismo.

Para los fines de este trabajo, lo importante es resaltar el hecho del dictado de estos reglamentos, más que analizar su contenido,³⁴ a la par

32 Se refiere a los diputados de las escuelas. Eran dos regidores, nombrados anualmente por el Cabildo, que junto con el Síndico Procurador se encargaban de todo lo atinente a las escuelas (CHÁNETON, 1942, p. 61).

33 Acuerdos del Cabildo de Buenos Aires, 31/10/1817, apud ZURETTI (1984, p. 297).

34 Los reglamentos abordaban la forma de nombramiento de los maestros, el horario de funcionamiento de las escuelas, las fechas de exámenes, el trato que los maestros debían a los niños y las formas de imponer disciplina, las relaciones que debían estimularse y cuáles prevenirse de los niños

que comenzaba a funcionar una embrionaria administración. Señala Vismara (2007, p. 64) que “La articulación de esa arquitectura administrativa con un encargado de la toma de decisiones a nivel regional marcó una ruptura con las gestiones desarrolladas desde fines del siglo XVIII”.

Esta dirección educativa, las regulaciones para el funcionamiento de las escuelas y las Juntas Protectoras de las escuelas en la campaña conformaban un primer mecanismo político-burocrático de dirección y contralor de la acción de las escuelas.

A MANERA DE CIERRE

Asistimos, a lo largo del período considerado, al pasaje dentro de la educación elemental de una configuración con las características propias del Antiguo Régimen, un conglomerado educativo donde distintos tipos de instituciones se encargaban de la enseñanza de las primeras letras: órdenes religiosas, Cabildos, las parroquias o maestros particulares, a otro en el que comienza a constituirse una primera red de escuelas públicas de primeras letras, dependientes del Cabildo de la Ciudad, con una dirección político educativa a cargo de la misma, reglamentos que rigen la vida de las escuelas, un embrionario mecanismo de supervisión administrativa y la intencionalidad de comenzar a homogenizar las prácticas educativas, dicho esto sin desconocer que todos estos procesos se encontraban en estado embrionario.

entre sí, al igual que las actitudes esperables y reprobables de los maestros. A diferencia del reglamento de 1816 para la campaña, no presentaban indicaciones pedagógicas.

En el primer momento analizado (1770-1800), pese a la mayor presencia estatal inducida por el regalismo borbónico, continúa viéndose un marcado predominio de las instituciones y del personal eclesiástico. Y no hay articulación entre sí ni coordinación por alguna instancia superior entre estas instituciones, más allá de las consideraciones que pudieran hacerse sobre la necesidad de contar con más preceptores para la enseñanza elemental. Las regulaciones relativas al otorgamiento de licencias a los maestros, contenido a enseñar y condiciones que estos debían cumplir siguieron siendo implementadas tanto por las autoridades civiles como por las eclesiásticas, dependiendo los ámbitos de actuación. La sugerencia para aplicar la *Real Provisión* de 1771, no efectivizada, muestra tanto la irradiación como los límites que tuvieron las políticas metropolitanas.

La mayor influencia de los postulados educativos y las propuestas pedagógicas ilustradas se dio en la segunda etapa (1800-1820). Este proceso se puso en marcha durante la última década virreinal, siendo continuado y profundizado por el proceso revolucionario abierto en 1810. Se da aquí un proceso de homogeneización de la enseñanza elemental, donde el heterogéneo conjunto de instituciones que brindaban esa enseñanza comienza a ser reemplazado por un formato educativo más definido. Puede decirse que las escuelas de primeras letras cobran en este momento una forma más acabada. Proceso impulsado y acompañado por un conjunto de regulaciones que buscaban orientarlo y consolidarlo, lo cual también era en sí mismo una novedad,

más allá de las muchas continuidades en las formas de organización de la enseñanza y en sus contenidos que se visualizan.³⁵

A partir del proceso analizado pueden señalarse algunas implicaciones historiográficas. En primer lugar, es posible reconsiderar lo señalado por Narodowsky (1994) respecto al papel de la experiencia lancasteriana, cuando plantea que ésta habría introducido el proceso de escolarización en Buenos Aires, instalando una serie de mecanismos institucionales que habrían servido de primera base para la futura organización del sistema educativo nacional. Lo analizado hasta aquí nos permite señalar que ese proceso de institucionalización se había puesto en marcha antes, con las iniciativas tomadas durante las dos primeras décadas del siglo.

También puede revisarse el juicio que perdura hasta la actualidad sobre la acción educativa realizada durante el proceso independentista. Aún suele señalarse que más allá de que la revolución de mayo se hubiera propuesto una serie de cambios, con la intención de ampliar y renovar la enseñanza, solo se habrían realizado algunas transformaciones puntuales, como la moderación de los castigos corporales o la incorporación de contenidos patrióticos – por citar algunos de los tópicos que suelen mencionarse –, y que en conjunto no habría producido mayores cambios.³⁶ Este juicio no ha tenido en cuenta las transformaciones consideradas más arriba. Esto fue visualizado en su momento por Salvadores, quien criticando esta postura planteó que

35 En un plano más general, la constitución de esta red de escuelas y su embrionaria administración puede verse como el paulatino establecimiento de una trama institucional que forma parte del proceso de constitución de un Estado provincial.

36 Ramos (1910) y otros autores, como Portnoy (1937) – con matices –, sostuvieron esto, un juicio que se mantiene hasta la actualidad. En las últimas décadas hay, por cierto, caracterizaciones que establecen una relación más compleja entre continuidad y cambio, como las de Weinberg (1984) y Bottarini (2010).

“Si por reforma escolar se entiende un cambio fundamental en el contenido y métodos de la enseñanza, claro está que no hubo reforma” pues los maestros coloniales “no podían producir variaciones de ese género en las escuelas”; pero que “Bastante se hizo con regularizar el funcionamiento de los establecimientos” y “colocar las escuelas en un pie de igualdad y de progreso” que garantizase “una orientación más en armonía con las exigencias sociales”, por lo que concluía que “Reforma escolar hubo y de verdadera importancia” (SALVADORES, 1941, p. 48).

En este sentido, cabe ahora dar un paso más y analizar con mayor detenimiento las innovaciones que también, al parecer, fueron introducidas en el campo de la enseñanza.

Un último señalamiento, sobre un aspecto que aquí no he abordado, pero no quiero dejar de mencionar, por su importancia: la incidencia de ciertas determinaciones sociales en este proceso de escolarización, que se ponen de manifiesto en distintas referencias, como las formuladas sobre la escuela considerada como “principal” de la ciudad (San Carlos), o a las creadas para los “pobres” en los extremos de la ciudad.

REFERENCIAS

ACUERDOS DEL EXTINGUIDO CABILDO DE BUENOS AIRES (AECBA). Buenos Aires, Archivo General de la Nación, serie III, T. IV, (1769 a 1773), 1928; Serie III, Tomo XI (1796-1800), 1933; Serie IV, Tomo I, (1801-1804), 1925; Serie I, T. V, (1805-1807), 1826; Serie IV, T. IV, (1810-1811), 1927.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN (AGN), Sala X, 6-1-1, [Informe de la Escuela de la Piedad, del preceptor Mariano Canavery, Doc. 77], 21 de octubre de 1817.

BARRAL (2007). *De sotanas por la pampa. Religión y sociedad en la Buenos Aires rural tardocolonial*. Buenos Aires, Prometeo.

- BELGRANO, M. Educación. *Correo de Comercio*, Buenos Aires, 17 de marzo de 1810. En: BELGRANO, M. *Escritos sobre educación*. Selección de textos Manuel Belgrano; presentación Rafael Gagliano. La Plata: UNIPE, Editorial Universitaria, 2011, p. 77-78.
- BERRIO, J. R. Reformas de la enseñanza primaria en la España del despotismo ilustrado: la reforma desde las aulas. En: *L'enseignement Primaire en Espagne et en Amérique Latine du XVIIIe siècle à nos jours: Politiques éducatives et réalités scolaires* [en línea]. Tours: Presses Universitaires François-Rabelais, 1986. Disponible en: <http://books.openedition.org/pufr/5178>
- BOTTARINI, R. La escuela y el premio. El programa ilustrado de Manuel Belgrano: medios generales de fomentar la agricultura, animar la industria, proteger el comercio en un país agricultor (1796). *Historia de la Educación*, n. 29, ediciones de la Universidad de Salamanca, 2010.
- BUSTAMANTE VISMARA, J. Escrituras y lecturas a través de la educación elemental. Buenos Aires 1800/1860. *Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"*, v. 5, n. 15, p. 367-384, 2005.
- BUSTAMANTE VISMARA, J. *Las escuelas de primeras letras en la campaña de Buenos Aires (1800-1860)*. La Plata: Archivo Histórico, 2007.
- CHÁNETON, A. *La instrucción primaria en la Época Colonial*. Buenos Aires: Biblioteca de la Sociedad de Historia Argentina, 1942.
- CHIARAMONTE, J. C. *La ilustración en el Río de la Plata: cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- CUCUZZA, H. R. Hacia una redefinición del objeto de estudio de la Historia Social de la Educación. *Historia de la Educación en debate*, Buenos Aires, Miño y Dávila, 1996.
- CUCUZZA, H. R. Leer y rezar en la Buenos Aires aldeana. En CUCUZZA, R.; SPREGELBURD, P. (dir.). *Historia de la Lectura en Argentina. Del catecismo colonial a las netbooks estatales*. Buenos Aires: Editoras del Calderón, 2012, p. 51-86.
- CUTOLO, V. O. *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino (1750-1930)*. Buenos Aires: ELCHE, Tomo 1, 1968.
- DE ANDUAGA y GARIMBERTI, J. *Arte de escribir por reglas y sin muestras*. Madrid: Imprenta Real, 1795.

DI STEFFANO, R.; ZANATTA, L. *Historia de la iglesia argentina: desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

FURLONG, G. *Historia del Colegio del Salvador y de sus irradiaciones culturales y espirituales en la ciudad de Buenos Aires. 1617-1943*. Buenos Aires: Colegio del Salvador, Tomo I, 1617-1841, 1944.

GARRETÓN, A. *La instrucción primaria durante la dominación española en el territorio que forma actualmente la República Argentina*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1939.

GUTIÉRREZ, J. M. *Noticias Históricas sobre el origen y desarrollo de la Enseñanza Pública Superior en Buenos Aires. 1868*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915 [1868].

La Gaceta de Buenos Ayres. Buenos Aires, 6 de noviembre de 1810. Edición Facsimilar dirigida por la Junta de Historia y Numismática Americana. Buenos Aires, 1910 (edición electrónica).

LIONETTI, L. Las escuelas de primeras letras en la cartografía social de la campaña bonaerense en la primera mitad del siglo XIX. *Olhar de Professor*, v. 15, n. 1, p. 19-31, 2012.

NARODOWSKI, M. La expansión lancasteriana en Iberoamérica. El caso de Buenos Aires. *Anuario IEHS*, n. 9, Tandil, Universidad Nacional del Centro, 1994.

NEWLAND, C. *Buenos Aires no es pampa: la educación elemental porteña 1820-1860*. Buenos Aires: Grupo Ed. Latinoamericano, 1992.

PINEAU, P. La escuela en el paisaje moderno. Consideraciones sobre el proceso de escolarización. En: CUCUZZA, H. R. (comp.). *Historia de la Educación en Debate*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1996.

PORTNOY, A. *La instrucción primaria desde 1810 hasta la sanción de la ley 1420*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1937. Disponible en: <http://www.bnm.me.gov.ar/ebooks/reader/reader.php?dir=00040221>

PROBST, J. *La instrucción primaria durante la dominación española en el territorio que forma actualmente la República Argentina*. Buenos Aires: Instituto de didáctica, Facultad de Filosofía de la UBA, 1940.

Real provision de su magestad, y señores del consejo, en que se prescriben los requisitos, que han de concurrir en las personas que se dediquen al magisterio de las primeras letras, y los que han de preceder para su examen, con lo demas que contiene. Madrid, 11 de julio de 1771. Disponible en: https://repositorio.bde.es/bitstream/123456789/4925/1/fev-sv-g-00080_12.pdf

RAMOS, J. P. *Historia de la Instrucción primaria en la República Argentina 1810-1910.* Buenos Aires: Peuser, Tomo II, 1910.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de Autoridades*, Madrid, Tomo III, 1732.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. Versión de consulta en línea de la 23.^a edición, 2014. Disponible en: *Diccionario de la lengua española | Edición del Tricentenario | RAE - ASALE.*

SALVADORES, A. *La instrucción primaria desde 1810 hasta la sanción de la Ley 1420.* Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 1941. Disponible en: <http://www.bnm.me.gov.ar/ebooks/reader/reader.php?dir=00040227>

SANCHEZ, R. [Representación ante el Cabildo exponiendo el mal estado de la escuela (1811)]. En: ZURETTI, J. C. *La enseñanza y el cabildo de Buenos Aires.* Buenos Aires: FECIC, 1984, p. 210-211.

WEINBERG, G. *Modelos educativos en la historia de América Latina.* Buenos Aires: UNESCO-CEPAL-PNUD/Kapelusz, 1984.

ZURETTI, J. C. *La enseñanza y el cabildo de Buenos Aires.* Buenos Aires: FECIC, 1984.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Cristina Pereira Lage

Professora adjunta do curso de História da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Minas Gerais). Professora do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero. Coordenadora da Sessão Minas Gerais do GT de História da Educação da ANPUH. Pesquisa as especificidades da História da educação confessional feminina, e das instituições educativas.

Antonio Cesar de Almeida Santos

Professor associado do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Integra o quadro docente do PROFHistória/UFPR. É líder do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CEDOPE - DEHIS/UFPR) e pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero, do qual é co-líder. As Luzes portuguesas e a política pombalina são seus principais objetos de atenção, além de Teoria da História e Historiografia.

Cláudio Luiz Denipoti

Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, onde atua no Mestrado em História Social. Professor do corpo permanente do Mestrado em História, Cultura e Identidades, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisador do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: história da leitura, teoria da história e história da cultura.

Guilherme Pereira das Neves

Professor Titular Aposentado da Universidade Federal Fluminense. Participa como pesquisador principal do projeto PRONEX/CNPq/FAPERJ intitulado Caminhos da política no Império do Brasil e integra o projeto Iberconcepts, sediado na Universidade do País Vasco, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em História da UFF. Trabalha sobretudo com o período de fins do século XVIII e inícios do XIX em sua dimensão política, procurando pensar o lugar da religião, da cultura escrita e, cada vez mais, da história no mundo luso-brasileiro.

José Araneda Riquelme

Aluno do programa de doutorado “Letteratura, arte e Storia dell'Europa medioevale e moderna” na Scuola Normale Superiore di Pisa (2018-2023), onde desenvolve pesquisa sobre a incerteza epistolar na comunicação colonial entre o Chile e a corte espanhola, durante o século XVII. Publicou “Gobierno de papel. Correo e redes de comunicación em tempos de reforma imperial no Chile, 1764-1796” (Santiago: Biblioteca Nacional, Centro de Estudios Diego Barros Arana, 2020). É apresentador do podcast histórico “Things Have Life” (disponível no Spotify), junto com a historiadora Kate Mills (Harvard University).

Juan Gerónimo Balduzzi

Graduado e Professor em História pela Universidad de Buenos Aires. Professor Adjunto de História Social da Educação na Universidad Nacional de Luján (Argentina), onde participa do programa de pesquisa HISTELEA – História do Ensino da Leitura e da Escrita na Argentina. Atua também na SUTEBA e no CTERA, realizando pesquisas sobre a história do sindicalismo docente. Possui publicações sobre esses e outros temas históricos e educacionais.

Maria Cristina Linares

Licenciada em Ciências da Educação pela Universidad Nacional de Luján (Argentina), mestre em Políticas e Gestão da Educação e doutora pela mesma instituição, com orientação em Ciências Sociais e Humanas. Professora Auxiliar Extraordinária na Universidad Nacional de Luján. Dirigiu o Projeto de Pesquisa: “Acessos e exclusões à cultura escrita de meados do século XVIII a meados do século XIX no espaço territorial portenho”. Possui publicações referentes à história dos livros de leitura escolar e aos museus pedagógicos.

Thais Nívia de Lima e Fonseca

Professora Titular Aposentada do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero. Pesquisadora da FAPEMIG. Desenvolve pesquisas sobre a história da educação no Brasil colonial, especialmente sobre as reformas pombalinas da educação e práticas não escolares de educação no mesmo período.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org